

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ/CCIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

LOURENA SOUSA COSTA

“NÓS TODO O TEMPO QUEREMOS SER AQUILO QUE NÓS SOMOS”: produção
de identidades e luta pelo território da Comunidade Quilombola Deserto II
(Belágua/MA)

IMPERATRIZ – MA
2025

LOURENA SOUSA COSTA

“NÓS TODO O TEMPO QUEREMOS SER AQUILO QUE NÓS SOMOS”: produção de identidades e luta pelo território da Comunidade Quilombola Deserto II (Belágua/MA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Instituições, construção e reprodução e reprodução social das diferenças: educação, poder, socialidades, ações coletivas e representações sociais.

Orientadora: Dra. Maria Aparecida Corrêa Custódio

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Sousa Costa, Lourena.

"NÓS TODO O TEMPO QUEREMOS SER AQUILO QUE NÓS SOMOS" :
produção de identidades e luta pelo território da
Comunidade Quilombola Deserto II Belágua/MA / Lourena
Sousa Costa. - 2025.

122 p.

Orientador(a): Maria Aparecida Corrêa Custódio.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Sociologia/ccim, Universidade Federal do Maranhão,
Imperatriz, 2025.

1. Quilombo. 2. Titulação Territorial. 3.
Identidade. 4. Resistência. 5. Maranhão. I. Corrêa
Custódio, Maria Aparecida. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta dissertação. Agradeço, em primeiro lugar, à minha orientadora, professora Maria Aparecida Corrêa Custódio cuja confiança inabalável na minha competência foi fundamental para que eu enfrentasse cada desafio ao longo deste percurso. Sem sua orientação e encorajamento, este trabalho não teria sido possível.

Aos meus colegas de curso e a todos os professores do mestrado, muito obrigada pela troca de conhecimento e apoio ao longo desta jornada.

À minha família, mamãe (Raimunda), papai (Rubem), mano (Marcelo) meu maior alicerce, especialmente à minha mana, Renata Sousa Costa, que, com sua sabedoria e carinho, me guiou e inspirou em cada momento difícil. Sua experiência e apoio incondicional foram essenciais para que eu conseguisse chegar até aqui. Ao meu companheiro de vida, Carlos Henrique, base emocional, força e amor da minha vida: “você é tudo e muito mais” – parafraseando o cantor e compositor maranhense, Beto Pereira.

Por fim, dedico um agradecimento especial à minha querida companheira, Jade, que nos deixou em julho deste ano. Jade foi uma fiel companheira em muitos momentos de estudo e dedicação, e sua ausência ainda é sentida profundamente. Este trabalho é também uma homenagem a ela, por toda a alegria e conforto que trouxe à minha vida.

A todos o meu muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho se dedica à compreensão da construção da identidade coletiva dos moradores da Comunidade Deserto II, localizada em Belágua, Maranhão. A escolha dessa comunidade se deu pela escassez de estudos sociológicos sobre a região, contribuindo, portanto, para suprir uma lacuna na literatura acadêmica. A pesquisa se concentra na compreensão de como a história dessa comunidade, marcada pela resistência ancestral e pelas lutas pela posse da terra, molda a identidade de seus membros. A problemática da pesquisa gira em torno da seguinte questão: os elementos identitários da comunidade Deserto II permitem categorizá-la como remanescente de quilombo? Como os moradores da comunidade se relacionam com o território que ocupam? Quais suas memórias sobre a história e a trajetória da comunidade? Para responder a essas questões temos como objetivo geral: compreender a história, a forma e a dinâmica da ocupação da Comunidade Deserto II e sua influência na identidade e na territorialidade dessa comunidade. E como objetivos específicos: identificar a relação entre os moradores da comunidade e seu território; compreender as situações de conflito, segregação e resistência relacionadas à permanência na comunidade; observar nas “falas” e nos documentos os primeiros passos do processo de busca de titulação territorial na dinâmica dos membros dessa comunidade. Para atingir os objetivos, adotamos uma abordagem qualitativa a partir de pesquisa documental, bibliográfica e etnográfica. Na produção de dados em campo, optou-se por uma incursão etnográfica sendo o total de três estadias de quatro dias cada viagem, durante os meses de fevereiro, março, abril e maio de 2023. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 12 moradores da comunidade, descendentes diretos da fundadora, a fim de apreender elementos identitários, dinâmicas e trajetórias desses indivíduos em relação ao território. Os fundamentos teórico-metodológicos adotados para análise dos dados estão ancorados nos seguintes autores e autoras: conceitos etnográficos de Angrosino (2009); identidade conforme as ideias de Max Weber (1991) e Fredrik Barth (2011); relações de poder e a luta por cidadania e direitos ante a marginalização e desigualdade social nos estudos de Boaventura de Sousa Santos (1995) e Carril (2006); memória coletiva segundo Pollak (1989) e Maurice Halbwachs (1990); história oral de Marre (1991). Os resultados apontam para a complexidade do processo de autoidentificação da comunidade quilombola Deserto II, com o território emergindo como elemento central de sua identidade, entendido não apenas como espaço geográfico, mas como símbolo de memória coletiva, resistência e perpetuação cultural. A identidade quilombola foi observada como dinâmica, construída por vivências, interações sociais e políticas. A luta pela titulação territorial mostrou-se fundamental para a segurança, dignidade e continuidade cultural da comunidade, destacando o protagonismo das lideranças femininas. O estudo também apontou a necessidade de políticas públicas inclusivas e análises interseccionais entre direitos territoriais e justiça ambiental, frente aos impactos do agronegócio, para garantir a preservação cultural e ambiental da comunidade.

Palavras-chave: Quilombo. Titulação territorial. Identidade. Resistência. Maranhão.

ABSTRACT

This work is dedicated to understanding the construction of the collective identity of the residents of the Deserto II Community, located in Belágua, Maranhão, Brazil. The choice of this community stems from the scarcity of sociological studies on the region, thus contributing to filling a gap in the academic literature. The research focuses on understanding how the history of this community, marked by ancestral resistance and struggles for land ownership, shapes the identity of its members. The research problem revolves around the following questions: Do the identity elements of the Deserto II community allow it to be categorized as a quilombola remnant? How do the community's residents relate to the territory they occupy? What are their memories of the history and trajectory of the community? To address these questions, the general objective is to understand the history, form, and dynamics of the occupation of the Deserto II Community and its influence on the community's identity and territoriality. The specific objectives are: to identify the relationship between the residents and their territory; to understand the conflicts, segregation, and resistance related to the community's permanence; and to observe, through interviews and documents, the initial steps in the community's pursuit of territorial titling. To achieve these objectives, a qualitative approach was adopted, combining documentary, bibliographic, and ethnographic research. For field data collection, an ethnographic incursion was chosen, consisting of three four-day stays in February, March, April, and May 2023. Semi-structured interviews were conducted with 12 community residents, direct descendants of the founder, to capture identity elements, dynamics, and trajectories related to the territory. The theoretical-methodological foundations adopted for data analysis are based on the following authors: ethnographic concepts from Angrosino (2009); identity concepts as discussed by Max Weber (1991) and Fredrik Barth (2011); studies on power relations and the struggle for citizenship and rights in the face of marginalization and social inequality by Boaventura de Sousa Santos (1995) and Carril (2006); collective memory as defined by Pollak (1989) and Maurice Halbwachs (1990); and oral history by Marre (1991). The results highlight the complexity of the self-identification process of the quilombola community of Deserto II, with the territory emerging as a central element of its identity, understood not only as a geographical space but also as a symbol of collective memory, resistance, and cultural continuity. Quilombola identity was observed as dynamic, constructed through lived experiences, social interactions, and political engagement. The struggle for territorial titling proved to be essential for the community's security, dignity, and cultural continuity, emphasizing the leading role of female leadership. The study also points to the need for inclusive public policies and intersectional analyses between territorial rights and environmental justice, given the impacts of agribusiness, to ensure the cultural and environmental preservation of the community.

Keywords: Quilombo. Territorial Titling. Identity. Resistance. Maranhão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Ponte sobre o Rio Mocambo (1864) em Urbano Santos	28
Figura 2 — Cachoeira dos Domingos	29
Figura 3 — Maria Aldenora Florêncio da Silva	31
Figura 4 — Casa de taipa na Comunidade Deserto II	33
Figura 5 — Construção mais recente com teto de alvenaria	33
Figura 6 — Abertura da comemoração do dia 1º de maio	45
Figura 7 — Comemoração anual da libertação dos escravizados	45
Figura 8 — Certidão de nascimento de Maria Aldenora Florêncio da Silva	47
Figura 9 — Maria da Conceição Silva e seu filho José de Ribamar	48
Figura 10 — Imagem de São José	50
Figura 11 — Altar da igreja da comunidade Deserto II	53
Figura 12 — Pilão que pertenceu à fundadora de Deserto II	53
Figura 13 — Alcides Florêncio da Silva	60

LISTA DE SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

CGJ-MA – Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ITERMA – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão.

PIB – Produto Interno Bruto.

SEIR – Secretaria de Estado da Igualdade Racial.

UI – Unidade Interligada de Registro Civil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA	14
1.1 Território e identidade étnica	16
1.2 Identidade e relações de poder	21
1.3 História Oral e Memória Coletiva	24
2 ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS DA REGIÃO	28
2.1 Belágua e Deserto II	30
2.2 Impactos ambientais, biodiversidade e agronegócio	34
2.3 Discriminação, resistência e permanência	36
3 SOMOS DESERTO	40
3.1 O trabalho de campo: conhecendo a comunidade	40
3.2 A trajetória da Comunidade Deserto II: dilemas e resistências	46
3.3 Religiosidades híbridas	50
4 VOZES DA RESISTÊNCIA NO TERRITÓRIO HABITADO	55
4.1 Origem comum, laços familiares e relações raciais	56
4.2 Identidade, território e autorreconhecimento como quilombola	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE A - Transcrição das entrevistas	70
APÊNDICE B - Perguntas da entrevista semiestruturada	120
APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	121

INTRODUÇÃO

Este trabalho se dedica à compreensão da construção da identidade coletiva dos moradores da comunidade Deserto II, localizada em Belágua, Maranhão. A escolha dessa comunidade se deu pela escassez de estudos sociológicos sobre a região, contribuindo, portanto, para suprir uma lacuna na literatura acadêmica. A pesquisa se concentra na compreensão de como a história dessa comunidade, marcada pela resistência ancestral e pelas lutas pela posse da terra, molda a identidade de seus membros, revelando a profundidade e a complexidade do processo de autoidentificação com suas raízes quilombolas.

O ponto de partida para chegar até o campo de estudo foi o momento em que estive em Belágua, em 2021, período em que pesquisava sobre o subregistro de nascimentos e óbitos ocorridos no município, que no período apresentava o maior índice da região Nordeste. O objetivo na época da visita era a escrita de uma monografia sobre o tema, requisito para a finalização de pós-graduação em Direito Notarial e Registral. Sobre a preocupante situação de alto índice de subregistro, devido à grande repercussão deste número, em 2020, o município foi contemplado com a instalação de uma Unidade Interligada de Registro Civil (UI). Essa iniciativa foi promovida pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), em colaboração com a Prefeitura Municipal de Belágua e o cartório extrajudicial de Urbano Santos. A partir desta mudança, as crianças nascidas na maternidade local têm a possibilidade de obter sua Certidão de Nascimento diretamente no município, evitando a necessidade de deslocamento até Urbano Santos, sede da comarca, localizada a 13,8 km de distância.

Em conversa com a assistente social do município tive conhecimento da existência de uma comunidade rural constituída por descendentes de pessoas escravizadas que se aquilombaram naquele lugar, mas que ainda não possuíam o reconhecimento de seu território. À época eu cursava a disciplina de “Pensamento Social Brasileiro” como aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFMA, e logo percebi que estava diante de um possível objeto de pesquisa. Desta forma, busquei mais informações sobre a comunidade até fazer contato por telefone com o senhor Luís Gonzaga, Presidente da Associação de Moradores de Deserto II.

Após tomar conhecimento das informações que me foram prestadas na Secretaria de Assistência Social do Município e pelo conteúdo da conversa que tive com o senhor Luís Gonzaga, surgiram muitos questionamentos, principalmente em relação a produção da identidade da comunidade, considerando a história de colonização e o período de escravidão em nosso país. Importante mencionar que nesse período (2021) o Estado do Maranhão

iniciava um processo de reparação histórica com o objetivo de certificar territórios remanescentes de quilombos por meio de ações da Secretaria de Estado da Igualdade Racial (SEIR).

O Maranhão é o estado com maior quantitativo de localidades quilombolas, com 2.025 (23,99%). Em seguida estão a Bahia, com 1.814 localidades, e Minas Gerais com 979 localidades, correspondendo, respectivamente, a 21,49% e 11,60% do total, segundo dados do Censo 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Apesar deste número, somente em 28 de dezembro de 2020 foi sancionado pelo governador, Flávio Dino, o Estatuto Estadual de Igualdade Racial. Esta Lei tem por finalidade estabelecer as diretrizes para a defesa dos direitos humanos da população negra, a efetivação da igualdade de oportunidades e promover ações de combate à discriminação, ao racismo e demais formas de intolerância étnico-racial. Um dos resultados provenientes da existência desse Estatuto foi, em agosto de 2021, o início do processo de reconhecimento e certificação de comunidades quilombolas no Maranhão pela Secretaria de Estado da Igualdade Racial (SEIR).

O início desse processo de reconhecimento e certificação em 2021 ocorreu no Estado de forma tardia o que justifica o alto número de comunidades autodeclaradas quilombolas e não reconhecidas no Maranhão. A partir da Constituição Federal de 1988, foram reconhecidos os direitos das comunidades remanescentes de quilombos. Através do artigo no 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) foi estabelecido que essas comunidades possuem o direito ao território que ocupam, sendo o Estado responsável por providenciar a emissão dos títulos respectivos. Para ter acesso a esse direito, os remanescentes de quilombos devem passar pelo processo de autorreconhecimento legal da comunidade.

Inicialmente, esta pesquisa buscava compreender se uma eminente certificação (situação cogitada pelas lideranças da comunidade Deserto II) como território remanescente quilombola e todas as políticas públicas que viriam junto com o reconhecimento teriam alguma influência sobre o autorreconhecimento dos membros da comunidade. Após descobrir por meio do Presidente da Associação de Moradores da Comunidade Deserto II que nunca houve um pedido de Certificação Quilombola feito por sua comunidade junto à Fundação Palmares ou a Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial do Estado do Maranhão, mas somente um pedido de titulação da área que ocupam junto ao Instituto de Colonização e Terras do Maranhão, ITERMA, esta pesquisa teve que tomar novos rumos. A titulação da área é prerrogativa para que o pedido de Certificação Quilombola possa ser iniciado junto aos órgãos competentes

Na busca por melhorias para a comunidade Deserto II, a associação de moradores têm lutado pelo direito a terra em que vivem há mais de 100 anos, o que resultou em ações como o protocolo do primeiro pedido de titulação da área no ano de 2016, junto ao ITERMA, órgão responsável pela titulação de terras em áreas do Estado e certificação de territórios de quilombo. O resultado desse primeiro protocolo foi o arquivamento do pedido por falta de documentos.

Em fevereiro de 2023, a associação apresentou novo pedido ao ITERMA, de titulação territorial, ocasião em que seus representantes souberam sobre o direito a titulação territorial caso a comunidade fosse certificada como remanescente de quilombos. Não houve até o momento de finalização da escrita do nosso estudo pedido para o reconhecimento da comunidade junto à Secretaria de Estado da Igualdade Racial, SEIR, já que no Estado do Maranhão a referida Secretaria de Estado possui competência para a certificação das comunidades remanescentes ou pedido direcionado a Fundação Palmares. A comunidade Deserto II, atualmente, encontra-se no processo de análise do pedido de titulação do território.

Compreendemos o território pela definição de Little (2002, p.03). “Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”. Esse conceito reflete a relação profunda entre os grupos e o espaço que ocupam, indo além da mera ocupação física.

A territorialidade envolve a construção de significados e identidades que são moldados pelo uso e controle do território em questão. Assim, o território não é apenas um espaço geográfico, mas um ambiente carregado de valor simbólico e social, no qual as práticas culturais, tradições e modos de vida são preservados e reforçados. Esse conceito é particularmente relevante para povos tradicionais, como quilombolas e indígenas, que associam seus territórios à sua identidade coletiva e à manutenção de seus modos de vida.

A partir do exposto, verificamos a necessidade de estudar a seguinte problemática: os elementos identitários da comunidade Deserto II permitem categorizá-la como remanescente de quilombo? Como os moradores da comunidade se relacionam com o território que ocupam? Quais suas memórias sobre a história e a trajetória da comunidade?

Para responder a essas questões temos como objetivo geral: compreender a história, a forma e a dinâmica da ocupação da comunidade Deserto II e sua influência na identidade e na territorialidade dessa comunidade. E como objetivos específicos: identificar a relação entre os moradores da comunidade e seu território; compreender as situações de conflito, segregação e resistência relacionadas à permanência na comunidade; observar nas “falas” e nos

documentos os primeiros passos do processo de busca de titulação territorial na dinâmica dos membros dessa comunidade.

Percursos metodológicos

Para esta pesquisa foram adotadas metodologias que pudessem viabilizar a produção de dados acerca da história da comunidade, trajetória e relação dos membros com o seu território, a partir da vivência de conflitos relacionados à permanência, segregação e relações de poder imbricados neste percurso, além dos elementos identitários. Realizamos revisão bibliográfica de trabalhos publicados sobre as temáticas abordadas assim como a consulta a documentos relativos às Leis e normas vigentes em âmbito Federal e Estadual acerca dos direitos das comunidades quilombolas.

Na produção de dados em campo, optou-se por uma incursão etnográfica sendo o total de três estadias de quatro dias cada viagem, durante os meses de fevereiro, março, abril e maio de 2023. A produção de dados etnográficos teve como base os conceitos de Angrosino (2009). No livro *Etnografia e observação participante* (2009), Michael Angrosino propõe uma abordagem metodológica que privilegia a etnografia, ressaltando a observação participante como um recurso central para investigações qualitativas.

Segundo o autor, essa técnica permite ao pesquisador uma imersão profunda no contexto social estudado, possibilitando uma compreensão detalhada das dinâmicas e interações do grupo. Ao participar ativamente do ambiente de pesquisa, o observador não apenas recolhe dados, mas também vivencia as experiências dos sujeitos, o que enriquece a interpretação dos fenômenos observados. Assim, Angrosino (2009) evidencia a relevância da observação participante como um pilar essencial nas pesquisas etnográficas. O autor acredita que o sucesso da etnografia depende dessa combinação entre imersão, observação atenta, entrevistas qualitativas e análise reflexiva, sempre respeitando a ética da pesquisa antropológica.

Verificamos acerca da comunidade, proposições relacionadas ao seu território, além da compreensão acerca das situações de conflito, segregação e resistência relacionadas a permanência da comunidade e observação dos primeiros passos e impactos do processo de titulação territorial na dinâmica dos membros desta comunidade.

Refletimos a partir da perspectiva da história oral e da memória coletiva constituída em torno das disputas internas e externas sobre a posse da terra onde vivem e em relação a segregação a que foram submetidos. A partir dos depoimentos de seus membros foi possível

registrar parte da história da comunidade, bem como a memória, que segundo Motta (2012, p. 25) “exerce um poder incomensurável na construção de uma identidade de grupo, consagrando os elementos pelos quais se veem como pertencentes a determinado coletivo”. A autora esclarece sobre a importância da valorização de todos os grupos formadores da memória de uma cidade, ao afirmar que “se entendermos que a memória só se explica pelo presente, pode-se afirmar que é deste presente que ela recebe incentivos para se consagrar enquanto um conjunto de lembranças de determinado grupo”, (Motta 2012, p. 25).

Os sujeitos da pesquisa foram 12 moradores da comunidade Deserto II, sendo oito homens e quatro mulheres, dentre os descendentes da fundadora da comunidade, a senhora Eduarda Conceição da Silva. A escolha dos moradores participantes da pesquisa se deu por critério de parentesco com a fundadora da comunidade.

Foram entrevistados quatro netos, seis bisnetos e uma tataraneta de Eduarda Conceição, além de uma sobrinha de sua terceira filha com o intuito de apreendermos, observamos os elementos identitários destas pessoas remanescentes de quilombo, bem como suas dinâmicas e trajetórias em torno da relação destes indivíduos com o território da comunidade, além de registrarmos suas narrativas. Todos os participantes da pesquisa autorizaram o uso de seu nome e imagem que serão apresentados neste trabalho. As pesquisas foram guiadas a partir de um questionário semiestruturado com possibilidade de perguntas abertas conforme acreditássemos que seria um ganho para o nosso estudo. Todo o diálogo com os entrevistados foi gravado em vídeo por meio de um aparelho celular.

A escrita dos dados produzidos gerou quatro capítulos: no Capítulo 1 são apresentados os principais conceitos que norteiam o trabalho, com destaque para identidade e territorialidade. O Capítulo 2 traça o contexto histórico e social do município de Belágua (desmembrado de Urbano Santos) e da Comunidade Deserto II. No Capítulo 3, o foco recai sobre as narrativas orais e as memórias coletivas dos moradores da Comunidade Deserto II. Por meio de depoimentos de descendentes da matriarca fundadora, reconstrói-se a história de formação da comunidade e explora-se a relação simbólica e prática que os moradores estabelecem com o território. O Capítulo 4 continua a explorar as narrativas dos moradores da Deserto II, abordando os desafios e primeiros passos dados pela comunidade na luta pela titulação de suas terras e reconhecimento oficial como remanescente de quilombo. Por fim, nas Considerações Finais, é apresentada uma síntese dos principais achados da pesquisa, com ênfase na complexidade do processo de construção da identidade quilombola e na centralidade do território nesse contexto, entre outras observações.

1 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este capítulo é dedicado aos conceitos sobre os direitos dos remanescentes quilombolas no Brasil e a aproximação destes conceitos com as especificidades da comunidade do nosso estudo, Deserto II. Abordaremos o conceito de identidade quilombola, territórios, relações de poder e vulnerabilidade, segregação, resistência e memória coletiva.

Segundo o antropólogo José Maurício Arruti (2008) a categoria remanescente de quilombo é de natureza jurídica e institui uma nova figura de direito. Arruti (2008) argumenta que, historicamente, o termo quilombo não possui uma definição consensual; a categoria remanescente de quilombos surge como uma alternativa mais precisa e legalmente estabelecida, introduzindo uma nova figura de direito, criando um marco legal.

A categoria “remanescentes de quilombos” é de natureza jurídica e institui uma nova figura de direito. É verdade que ela está sustentada numa categoria histórica que é a de ‘quilombo’. E o ‘quilombo’ enquanto categoria histórica é uma categoria confusa. Resumidamente, se pegarmos os poucos trabalhos historiográficos existentes sobre quilombos – já que é somente a partir de 1988 que esta temática começa a receber uma atenção maior – e tentarmos fazer uma síntese sobre qual seria o conceito de quilombo, historicamente falando, não existe um conceito unânime. Na legislação do século XVIII dizia-se, por exemplo, que o quilombo poderia ser desde um pequeno grupo de fugitivos que viviam na estrada à custa de assaltos às fazendas ou mesmo aos passantes, ou seja, uma espécie de grupo nômade de economia predatória até uma organização complexa como o Quilombo de Palmares, formado por várias aldeias, com uma estrutura militar, comercial, com hierarquias entre as diferentes aldeias que formavam uma federação, enfim, de fato, uma espécie de miniatura de Estado. Então, se você observa esta enorme variação, você percebe que o conceito de quilombo não era um conceito descritivo que nós pudéssemos tomar como âncora para orientar o nosso olhar. Ele era um conceito classificatório, aplicado aos grupos de escravos que, por algum motivo, se mostravam perigosos e precisavam ser combatidos. O quilombo, portanto, era uma categoria acionada num momento de perigo, ela não é uma categoria descritiva de valor genérico. Mas a marca de um grupo de negros, fugidos, que de alguma forma produz uma situação de insegurança para a ordem vigente. Diante desse quadro, não existe um único conteúdo historiográfico com o qual a categoria quilombo pudesse ser preenchida (Arruti, 2003, p.1).

A introdução da categoria remanescentes de quilombos como uma figura jurídica mais precisa é um passo importante para a compreensão e proteção dos direitos das comunidades quilombolas, como a Comunidade Deserto II. A base legal ocorre a partir da Constituição Federal de 1988 quando foram reconhecidos os direitos das comunidades remanescentes de quilombos. A Constituição reconhece o direito das comunidades quilombolas à propriedade de suas terras, direito este que é a garantia fundamental para a preservação das práticas culturais e modo de vida dos membros dessas comunidades. O reconhecimento das comunidades

quilombolas é ato de correção histórica de injustiças e discriminações sofridas por esse grupo étnico.

Através do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) foi estabelecido que essas comunidades possuem o direito ao território que ocupam, sendo o Estado responsável por providenciar a emissão dos títulos respectivos. Para ter acesso a esses direitos os remanescentes de quilombos devem passar pelo processo de autorreconhecimento legal da comunidade. O processo de autorreconhecimento das comunidades quilombolas é estabelecido pela Portaria nº 98/2007 da Fundação Cultural Palmares, órgão responsável por instituir o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos conforme atribuição do Decreto Federal nº 4.887/2003.

Outra base legal importante é o Estatuto da Igualdade Racial, sancionado em 20 de julho de 2010. Estabelece um marco importante na luta contra o racismo e a promoção da igualdade no Brasil. A legislação foi criada em resposta a séculos de opressão racial e desigualdade, não sem a luta dos movimentos sociais e pressões por mudanças, buscando criar um marco legal que reconhecesse a necessidade de ações afirmativas e políticas públicas para enfrentar essas questões profundamente enraizadas.

Somente em 2020, o Estado do Maranhão sancionou o seu Estatuto de Igualdade Racial. O Estatuto de Igualdade Racial do Estado do Maranhão tem por finalidade estabelecer as diretrizes para a defesa dos direitos humanos da população negra; efetivar a igualdade de oportunidades e promover ações de combate à discriminação, ao racismo e demais variadas formas de intolerância étnico-racial. Um dos resultados da aprovação deste estatuto foi o início (2021) do processo de reconhecimento e certificação de comunidades quilombolas no Maranhão pela Secretaria de Estado da Igualdade Racial (SEIR). O início desse processo de reconhecimento e certificação somente em 2021 ocorre no Estado de forma tardia, o que justifica o alto número de comunidades autodeclaradas quilombolas não reconhecidos no Maranhão, a exemplo da comunidade objeto deste estudo. A legislação abrange uma ampla gama de áreas, incluindo educação, trabalho, saúde, cultura, habitação e segurança pública. Reconhece a necessidade de ações afirmativas para garantir que grupos historicamente marginalizados tenham acesso igualitário a recursos e oportunidades, no âmbito da saúde, cultura, educação e religião.

Os direitos dos remanescentes quilombolas no Brasil é assunto complexo e tem sido discutido ao longo de muitos anos por diversas pessoas, instituições e especialistas. Alguns pontos gerais que costumam ser abordados nas discussões sobre esse tema incluem:

reconhecimento das comunidades quilombolas, direitos à terra e território, acesso a serviços básicos, diálogo e participação, desafios legais e conflitos.

Há divergências entre os discursos sobre o que se pensa acerca das questões mencionadas anteriormente, relacionadas à opinião pública e às discussões acadêmicas. Enquanto parte da sociedade defende a garantia plena dos direitos para as comunidades quilombolas, outra parcela se preocupa com o impacto da concessão desses direitos, que envolve, por exemplo, questões econômicas, burocráticas e contestações sobre a autenticidade das comunidades.

Embora haja um percurso histórico e marco temporal da construção dos direitos dos remanescentes quilombolas, ressaltamos aspectos que nem sempre são considerados nesse contexto, a saber: a diversidade dessas comunidades quilombolas que são plurais e diferentes conforme a localidade de sua territorialidade. As comunidades quilombolas no Brasil são diversas em termos de sua localização geográfica, histórias, culturas e desafios. Cada comunidade possui características únicas que influenciam suas demandas e necessidades específicas em relação aos direitos territoriais e culturais.

1.1 Território e identidade étnica

Paul E. Little em sua obra *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil* (2002) define territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, utilizar, controlar e estabelecer uma identidade com uma área específica de seu ambiente biofísico, transformando-a em seu território. Esse conceito reflete a relação profunda entre os grupos e o espaço que ocupam, indo além da mera ocupação física. A territorialidade envolve a construção de significados e identidades, que são moldados pelo uso e controle do território em questão.

Pensando o conceito de territorialidade, Little (2002) define:

[...] como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” [...] outro aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais. Assim, a análise antropológica da territorialidade também precisa de abordagens etnográficas para entender as formas específicas dessa diversidade de territórios (Little, 2002, p. 3-4).

Afirma ainda que a

[...] cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (Little, 2002, p. 4).

Assim, o território não é apenas um espaço geográfico, mas um ambiente carregado de valor simbólico e social, no qual as práticas culturais, tradições e modos de vida são preservados e reforçados (Santos, 1995). Esse conceito é particularmente relevante para povos tradicionais, como quilombolas e indígenas, que associam seus territórios à sua identidade coletiva e à manutenção de seus modos de vida.

Trazemos aqui, também, o que aconteceu com milhões de pessoas e que envolveu diretamente a noção de território em seu sentido literal e com consequências cruéis, mortíferas e estigmatizantes: o período escravocrata. No decorrer do processo de colonização, milhões de pessoas negras foram negociadas no continente africano, despojadas de suas culturas locais e submetidas a um processo de violência e desumanização ao serem trazidas para trabalharem na condição de escravizadas no Brasil e em outros países da América Latina e América do Norte.

Os indivíduos submetidos à servidão escravocrata, como não tinham outra forma de escapar do sistema de escravização, faziam resistência difusa, sendo as fugas um modo de saída dessa cadeia exploratória, o que originou o movimento e o surgimento dos quilombos. Sujeitos que foram desterritorializados, obtiveram na fuga para novos territórios um modo de sobreviver. Poderíamos falar que esse processo não ocorreria se não fosse a necessidade e a capacidade de resiliência e ressignificação do território como meio de manter um povo vivo na sua cultura e existência.

Cavalcanti e Wanderley (2014) afirmam que a ressignificação dos territórios, em um contexto de globalização, torna-se um espaço onde a cidadania se manifesta por meio de práticas sociais e políticas, nas quais os indivíduos e grupos locais negociam suas identidades e direitos frente às transformações globais.

Em nossa pesquisa, a importância do território e da identidade quilombola surge como temas centrais que se repetem nas falas de quase todos os entrevistados. O território, para a maioria, é visto como um espaço de resistência e de pertencimento, ligado à luta histórica pela liberdade.

No que se refere à questão da identidade, teorias modernas têm enfatizado a dimensão política da identidade e do seu caráter diacrítico, tendo por base teórica as teses de Max Weber. O sociólogo, um dos mais influentes teóricos sociais, abordou a questão da identidade étnica

em sua obra *Economia e Sociedade*, publicada originalmente em 1922. A identidade étnica, do ponto de vista de Weber (2005), é uma dimensão importante das identidades sociais que moldam a ação e a interação das pessoas em sociedade. Ele discutiu a importância das identidades étnicas e nacionais na formação das sociedades modernas e na compreensão das dinâmicas sociais. No entanto, é importante notar que Weber não concentrou especificamente sua obra em identidade étnica, mas em temas mais amplos relacionados à sociologia compreensiva.

Weber (2005) introduziu o conceito de racionalização para descrever o processo pelo qual a sociedade moderna se torna cada vez mais orientada para a eficiência e a racionalidade. Weber também apontou as consequências negativas da racionalização. A vida nas sociedades modernas tende a ser mais despersonalizada e mecanizada, o que ele chamou de a jaula de ferro¹ da burocracia. Nesse sentido, os indivíduos podem sentir-se aprisionados por um sistema impessoal e rígido, onde o espaço para a espontaneidade e os valores tradicionais é reduzido.

O conceito de dominação e os diferentes tipos de autoridade que exercem o poder também foram explorados por Max Weber (1991). Para ele, a dominação pode ser baseada em autoridade tradicional, carismática ou legal-racional. Esses tipos de autoridade podem influenciar as identidades étnicas e a forma como os grupos étnicos são tratados na sociedade. Por exemplo, certos grupos étnicos podem estar organizados em dinâmica de autoridade tradicional com base em sua herança cultural, mas também podem ser influenciados pelo Estado por meio de normas e legislações vigentes. Os membros da Comunidade Deserto II, por exemplo, têm sua história pautada na tradição e reivindicam a titulação de seu território como remanescentes de quilombo com base em sua herança histórica e cultural; no entanto, há que se ressaltar que estes indivíduos estarão submetidos às regras estatais durante todo o processo de reconhecimento de seu território.

Max Weber tratou também da relação entre etnicidade e religião e como essa combinação poderia influenciar na identidade étnica e suas ações sociais. O autor analisou como crenças religiosas poderiam moldar valores e práticas culturais de grupos étnicos específicos. Sobre este aspecto, observamos a dinâmica religiosa sincrética da Comunidade Deserto II (afro-católica), construída ao longo dos anos. Há elementos de religiosidade que se

¹Max Weber (2005) introduziu a metáfora da “jaula de ferro” no livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Com essa expressão, ele ilustra como a racionalização e a burocracia na sociedade moderna criam um sistema de controle impessoal, que aprisiona os indivíduos em estruturas rígidas, limitando sua liberdade e criatividade.

transformaram enquanto outros foram esquecidos pelos indivíduos daquela comunidade, conforme mostraremos mais adiante.

A abordagem de Max Weber (1991) oferece uma compreensão rica e multifacetada das identidades étnicas, enfatizando a importância da tradição cultural, dos grupos sociais e da política na construção e evolução dessas identidades em contextos sociais complexos. Suas ideias lançam luz sobre a natureza dinâmica e multifacetada das identidades étnicas nas sociedades contemporâneas. O autor enfatizou a relação entre fatores culturais, econômicos e políticos na formação das identidades étnicas. A análise de Max Weber sobre identidade étnica e sua relação com tradição cultural, grupos sociais, política, conflito étnico e modernidade oferece uma visão rica e abrangente das complexas dinâmicas que moldam as identidades étnicas nas sociedades. Weber destaca como as tradições culturais, que incluem a língua, a religião e as práticas sociais, desempenham um papel fundamental na construção das identidades étnicas. Ele argumenta que as comunidades étnicas se formam em torno de laços culturais compartilhados, muitas vezes com raízes históricas profundas.

A perspectiva de Weber (1991) também ressalta a influência dos grupos étnicos na identificação das pessoas, moldando tanto a forma como elas se veem, quanto como são percebidas pelos outros. A pertença a um grupo étnico pode afetar significativamente a identidade individual. Além disso, Weber enfatiza a relação entre identidade étnica e o Estado, observando como o Estado pode desempenhar um papel na promoção de uma identidade nacional específica, o que por sua vez pode afetar as identidades étnicas das comunidades minoritárias.

A visão de Weber (1991) também lança luz sobre os conflitos étnicos, que podem surgir quando grupos étnicos competem por recursos, poder político ou reconhecimento. Ele compreende esses conflitos como parte das dinâmicas sociais mais amplas que envolvem a interação entre diferentes identidades étnicas. Além disso, Weber observa que as identidades étnicas frequentemente se reconfiguram nas sociedades modernas. À medida que a mobilidade social, urbanização e industrialização transformam o tecido social, as identidades étnicas podem sofrer mudanças significativas. Isso destaca a adaptabilidade das identidades étnicas e como elas evoluem em resposta às transformações sociais.

A compreensão da identidade étnica e dos grupos étnicos é uma questão complexa e multifacetada nas ciências sociais. Além de Max Weber (1991), Frederik Barth (2011)), outro proeminente teórico, oferece uma perspectiva distinta do conceito de identidade étnica. As ideias desses dois autores, quando combinadas, fornecem uma compreensão abrangente das dinâmicas culturais, sociais e políticas que envolvem a construção da identidade étnica e dos

grupos étnicos. Neste estudo, exploramos a abordagem de Max Weber, exposta anteriormente, e a Barth (citado).

A combinação das perspectivas de Max Weber (1991) e Frederik Barth (2011) oferece implicações significativas para a compreensão da diversidade cultural. Reconhece-se que a identidade étnica não é fixa, mas sim uma construção dinâmica que é influenciada pelas interações sociais, históricas e políticas. Essa compreensão mais holística também desafia as noções de pureza cultural e enfatiza a importância da adaptação e da troca cultural entre grupos étnicos.

A relação entre a visão de Max Weber sobre identidade étnica e a abordagem de Frederik Barth em relação aos grupos étnicos nos traz uma perspectiva mais abrangente sobre a complexidade da construção da identidade étnica e da formação dos grupos étnicos. Ao reconhecer a interconexão entre características culturais compartilhadas e relações sociais, obtemos uma visão mais rica e dinâmica da diversidade cultural que enriquece nosso entendimento das complexas interações entre os seres humanos em uma sociedade globalizada.

O antropólogo Frederik Barth argumentou que a identidade étnica não é uma característica fixa e essencial de um grupo, mas sim algo que é construído e mantido por meio de interações sociais. Ele ressaltou a importância das fronteiras étnicas na definição de grupos étnicos. Fronteiras que não necessitam ser especificamente de ordem geográfica, mas sim de ordem social e cultural e que definem, delimitam quem faz parte de um grupo étnico e quem não faz parte de determinado grupo (Barth, 2011). O processo contínuo e dinâmico de diferenciação e interação na construção da identidade étnica é fluído além de apresentar alterações ao longo do tempo. A interação entre grupos étnicos é fundamental para a construção e manutenção das identidades étnicas. Barth argumentou que é por meio dessas fronteiras que as pessoas definem a si mesmas e aos outros como pertencentes a um grupo étnico específico.

Sob este aspecto, vemos uma forte integração com a identidade quilombola e seus processos de modificação. A comunidade Deserto II apresenta elementos que identificamos como fronteiras culturais (Barth, 2011) em relação a outra comunidade, Deserto I, a partir de mecanismos que perpassam elementos culturais, sociais e políticos e que culminam com certa segregação racial. Nesse sentido, Frederik Barth (2011) enfatiza que a segregação étnica não se baseia necessariamente em hostilidade, mas é mais bem compreendida como um processo de manutenção da distinção cultural e étnica através de práticas sociais específicas. Esse conceito é valioso para analisar a diversidade étnica em sociedades quilombolas.

A identificação entre os membros dessas comunidades abrange um campo exógeno e endógeno.

O campo exógeno se refere à interação entre grupos étnicos em uma sociedade multiétnica que está fora das fronteiras culturais do grupo étnico em questão. Em outras palavras, é o espaço onde os grupos étnicos interagem com outros grupos étnicos que não compartilham sua identidade cultural como ocorre com as comunidades Deserto II (dos pretos) e Deserto I (dos brancos). Nesse contexto, as pessoas podem adotar práticas, costumes ou elementos culturais de outros grupos étnicos.

O campo endógeno, por outro lado, diz respeito à interação dentro das fronteiras culturais do grupo étnico. É o espaço onde os membros de um grupo étnico mantêm e reforçam sua identidade cultural, promovendo e preservando seus próprios costumes, práticas e tradições. No campo endógeno, a identidade étnica é mais rigidamente mantida.

Esses conceitos ajudam a compreender como os grupos étnicos gerenciam sua identidade em relação a outros grupos. Em sociedades multiétnicas, as pessoas podem atuar de maneira diferente em diferentes contextos. No campo exógeno, elas podem adotar elementos de outras culturas ou adaptar sua identidade étnica, enquanto no campo endógeno, elas podem ser mais conservadoras em relação à sua própria cultura. A distinção entre campo exógeno e endógeno oferece uma estrutura analítica para explorar as complexas dinâmicas de interação e identidade em contextos multiétnicos.

Em relação ao indivíduo, Barth (2011) expôs o processo de gerenciamento de identidade de um grupo em relação a outros grupos a partir da seguinte afirmação:

Uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional. (Barth, 2011, p. 193-194)

Para Barth (2011), os grupos étnicos estabelecem estratégias de grupo para manter suas identidades. O foco em determinadas características culturais e as ações para demarcar diferença em relação a outros grupos seriam estratégias adotadas para este fim.

O conceito de seleção cultural, como proposto pelo autor supracitado, constitui um ponto fundamental para a compreensão das dinâmicas de identidade étnica. Segundo Barth, os indivíduos pertencentes a um grupo étnico têm a capacidade de selecionar e enfatizar elementos culturais específicos que desejam incorporar à sua identidade. Essas escolhas são

profundamente influenciadas pelo contexto social em que vivem e pelas interações com outros grupos étnicos. Como já salientado, a abordagem contextual de Barth enfatiza que a identidade étnica não é uma entidade fixa, mas sim algo que se molda conforme o contexto social, econômico e político em que os grupos interagem. Isso leva a uma descentralização da noção de que existem traços culturais essenciais e autênticos que definem a identidade étnica. Em vez disso, Barth destaca a fluidez das identidades étnicas e a capacidade de reconfiguração delas em diferentes contextos. Essa perspectiva desafia noções rígidas de identidade étnica, reconhecendo a complexidade e a adaptabilidades inerentes a esse fenômeno.

Barth (2011, p.191) questiona a ideia de que um grupo étnico deve ser entendido como “um portador de cultura” e propõe que esse tipo de agrupamento se caracteriza mais como um “tipo organizacional”. Nessa análise, Barth desloca o foco dos traços específicos da cultura como elementos centrais na definição de um grupo étnico e passa a valorizar o aspecto organizacional, uma perspectiva que também havia sido abordada por Weber (1997), que afirma que o grupo étnico se constitui como uma forma de organização social. Dessa forma, para Barth (2011) a característica fundamental para definir um grupo étnico seria a auto-atribuição ou a atribuição por outros a uma categoria étnica.

Barth (2011) sugere que, no processo de análise e busca da categoria étnica, o ponto central torna-se a fronteira que delimita o grupo e não a matéria cultural que ela apresenta. Desta forma, ele nos coloca diante da reflexão de que um grupo étnico se define pela atribuição de uma identidade fundamental que traga coesão interna e possibilite formação de um coletivo, organizado conforme regras estabelecidas e sempre em interação com outros grupos de natureza semelhante.

Barth (2011) introduz o conceito de atribuição como um aspecto essencial no processo de construção identitária, uma ideia que também é central em Cardoso de Oliveira (1976). Este último, seguindo a linha de Barth (2011), destaca a importância da diferenciação para a definição da identidade étnica, enfatizando a afirmação do nós em oposição aos outros através de um processo de contraste e negação do outro. Ele também valoriza o componente organizacional como um critério distintivo para definir um grupo étnico e questiona o uso exclusivo de traços culturais como referência central para essa definição.

Brandão (1986) entende a identidade como um fenômeno que se constrói a partir do reconhecimento da diferença em relação ao outro, ou mesmo pela invenção dessa diferença. O que importa é que essa identidade se forma por meio de um processo em que a alteridade e a oposição a outras identidades são características intrínsecas. Contudo, essa concepção abrange

diferentes tipos de identidades sociais. Para Brandão, a identidade étnica, em particular, é identificada pelo uso de “diferenças biológicas” e “diferenças culturais” como critérios para distinguir a pertença a um determinado grupo étnico. Assim, são construções sociais que utilizam esses elementos distintivos para que as pessoas que compartilham dessas características possam se reconhecer como parte de um agrupamento.

1.2 Identidade e relações de poder

Boaventura de Sousa Santos, sociólogo e acadêmico português conhecido por seu trabalho em teoria crítica e estudos pós-coloniais, discute amplamente sobre identidade e relações de poder em várias de suas obras. Sua abordagem frequentemente enfoca questões de justiça social, pluralismo e transformação social. Um dos conceitos-chave no trabalho de Santos e Meneses (2009) é o de epistemologias do Sul global. Essa expressão se refere a perspectivas de conhecimento que emergem de contextos não hegemônicos e desafiam as hierarquias que posicionam o conhecimento ocidental como hegemônico. Ele destaca a importância de reconhecer e valorizar perspectivas diversas, enriquecendo, assim, nosso entendimento do mundo.

Além disso, Sousa (1995) destaca a necessidade de promover o diálogo intercultural e transcultural como um meio de fomentar a compreensão e a cooperação entre diferentes grupos e tradições. Esse diálogo é fundamental para a construção de sociedades mais inclusivas e tolerantes. Para o autor, a transformação social não é um objetivo distante, mas um processo contínuo que requer ações coletivas. Isso envolve desafiar as estruturas de poder existentes e buscar alternativas emancipatórias que possam levar a uma sociedade mais justa e equitativa.

Em sua análise, Boaventura de Sousa Santos adota uma postura crítica, questiona as normas estabelecidas e propõe novas abordagens para compreender e lidar com as identidades e as complexas relações de poder em um mundo caracterizado pela diversidade e pela interconexão. Suas ideias fornecem uma base sólida para repensar como podemos promover direitos humanos, justiça social e transformação em nossa sociedade contemporânea.

Santos (1995) argumenta que a resistência contra relações de poder opressivas muitas vezes envolve a construção de contra-hegemonias e contradiscursos. Isso implica desafiar narrativas dominantes e oferecer perspectivas alternativas. Nesse processo, ele destaca a importância do reconhecimento das identidades culturais, étnicas e sociais marginalizadas. Isso inclui a luta por direitos, reconhecimento político e respeito pela diversidade.

Os indivíduos entrevistados em nossas incursões etnológicas na Comunidade Deserto II, durante o primeiro semestre de 2023, apresentam narrativas que vão de encontro a essa ideia de construção de um discurso contra-hegemônico a partir de territórios de luta do Sul global. Também Lourdes Carril, em sua obra *Quilombo, Favela e Periferia – A longa busca da cidadania* (2006) realizou uma análise aprofundada das experiências das comunidades afro-brasileiras em favelas e periferias de São Paulo, metrópole nacional, destacando a luta incansável por cidadania e direitos em áreas urbanas historicamente caracterizadas pela marginalização e desigualdade social.

O livro aborda como essas comunidades estabelecidas em favelas (quilombos urbanos) têm enfrentado e respondido a desafios significativos que permeiam suas trajetórias históricas. A abordagem se inicia traçando a história das comunidades afro-brasileiras, muitas vezes consideradas como herdeiras das tradições dos quilombos históricos. Mostra as estratégias adotadas por essas comunidades para manter suas identidades culturais e resistir à discriminação racial e à marginalização ao longo do tempo.

Além disso, a obra analisa o processo de urbanização e a formação de favelas e periferias em cidades brasileiras, destacando como a falta de acesso a serviços básicos, habitação digna e oportunidades de emprego contribuiu para a persistente desigualdade social nesses contextos urbanos. Todavia, aponta que a mobilização e a organização comunitária nas favelas e periferias, de acordo com Carril (2006), são importantes para a reivindicação de direitos, resistência às políticas discriminatórias e a busca por melhorias nas condições de vida. Esses aspectos podem ser observados na comunidade de nosso estudo, Deserto II, que está localizada em área que pode ser compreendida como periferia do Brasil profundo, no interior do Maranhão.

1.3 História Oral e Memória Coletiva

A História Oral é uma técnica que, embora se baseie em métodos teóricos e científicos, faz uso de recursos simples. Ela oferece a capacidade de enriquecer pesquisas por meio de diferentes pontos de vista, acrescentando dimensões que ultrapassam as limitações dos documentos escritos.

Conforme destacado por Queiroz (2008), ao longo dos séculos, o relato oral tem desempenhado um papel fundamental como a principal fonte humana para a preservação e disseminação do conhecimento, representando, em outras palavras, a fonte primordial de

dados para a ciência em geral. A palavra precedeu tanto o ato de desenhar quanto o de escrever, sendo a escrita, quando inventada, meramente uma cristalização do relato oral.

Segundo a interpretação de Gonçalves e Lisboa (2007), “a história oral é um instrumento pós-moderno para se entender a realidade contemporânea. Pós-moderno por sua elasticidade, imprevisibilidade e flexibilidade.” Destacamos a citação de Aspásia Camargo para o tema:

Gostaria de começar com uma provocação, dizendo que a História Oral, no fundo, é um instrumento pós-moderno para se entender a realidade contemporânea. E digo isso não por um gosto pelo modismo, que acho que não tenho, mas por uma convicção profunda de tentar entender a complexidade desse instrumento, suas diversas facetas, seus resultados inesperados e as mil maneiras através das quais este método está sendo utilizado no mundo. (Camargo, 1994, p. 75)

Marre (1991) ressalta o caráter singular da história oral, uma vez que alcançar o entendimento geral a partir de diversas narrativas individuais de histórias de vida requer a capacidade de atribuir a essas narrativas uma síntese que emerge a partir das particularidades de cada uma delas. “Quando o indivíduo vivencia e relata sua trajetória, se identifica a um grupo social do qual ele é elemento constitutivo” (Marre, 1991, p.128).

Adotamos o conceito de métodos biográficos conforme definido por Marre (1991), em que os recursos autobiográficos, como relatos e histórias de vida, são considerados não apenas como técnicas de pesquisa, mas também como elementos intrínsecos a um método. Para Marre (1991, p. 89), o método biográfico “tem como objetivo – a partir da totalidade sintética que é o discurso específico de um indivíduo – reconstruir uma experiência humana vivida em grupo e de tendência universal.”

Outra questão importante é que a metodologia da história oral emprega uma variedade de técnicas de entrevista para dar voz a indivíduos que frequentemente são silenciados, e, por meio das peculiaridades de seus relatos, contribui para a manutenção da memória coletiva. Como exemplo, as comunidades remanescentes de quilombos, as quais sempre a invisibilidade foi imposta. Outro ponto importante é o fato de que em grupos como as comunidades quilombolas os saberes são transmitidos de forma oral, demonstrando o grande potencial da história oral para captar informações inéditas da memória coletiva.

A memória coletiva é um alicerce essencial para a identidade e coesão de uma comunidade. Ela abriga as histórias, tradições e experiências compartilhadas que definem quem somos como grupo e nos conectam ao nosso passado. Através da memória coletiva uma

comunidade preserva e transmite seu patrimônio cultural, fornecendo um senso de continuidade e pertencimento. Além disso, a memória coletiva desempenha um papel crucial na formação de valores comuns, normas e princípios que guiam o comportamento dos membros da comunidade. Ela também serve como uma fonte de aprendizado, permitindo que a comunidade reflita sobre erros e sucessos passados, adaptando-se e evoluindo com o tempo. A memória coletiva é um tesouro que fortalece a identidade de uma comunidade e proporciona a base para um futuro sólido e compartilhado.

A análise sobre a memória coletiva realizada por Maurice Halbwachs (1990) indica que os diversos pontos de referência que constituem e organizam nossa memória pessoal conectam-se à memória da comunidade à qual pertencemos. Além disso, destacam-se os monumentos que Pierre Nora (1993) detalhadamente analisou como lugares de memória, associados ao patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham ao longo de nossas vidas. Paisagens, datas significativas e personagens históricas, cuja importância nos é constantemente lembrada, juntam-se a tradições, costumes, regras de interação, folclore, música e até mesmo as tradições culinárias como elementos constituintes da memória pessoal e coletiva.

Nesse contexto, diversos pontos de referência são indicadores empíricos da memória coletiva de um grupo específico. A memória coletiva, assim, revela-se como uma memória estruturada, repleta de hierarquias e classificações. É uma memória que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o distingue de outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais que definem a identidade e a coesão desse grupo.

Portanto, a análise de Halbwachs (1990) sobre a memória coletiva não apenas destaca a riqueza e a diversidade dos elementos que a compõem, mas também ressalta a importância desses elementos na construção de identidades e na manutenção das fronteiras culturais e sociais que delimitam o pertencimento a um grupo específico. Assim, essa análise evidencia a relevância da memória coletiva na compreensão da dinâmica das sociedades e na formação das identidades individuais e coletivas.

A abordagem durkheimiana e a perspectiva de Maurice Halbwachs oferecem uma visão profunda e esclarecedora sobre a memória coletiva. Na ótica de Durkheim (2003), a ênfase recai sobre a força quase institucional dessa memória, realçando a sua duração, continuidade e estabilidade. Halbwachs (1990), por sua vez, vai além de ver a memória coletiva como uma imposição ou forma de dominação, destacando suas funções positivas. Ele enfatiza o papel crucial da memória compartilhada na coesão social, evidenciando que essa coesão não se baseia na coerção, mas sim na adesão afetiva ao grupo, o que ele descreve

como uma comunidade afetiva. Na tradição europeia do século XIX, por exemplo, Halbwachs identifica a nação como a expressão mais completa de um grupo, onde a memória nacional é a forma mais abrangente de memória coletiva.

Ademais, segundo Pollak (1989), Halbwachs insinua a seletividade inerente a toda memória, ao mesmo tempo em que destaca um processo de negociação para harmonizar a memória coletiva com as memórias individuais. Ele enfatiza que, para que a nossa memória possa enriquecer-se com as memórias dos outros, não basta que eles compartilhem seus testemunhos. É igualmente necessário que nossa própria memória esteja disposta a concordar com suas memórias e que existam pontos de contato suficientes entre elas para que as recordações dos outros possam ser reconstruídas sobre uma base comum.

A visão de Durkheim (2003) e Halbwachs (1990) sobre a memória coletiva destaca a importância da memória compartilhada na coesão social e na identidade de um grupo. Enquanto Durkheim (2003) ressalta a estabilidade e continuidade da memória coletiva, Halbwachs destaca a natureza afetiva e a capacidade de negociação inerente a essa memória. Ambas as perspectivas contribuem para uma compreensão mais profunda das complexas interações entre a memória coletiva e as memórias individuais nas sociedades humanas.

Neste trabalho, priorizamos a análise das vozes silenciadas, dos marginalizados e das minorias raciais a partir da história oral que tem enfatizado a importância das memórias subjacentes, as quais, como parte integrante das culturas minoritárias e oprimidas, frequentemente contrastam com a chamada “memória oficial”, geralmente representada pela memória nacional. Trata-se de uma perspectiva que estabelece a empatia com os grupos marginalizados como um imperativo metodológico, reabilitando, assim, a periferia e a marginalidade no contexto da pesquisa histórica sobre comunidades quilombolas.

É fundamental enfatizar que as informações referentes à história de origem da Comunidade Deserto II são de relevância significativa, principalmente no que diz respeito à memória coletiva do grupo. Isso se deve ao valor substancial que foi atribuído aos relatos orais dos moradores da comunidade, os quais desempenham um papel importante na pesquisa, particularmente quando se trata de reconstituir eventos que esclarecem a formação histórica e construção identitária da população residente em Deserto II.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS DA REGIÃO

Belágua (MA) - 569,606 km² (quinhentos e sessenta e nove mil, seiscentos e seis quilômetros quadrados) fonte IBGE 2024 - limita-se ao Norte com o município de Primeira Cruz; ao Sul com Urbano Santos; a Leste com Santa Quitéria do Maranhão e a Oeste com São Benedito do Rio Preto e Morros. O espaço geográfico em que está localizado o município de Belágua, originou-se de seu desmembramento do território de Urbano Santos em 1994, e desta forma contar a história do município de Belágua passa também pela história do município de Urbano Santos².

Segundo Pedrosa, Nascimento e Rodrigues (2018), a ocupação de Urbano Santos se deu de forma gradativa, primeiro pelos portugueses através dos rios maranhenses, dentre eles o Rio Munim, depois a expansão da fronteira agrícola, partindo das capitanias de Pernambuco e Bahia, até chegar ao Maranhão. Nas palavras de Pedrosa, Nascimento e Rodrigues (2018, p. 3), o fator “de ocupação e povoamento do município de Urbano Santos, que inclusive influenciou na primeira toponímia do povoado que daria origem à cidade, foi a Balaiada”, no século XIX. Deve aos insurretos balaios se amocambarem as margens do rio que ali existe, o povoado que deu origem ao município de Urbano Santos ficou sendo conhecido como Mocambo, como também foi nomeado o rio Mocambo.

FIGURA 1: PONTE SOBRE O RIO MOCAMBO (1864) EM URBANO SANTOS



Fonte: Biblioteca IBGE³

² Cidades e Estados, Urbano Santos. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/urbano-santos.html>. Acesso em: 12 de agosto de 2024.

³ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=436192>. Acesso em: 19 de dezembro de 2024.

O Rio Mocambo aparece no relato de Maria da Conceição da Silva, 105 anos, ao afirmar que a fuga de sua avó (Laurência da Silva) e de sua mãe (Eduarda Conceição da Silva), que eram escravizadas em uma fazenda na região de Caxias/MA. Elas chegaram então a um lugar chamado Bonfim onde havia uma fazenda com engenho. Como mostraremos, em Bonfim elas viveram na condição de agregadas, porém, em situação mais desumana do que o tempo de escravizadas. Ficaram lá por um tempo. Mas Eduarda acabou fugindo de Bonfim, levando consigo duas filhas nascidas naquele lugar. Sua mãe, Laurência, teria continuado em Bonfim até o final de sua vida. Na verdade, Eduarda e suas duas filhas, após percorrerem a pé o curso do Rio Mocambo, durante vários dias, chegaram a uma região remota e deserta, onde se sentiram seguras para se fixar com sua família. Eduarda se tornou a fundadora desse lugar, ou seja, da Comunidade Deserto II.

FIGURA 2: CACHOEIRA DOS DOMINGOS (AFLUENTE DO RIO MOCAMBO) - 2015



Fonte: Territórios Livres do Baixo Parnaíba⁴

⁴ Disponível em: <https://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com/>. Acesso em 20 de dezembro de 2024.

O período da Revolta da Balaiada (1838-1841) foi mencionado nas entrevistas pelos membros da Comunidade Deserto II, como o contexto de fuga da membra fundadora da comunidade, Eduarda Conceição da Silva e sua família. A Balaiada foi um dos fatos mais importantes para a historiografia de Urbano Santos, sendo fator de expansão de seu povoamento porque o município se tornou rota de fuga dos desertores da Balaiada, e dos que não queriam participar da rebelião.

Entre 1838 e 1841, a província do Maranhão foi abalada por uma série de levantes contra o governo imperial. A independência de Portugal não trouxe mudanças significativas para as classes populares, que permaneceram à margem do poder político e econômico. A instabilidade social e econômica favoreceu a eclosão da Balaiada, que foi marcada pelo protagonismo das camadas mais pobres da população em um contexto de conflitos e desigualdades.

2.1 Belágua e Deserto II

O município de Belágua-MA, apresentou um crescimento populacional significativo, conforme demonstrado pelos dados do Censo de 2022, divulgado pelo IBGE. A população da cidade atingiu 8.460 habitantes, o que representa um aumento de 24,74% em relação ao Censo anterior, realizado em 2010. Nesse contexto de crescimento populacional, Aleilson Dutra da Silva, 22 anos, cita em sua entrevista que embora o município de Belágua (MA) invista em políticas públicas assistenciais, a comunidade Deserto II, não se sente atendida: “vejo que quando se trata de oportunidade de qualquer coisa no município nossa comunidade fica por último. Quando vão distribuir as cestas básicas nunca dá para todos aqui receberem”, ressaltou o morador. Em relação aos dados sobre a raça ou cor (categorias utilizadas pelo IBGE), a maioria da população de Belágua (MA) declarou-se parda ou preta.

O Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, é de 0,512, abaixo da média do estado do Maranhão, que é de 0,676 (menor IDH do Brasil). O Produto Interno Bruto (PIB) per capita é de R\$ 8.006,04. Ainda de acordo com os registros do IBGE, as principais atividades econômicas em Belágua (MA) são a agricultura e a pecuária, seguidas do comércio e de oferta de serviços e a presença de uma incipiente produção industrial (IBGE, 2022⁵). O baixo IDH de 0,512, é refletido na precariedade das condições de vida da comunidade investigada,

⁵ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/belagua/panorama>. Acesso em 10 de dezembro de 2024.

mencionada por diversos entrevistados. A falta de acesso a recursos básicos como educação, saúde e infraestrutura adequada é um indicativo de que a comunidade tem sido negligenciada pelo poder público. Aleilson Dutra da Silva, 22 anos, menciona explicitamente que sua comunidade é “a última a ser atendida” em programas governamentais, a exemplo da distribuição de cestas básicas.

A luta pela regularização fundiária é central nesse processo, com a expectativa de que, ao obter o título da terra, a comunidade possa ter acesso a políticas públicas como o fortalecimento da agricultura familiar. Luís Gonzaga da Silva Filho, observa: “nós poderíamos pedir empréstimos no banco para melhorar nossa plantação, reformar o forno de farinha”. Nessa região, localizada a 20 km da sede da cidade de Belágua (MA), a comunidade de Deserto II possui uma população de 144 habitantes. A região onde se situa a comunidade é uma área rural com acesso por estrada de chão, casas de barro com telhado de palha em sua maioria e poucas casas com alvenaria na sua composição e ainda pouquíssimo fluxo de movimentação de pessoas da região. Conforme relato de Francisco de Assis da Silva, 61 anos, a comunidade foi fundada por sua avó nas seguintes circunstâncias:

Eu sei. Sei o que me contaram, que foi a minha avó, D. Eduarda, que fundou, mas eu não tive conhecimento com ela, conforme a história da minha mãe. Ela veio como a minha bisavó, Dona Laurência, no tempo, bem ali de Caxias, no tempo de uma luta chamada Balaiada, e que quando ela chegou no município de Urbano Santos, Bonfim, ela se resumiu lá. E quando chegaram em Bonfim, lá tinha ditadura, mais duro do que de onde elas vieram, de Caxias. Tinham que trabalhar lá, de uma forma que elas não aguentaram lá. Laurência morreu e Eduarda sai com duas filhas, a mais velha, Viturina Francisca da Silva e Maria Aldenora, aquela que era a minha mãe, pelo caminho do rio, e naquela época muita gente também se escondeu nesses matos. Veio se resumir escondida aqui com as filhas, e depois teve mais dois filhos, que nasceram aqui nesse chão. Ela gostou desse lugar, porque não tinha dono e podia viver com os filhos em paz (Francisco de Assis da Silva, morador da Comunidade Deserto II).

FIGURA 3: MARIA ALDENORA FLORÊNCIO DA SILVA



Fonte: Acervo da família de Maria Aldenora Florêncio da Silva.

Neste período a região da qual Francisco de Assis fala era chamada de Deserto:

Esse lugar, aqui já era conhecido por Deserto, porque não tinha ninguém, e só passavam pessoas que chamavam de desertores, ficavam amocambados pela mata, aqui perto do rio. Mas como tem duas famílias morando nessa região chamada Deserto, a família de Sabiá, que são pessoas brancas, começou a chamar o nosso lado de Deserto dos Pretos. Mas depois que criaram a cidade de Belágua, a Prefeitura separou os dois povoados em Deserto I e II (Francisco de Assis da Silva, morador da Comunidade Deserto II).

Os “Sabiá” de acordo com relatos dos membros da comunidade Deserto II são membros de uma família que possui influência na região e que, segundo os moradores de Deserto II, eles são tidos como pessoas brancas: “da parte dos sabiás foi como se eles dissessem que a Deserto deles era melhor por ser de branco, mas eu tenho orgulho de quem eu sou, e Deserto dos Pretos era o nome da comunidade antes de existir Belágua”, afirmou Francisco de Assis.

Importante destacar que na comunidade Deserto II não existia, até a nossa última visita em maio de 2023, qualquer prestação de serviço público, pois a escola que foi fundada e que funcionava na comunidade Deserto II foi transferida para a comunidade ao lado, Deserto I, e o posto de saúde que um dia esteve ativo teve seu funcionamento encerrado. Essa exclusão está profundamente conectada à ausência de titulação das terras da comunidade Deserto II. Sem a regularização fundiária, a comunidade enfrenta incertezas sobre sua permanência e dificuldades para acessar recursos e programas governamentais. Segundo Francisco de Assis, a escola que atualmente está localizada em Deserto I, foi fundada por moradora de Deserto II:

Tem a escola, mas antes ela era aqui. Foi minha tia, Viturina Francisca, quem começou a escola, mesmo sem saber ler. Conseguiu com a Prefeitura de Urbano Santos para dar aulas aqui. Tem também as missas, quando o padre vem, alguns vizinhos vêm para cá. (Francisco de Assis da Silva, morador da Comunidade Deserto II).

A partir deste relato temos parte dos elementos que caracterizam os territórios remanescentes de quilombo: a constante luta pela autonomia do território. Francisco de Assis fala claramente sobre a fundação da comunidade em um lugar que sua avó, Eduarda, encontrou como um espaço sem donos, onde poderia viver com seus filhos. Isso reflete a busca por liberdade e autonomia territorial, elementos centrais na formação de quilombos. Ele também menciona disputas territoriais com os vizinhos brancos, chamados sabiás, que buscam medir suas terras dentro da comunidade quilombola, o que reforça o desafio constante da delimitação e preservação do território.

Em suma, a comunidade Deserto II enfrenta desafios significativos relacionados à pobreza, segregação racial e à falta de acesso a serviços básicos e a ausência da documentação da titulação de terra da comunidade. Situada em uma das regiões mais vulneráveis do estado, a população de Deserto II convive com dificuldades no acesso à saúde, educação e infraestrutura. Os membros da comunidade Deserto II, vivem da agricultura familiar e benefícios assistenciais, à exceção de um único membro, chamado Luís, que é servidor público concursado do município de Belágua (MA). Mesmo diante de tais adversidades, os moradores mantêm tradições culturais locais e a subsistência é majoritariamente baseada na agricultura familiar. A comunidade reflete, assim, a resistência e a luta cotidiana de muitas áreas rurais do Maranhão, que buscam melhorias e mais atenção das políticas públicas.

FIGURA 4: CASA DE TAIPA NA COMUNIDADE DESERTO II



Fonte: Acervo da autora.

FIGURA 5: CONSTRUÇÃO MAIS RECENTE COM TETO DE ALVENARIA



Fonte: Acervo da autora.

2.2 Impactos ambientais, biodiversidade e agronegócio

As mudanças ambientais são desafios de muitas comunidades quilombolas. Problemas como desmatamento, degradação ambiental e mudanças climáticas impactam diretamente nas formas de subsistência e modo de vida dessas comunidades. A região de Belágua (MA), onde está localizada a comunidade Deserto II, enfrenta atualmente o impacto das grandes fazendas de eucalipto e do agronegócio. O impacto se dá de forma preocupante principalmente na qualidade de água de córregos e riachos.

No âmbito da responsabilidade do Estado, conforme dados de 2021 da Comissão Pastoral da Terra⁶, um dos pontos críticos para o problema ambiental na região está nas licenças ambientais expedidas pela Sema (Secretaria de Estado do Meio Ambiente), que autoriza a expansão da monocultura com impactos degradantes sobre as comunidades tradicionais. O cenário descrito do avanço do agronegócio faz parte de um contexto nacional e governamental de investimento para esse tipo de comércio.

O mais recente plano de desenvolvimento agropecuário empregado na região central do Brasil é denominado de MATOPIBA, um acrônimo das siglas dos quatro estados que fazem parte deste plano: Maranhão (MA), Tocantins (TO), Piauí (PI) e Bahia (BA) e abrange 31 microrregiões geográficas do IBGE, reúne 337 municípios e uma área total de 73.173.485 ha. Esse território abrange três biomas, 90,9% Cerrado, 7,2% Amazônia e 1,64% Caatinga, a maior parte fica no bioma cerrado. (Lopes, 2019, p.71)

O cultivo da monocultura da soja tem aumentado e se aproxima em direção à região de Belágua (MA). Além disso, uma investigação publicada pela Agência Tambor⁷ em torno de Deserto II, mostrou a situação das fronteiras entre os municípios de Urbano Santos (vizinho de Belágua) e Barreirinhas (região de amplo potencial turístico do Maranhão). Segundo o presidente do Fórum Carajás⁸ (Mayron Regis Borges) essas regiões se apresentam como um

⁶ O trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT) abrange todo o território nacional e é realizado com autonomia. Tem como missão apoiar e assessorar trabalhadores rurais na reivindicação dos seus direitos, garantir o acesso à terra e a permanência nela de maneira sustentável e equilibrada com os recursos naturais, além de diminuir a violência e a impunidade na zona rural foram os focos da proposta apresentada.

⁷ Agência Tambor: Monocultura do eucalipto já ameaça o território de Barreirinhas, nos Lençóis Maranhenses. Disponível em: <https://agenciatambor.net.br/meio-ambiente/monocultura-do-eucalipto-ja-ameaca-o-territorio-de-barreirinhas-nos-lencois-maranhenses/>. Acesso em 23 de dezembro de 2024.

⁸ No leste maranhense, o Fórum Carajás tem atuado há mais de 10 anos em defesa das comunidades tradicionais ameaçadas pelo agronegócio da soja e do eucalipto para produção de celulose. Estas monoculturas, que avançam e pressionam as comunidades para deixarem suas propriedades emperram a demarcação de terras, provocam conflitos agrários e ameaçam a biodiversidade do cerrado maranhense. Disponível em: <https://atual7.com/tudo-sobre/forum-carajas/>. Acesso em 20 de dezembro de 2024.

“limbo fundiário e territorial” ao se referir às diferenças de leis municipais de regulação e preservação ambiental e definição de fronteiras dessas duas regiões.

A região limítrofe entre Barreirinhas e Urbano Santos se coloca numa situação de limbo fundiário e territorial. Devido a essa situação incerta em que se desconhece a que município pertence determinada área, as empresas de reflorestamento se aproveitam para desmatar e plantar eucalipto em milhares de hectares com a presunção de que os seus cultivos se encontram no município de Urbano Santos, que não possui legislação ambiental impeditiva ao plantio de eucalipto (Mayron Regis Borges, morador da Comunidade Deserto II).

A proteção dos territórios quilombolas está intrinsecamente ligada à preservação do meio ambiente. As comunidades quilombolas desempenham um papel fundamental na conservação da biodiversidade, uma vez que possuem conhecimentos tradicionais que lhes permitem manejar de forma sustentável os recursos naturais dos diferentes biomas brasileiros. Essas comunidades, que descendem de povos africanos escravizados, não apenas ocupam a terra, mas também interagem com ela de maneira simbiótica, desenvolvendo práticas de uso e proteção dos recursos naturais que são transmitidas ao longo das gerações.

Little (2002), em sua definição de território, estabelece uma conexão entre o entendimento que um determinado grupo social tem do ambiente em que vive e ao qual ele chama de cosmografia. A cosmografia se referiria aos

[...] saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território [...] A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (Little, 2002, p. 4).

O protagonismo na luta por direitos e resistência no território está representado na figura da filha mais velha de Eduarda (fundadora da Comunidade Deserto II), Viturina Francisca, que foi membro fundadora e primeira presidente da Associação de Moradores de Deserto II. Conforme o relato de Francisco de Assis, foi Viturina quem fundou também a escola na comunidade que depois foi transferida para a comunidade vizinha, Deserto I.

Ao ressaltarmos a importância do protagonismo das mulheres da comunidade Deserto II, na fundação e defesa de seu território, é possível fazermos conexão com as teorias apontadas por Little (2002), principalmente, compreendendo que este espaço não é somente físico, mas permeado por questões culturais, históricas e sociais.

As comunidades quilombolas enfrentaram séculos de discriminação, opressão e lutas por território e justiça. No cerne desse processo de resistência, as mulheres desempenharam um papel fundamental, mantendo a coesão das comunidades e preservando a cultura quilombola. Elas se tornaram símbolos de força e perseverança, enfrentando desafios socioeconômicos, políticos e raciais com determinação inabalável. É o caso de Eduarda Laurência, símbolo de resistência que decidiu lutar contra todas as formas às quais submeteram o seu corpo enquanto mulher escravizada.

Essas comunidades também podem enfrentar desafios internos – elemento que pode se fazer presente em qualquer comunidade – como conflitos de interesses, diferenças de opinião e dinâmicas sociais complexas. Esses aspectos podem influenciar a maneira como os direitos são construídos e implementados. No decorrer do nosso estudo iremos nos debruçar sobre estes aspectos. Em síntese, a discussão em torno dos direitos dos remanescentes quilombolas é ampla e multifacetada, refletindo a complexidade das realidades dessas comunidades no Brasil.

2.3 Discriminação, resistência e permanência

Lélia Gonzalez (2020), uma das grandes pensadoras do racismo à brasileira, destaca o impacto do racismo estrutural nas relações entre as comunidades negras e a sociedade em geral. Ela argumenta que, no Brasil, o racismo muitas vezes se expressa de maneira velada, mas profundamente enraizada nas relações de poder e exclusão social. A questão do racismo vivenciado pela comunidade quilombola Deserto II em relação à comunidade vizinha (Deserto I) é uma dimensão importante que ecoa em diversos estudos sobre o racismo estrutural enfrentado por comunidades tradicionais no Brasil.

Como já apontado, os moradores de Deserto II são remanescentes de quilombo que ocupam um território de titularidade ainda não regularizada – embora habitem na região há mais de cem anos – e como consequência disto não possuem certificação e titulação do território como quilombola. São indivíduos com acesso restrito aos serviços públicos na região. Paralela a situação de vulnerabilidade temos os costumes, crenças, memórias e dinâmicas sociais que serão relatadas em nosso trabalho por meio do testemunho dos membros de Deserto II no capítulo 3 da nossa pesquisa.

Munanga e Gomes (2006) contribuíram ao discutir como o racismo no Brasil se manifesta de forma sutil e estrutural. Eles afirmam que as comunidades negras, incluindo os

quilombos, são frequentemente relegadas a posições de invisibilidade e exclusão. Esse fenômeno pode ser visto na experiência da comunidade Deserto II, onde Alcides Florêncio da Silva menciona que a comunidade vizinha “não gosta de preto”, evidenciando o racismo explícito e as barreiras criadas para impedir a inclusão dos quilombolas na sociedade. Munanga e Gomes (2006) argumentam que essa exclusão é uma forma de desumanização, mas que as comunidades resistem ao se manterem firmes em sua história e identidade.

Os estudos de Munanga e Gomes (2006) ajudam a contextualizar a resistência da comunidade Deserto II, que, apesar do racismo enfrentado e da falta de políticas públicas, permanece resiliente. A força da comunidade está na sua capacidade de resistir a todas essas adversidades, mantendo sua identidade e união, como expressa por Francisco de Assis Silva, que diz: “nós todo o tempo queremos ser aquilo que nós somos”. Essa resistência, conforme defendida pelo autor, é um reflexo da luta quilombola pela permanência e reconhecimento em um país onde o racismo ainda estrutura as relações sociais.

A questão do racismo enfrentado pela comunidade Deserto II, em relação à comunidade vizinha, bem como a resiliência e a resistência dessa comunidade quilombola diante de diversos desafios, pode ser compreendida à luz de autores que estudam o racismo. Achille Mbembe (2011), em seus estudos sobre necropolítica, oferece um panorama sobre como o racismo e as práticas de exclusão moldam as relações de poder e a marginalização das comunidades negras.

No contexto da Deserto II, o preconceito racial mencionado por José Domingos Florêncio da Silva, que relata como a comunidade vizinha, Deserto I, usava o termo “Deserto dos Pretos” de maneira pejorativa, reflete essa marginalização. A forma como o racismo se manifesta na exclusão social e na negação de direitos, como a falta de serviços e políticas públicas, evidencia uma dinâmica de controle e desvalorização da vida quilombola, algo que Mbembe (2011) analisa como um mecanismo de dominação racial.

O que eu lembro dela dizer, é que esse lado aqui era o mais isolado, porque o mais tem é areia, não morava ninguém, de vez em quando aparecia alguém fugido se escondendo pelos matos, e começaram a dizer que aqui era deserto, e ficou esse nome. Só que essas duas comunidades eram o Deserto só, mas os Sabiás queriam separar em Deserto dos Pretos e Deserto dos Sabiás, e esse nome pegou. Só que aí quando aqui vira Belágua, a Prefeitura colocou os nomes de Deserto I e II (José Domingos Florêncio da Silva, morador da Comunidade Deserto II).

Sobre como José Domingos interpreta essa tentativa de separação por iniciativa dos Sabiás, ele relata:

No sentido deles era ruim, queriam menosprezar nosso povoado, mas nós temos orgulho de sermos essa família da Dona Eduarda, acharam que chamando a gente preto era diminuir a gente, mas isso eles não conseguem. Nós aceitamos o nome Deserto II porque foi a Prefeitura quem fez (Idem).

Na análise de L. Gonzalez (2020),

Ao mesmo tempo, e cada vez mais, ele fará tudo para que os outros se esqueçam de que ele é negro; em consequência, seu comportamento será no sentido de provar que ele é mais branco do que qualquer branco. Cada vez mais alienado de si e de sua raça, não se apercebe dos comentários, dos olhares, das formas invisíveis ou disfarçadas do “racismo à brasileira”. Finalmente, acaba por negar a existência do racismo e da discriminação racial porque nunca quis sentir ou perceber nada disso com ele (Gonzalez, 2020, p.194).

Fanon (2008) afirmou que a complexidade e a dinâmica do racismo estrutural tornam essa questão difícil de ser compreendida. Enfrentá-la exige uma reflexão crítica e profunda sobre nossa própria percepção e a forma como vemos o mundo. Isso inclui reconhecer que, mesmo aqueles que buscam ativamente uma consciência racial, já participaram, em algum momento, de práticas que perpetuaram violências contra grupos oprimidos.

Em situação mencionada anteriormente, um membro de Deserto II (Aleilson Dutra da Silva, 22 anos) relatou que a distribuição de cestas básicas era feita de forma a deixar a comunidade por último e sem o número de cestas básicas suficientes para os moradores. Acerca dessa marcação de desigualdade entre as comunidades, lemos que há um grupo com privilégios (comunidade Deserto I), que reforçam a separação entre os moradores. São os privilégios da “branquitude”:

[...] a opressão racial nos faz constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. Isso significa, em outros termos, que, se pessoas possuidoras dos mesmos recursos (origem de classe e educação, por exemplo), excetuando sua afiliação racial, entram no campo da competição, o resultado desta última será desfavorável aos não brancos (Gonzalez, 2020, p. 29).

Para Gonzalez (2020), grupos brancos de baixa renda também se beneficiam do racismo, recebendo vantagens materiais e simbólicas, ou que podem ser vistas como uma forma de “salário psicológico” fornecido pelo racismo. Temos indivíduos, moradores de Deserto I (Deserto dos Brancos), que de acordo com os dados do IBGE (Censo 2010) são majoritariamente pardos e pretos, mas que não se enxergam como sujeitos de direitos

igualitários, mas pessoas que merecem privilégios por conta de não compartilharem da mesma origem e do mesmo território.

Ressaltamos que nenhuma das ações do Estado direcionadas às comunidades remanescentes de quilombo, previstas no Estatuto de Igualdade Racial do Estado do Maranhão (2020), como estabelecer as diretrizes para a defesa dos direitos humanos da população negra, efetivar a igualdade de oportunidades e promover ações de combate à discriminação, ao racismo e demais variadas formas de intolerância racial foram identificadas na comunidade Deserto II.

No próximo capítulo abordaremos a trajetória histórica e de resistência da comunidade remanescente de quilombo Deserto II, em Belágua (MA), com base nos relatos dos membros da comunidade. Deserto II, tem sua história de constituição marcada pela chegada de Eduarda e suas duas filhas (Viturina e Aldenora) ao povoado Deserto, margeado pelo Rio Mucambo, historicamente reconhecido como rota de fuga de quilombolas daquela região no período entre 1838 e 1841.

3 SOMOS DESERTO

Dentre as tantas formas possíveis de narrar a história de constituição dessa comunidade que envolve experiências individuais diversas, todas elas relevantes do ponto de vista histórico, social e cultural optamos por registrar as narrativas dos descendentes da matriarca fundadora da comunidade Deserto II sobre sua origem e trajetória de vida.

Como já mencionado, localizada no município de Belágua, em uma área de 272,9347 ha (duzentos e setenta e dois hectares, noventa e três ares e quarenta e sete centiares), a Comunidade Deserto II é composta por 12 casas, construídas em madeira, barro ou alvenaria; um campo de futebol; uma igreja; áreas de plantio, de vegetação nativa, um rio e diversos córregos.

A origem da Comunidade tem suas raízes na fuga de duas mulheres escravizadas da região de Caxias, no século XIX, estando diretamente ligada à história do Município de Urbano Santos (deste foi desmembrado e originado o município de Belágua (MA) em razão do fluxo migratório de populares, entre eles pessoas escravizadas).

3.1 O trabalho de campo: conhecendo a comunidade

Após alguns meses de contato telefônico, cheguei a Urbano Santos (MA), primeira parada antes de seguir para Deserto II. Na rodoviária estavam à minha espera o senhor Luís Gonzaga da Silva⁹, presidente da Associação de Moradores da comunidade, e seu neto Alisson, que nos conduziu até o território da comunidade.

Passados 12 km de percurso, chegamos à comunidade. No fim do trajeto verifiquei a existência de outro povoamento bem próximo a Deserto II. Perguntei, ao passarmos por lá, se já havíamos chegado, mas obtive resposta negativa do senhor Luís, que me disse que se tratava da Comunidade Deserto I, a também chamada de “Deserto dos Brancos” onde moravam os membros da família Sabiá¹⁰.

Em seguida, perguntei o porquê de Deserto dos Brancos, ele respondeu que foram os próprios moradores daquela comunidade que, desde o início, chamavam o lugar assim, para que pudessem separá-la da Comunidade Deserto II, a qual chamavam de Deserto dos Pretos,

⁹ Presidente da Associação de Moradores do Povoado Deserto II e neto de Eduarda Laurêncio da Silva, a fundadora da comunidade.

¹⁰ Como são chamados os moradores da comunidade vizinha chamada Deserto I, também conhecida por “Deserto dos Brancos.”

claramente demonstrando a situação de preconceito e discriminação vivida por seus moradores, uma herança das práticas escravagistas. Embora os membros de Deserto II fossem livres, segregá-los reforçava o sentimento de superioridade dos vizinhos, uma vez que os adjetivos branco e preto, cultural e equivocadamente sempre foram relacionados ao bem e ao mal, respectivamente.

A comunidade Deserto II vive em segregação que, para Munanga e Gomes (2006), refere-se à separação ou isolamento de grupos étnicos, frequentemente resultante de preconceitos, discriminação e desigualdades sociais. Os moradores de Deserto II informaram que a área da Deserto I é reconhecida por oferecer melhores condições de vida e ter maior prestígio, especialmente em questões relacionadas ao apoio político.

Quando descemos do carro algumas pessoas já estavam aguardando a nossa chegada: eram olhares receptivos e, ao mesmo tempo, curiosos de alguns moradores da comunidade que nos esperavam em frente à casa de Luiz Filho, onde eu ficaria hospedada em minhas visitas à comunidade. A casa de Luiz Filho era a primeira das cinco casas construídas na comunidade com alvenaria, dividida em cinco cômodos, inclusive com banheiro dentro de casa, um luxo que nem todos da comunidade podem usufruir. Aqui percebemos o aspecto de grande vulnerabilidade econômica da região e da comunidade que na sua maioria não tem acesso a condições básicas de saneamento.

Minha chegada coincidiu com o horário do almoço e mesmo tendo sido recebida com carinho, pude perceber um certo constrangimento à mesa e logo ouvi da esposa de Luiz Filho, chamada Natividade, que na janta eu comeria galinha. Logo entendi que estavam preocupados com a minha alimentação, e os tranquilizei, informando que não era necessário se preocuparem comigo, que eu comeria o que tivessem. Lá comi macaxeira, vinagreira (nome popular da folha com a qual se faz o nosso famoso *Cuxá*), ovos caipiras, feijão do norte com ossada, farinha de puba, peixe-frito.

O ato da oferta de uma alimentação diferente para a visita, uma comida melhor, diz sobre a receptividade daquelas pessoas em relação a uma pesquisadora que ainda não conheciam. De outro lado, esses atos também remetem à regulação das fronteiras sociais, culturais, regionais, conceitos citados por Fredrik Barth (2011). Percebi assim que ao comer o mesmo alimento que os meus anfitriões também comeriam, nos aproximamos a partir desta vivência compartilhada do alimento.

A alimentação dos moradores da comunidade tem como base alimentar arroz, macaxeira e seus derivados, em especial a farinha d'água, feijão "trepapau", abóbora, quiabo, maxixe, Cuxá, os quais são produzidos em suas roças, além de ovos, peixes e carnes. O arroz

e a farinha exercem protagonismo nas principais refeições dos membros da comunidade, uma vez que são colocados em primeiro e em maior quantidade nos pratos, e os outros alimentos são chamados de mistura, sejam proteína animal ou vegetais, e colocados em pequenas porções em cima do arroz e da farinha. A importância desses alimentos para a comunidade demonstra um dos papéis mais importantes da terra em que vivem, a produção dos meios de sobrevivência da comunidade, subsidiando o vínculo entre seu povo e o território.

A casa do Luís Filho e Maria da Natividade é uma das poucas casas construídas com alvenaria e serve como uma espécie de ponto de apoio aos moradores do lugar. Sua família é responsável pela Igrejinha construída ao lado de sua casa; possui um dos poucos aparelhos de telefone do lugar. É o filho do casal, Walisson, quem serve como motorista da comunidade, apesar de ainda não ter idade para dirigir, mas nas palavras do avó Luís Gonzaga, “é uma serventia muito grande ter um carrinho mesmo bastante usado e um homem da família para dirigir”.

No início da tarde, me reuni com os chefes de cada família da comunidade, na cozinha da casa de Luís Filho, onde me apresentei aos que ainda não haviam feito contato, informei o meu objetivo ao visitar a comunidade de forma compreensível a todos e expliquei como se daria a pesquisa.

Após a reunião, fiquei sabendo que Natividade, esposa de Luís Filho, se reuniria nos fundos da casa com algumas mulheres para juntarem sebo que vinham guardando para fabricar sabão. Ao me aproximar da cena, me foi perguntado se eu não estaria menstruada, porque se estivesse não poderia observar o sabão, porque mulher menstruada faz o sabão talhar. Como a minha resposta foi negativa, pude acompanhar o “feitio do sabão”, como elas chamam.

Perguntei se sempre faziam o sabão e outras coisas juntas, responderam ser mais fácil fazer o sabão com o sebo que todas juntam, além da “potassa”, como chamam a soda cáustica, pois tudo na comunidade sempre foi dividido para todos e isso os mantém unidos. Essa perspectiva sobre os efeitos que o ato de divisão e compartilhamento de tarefas e bens tem sobre os membros da comunidade pode ser relacionada ao conceito de ação social apresentado por Max Weber, uma vez que a ação é carregada de sentido para quem a pratica, no caso manter a união entre os membros da comunidade. O reflexo da ação também pode ser observado no hábito dos parentes que possuem televisão em suas casas fazerem questão de esperar todas as noites por aqueles que não têm o aparelho, para que todos possam assistir novelas juntos.

O segundo dia foi marcado pelo início das minhas visitas nas casas dos entrevistados. Observei que, ao entardecer, as mulheres se dirigem junto às crianças para o riacho, local

onde tomam banho e algumas lavam roupas. Ao participar do momento observei a interação do grupo de adultas, que davam banho nos filhos em cima de tábuas, que também eram usadas para lavar roupas, enquanto debatiam sobre a distância que tinham que ir para vacinar e consultar as crianças no posto de saúde do centro da cidade de Belágua, uma vez que a estrutura física do posto construído no território da comunidade vizinha, Deserto I, nunca funcionou.

No dia seguinte, boa parte da comunidade seguiu para o roçado que estava sendo queimado para dar lugar a outro plantio. Segui para lá para observar a atividade, enquanto os indagava sobre sua situação no território, muitos me responderam que era urgente o título da terra, porque se sentiam seguros no lugar onde nasceram e a associação da comunidade poderia realizar financiamentos para a reforma do forno de farinha e investimentos na plantação. Apesar de sentirem que o território lhes pertence, não têm nenhum documento que os assegure e estão preocupados pois têm conhecimento de que algumas comunidades da região já foram invadidas por grileiros. Sem contar que os membros da comunidade Deserto I já tentaram reivindicar a titulação de suas terras acrescentando o território da Deserto II, como se fosse uma única área. O senhor Luís contou que a Prefeitura marcou uma reunião com as duas comunidades e que já estava tudo combinado, “queriam convencer o nosso pessoal a aceitar que terra fosse titulada no nome da associação dos Sabiá”¹¹, da Deserto I, minha mãe ainda era viva e nós não abaixamos a cabeça”.

Esses relatos nos levam a pensar que a territorialidade negra surge como uma resposta a essas condições adversas. Comunidades afro-brasileiras se estabeleceram em áreas onde a resistência e a preservação de suas tradições culturais eram difíceis, muitas vezes em territórios marginais e de difícil acesso. Esses locais de resistência frequentemente se tornaram núcleos de cultura afro-brasileira e contribuíram para a riqueza da diversidade cultural do Brasil.

E é sob esse prisma que a territorialidade negra pode ser referida não a uma realidade equívoca e distante, mas se reportando a uma dimensão simbólica da identidade na qual os negros se organizaram como coletividade nacional, articulações de grande complexidade e que aconteceram desde um processo relacional; multicentrado e altamente dinâmico. (Barth, 1969, p. 325 *apud* Leite, 2008, p. 967-968)

¹¹ “Mas como tem duas famílias morando nessa região chamada Deserto, a família de Sabiá, que são pessoas brancas, começou a chamar o nosso lado de Deserto dos Pretos. Mas depois que criaram a cidade de Belágua, a Prefeitura separou os dois povoados em Deserto I e II.” Depoimento de Francisco de Assis da Silva, 61 anos, morador da Comunidade Deserto II.

As primeiras entrevistas foram feitas com os membros mais velhos da comunidade e ao fim do dia com os mais jovens, onde todos puderam me contar a história da comunidade a partir de suas memórias. E, a partir de que me foi contado, fiz mais perguntas, de forma que pude aprofundar o diálogo e adentrar em outros pontos pertinentes ao objeto da pesquisa.

Na segunda ida a campo, já conhecia as pessoas pelo nome e tive muito mais liberdade para transitar pelo povoado e observar o dia a dia de todos. Tudo o que vi e ouvi da primeira vez me contextualizou, de modo que perceber outros elementos na comunidade poderia embasar as respostas aos meus questionamentos.

Como cheguei no fim da tarde, o contato que tive com os moradores naquele dia foi apenas com meus anfitriões, Luís Filho e Natividade e com os parentes que ali se encontravam. Pela manhã estava animada, com novos questionamentos a fazer e, dessa vez, marquei as entrevistas na igreja da comunidade. Como tinha mais perguntas que da primeira vez, onde as entrevistas se concentraram na história da comunidade e uma parte dos entrevistados não estiveram disponíveis naquele dia, dividi as entrevistas em dois dias, de acordo com a disponibilidade de cada um.

Durante as entrevistas fui convidada para a festividade de 1º de maio, data em que, curiosamente, comemoram a abolição da escravatura. Logo questionei o porquê de ser em 1º e não em 13 de maio. Recebi a resposta de que sua avó sempre comemorava nessa data porque Eduarda e suas filhas, na condição de fugitivas da escravização, tomaram conhecimento da abolição muito tempo depois e com a informação da data errada. E mantiveram a data em respeito à avó Eduarda.

Enquanto andava pela comunidade vi que o forno de farinha estava desativado, perguntei ao senhor José de Ribamar, um dos netos de Eduarda, se não fazia mais farinha por lá. Ele respondeu que o forno não estava funcionando porque eles não tinham dinheiro para reformar, que o primeiro era do tempo da avó dele e a Prefeitura não queria ajudar. Aproveitei a conversa para perguntar sobre o Posto de Saúde que vi fechado na comunidade vizinha, Deserto I, e logo disse: “nunca funcionou”.

Minha rotina de pesquisadora incluía metodicamente o seguinte ritual todas as noites: sempre reservava um tempo para buscar na memória tudo o que vi e ouvi, além do que foi registrado nas entrevistas, em busca de qualquer detalhe importante, e realizava a transferência dos registros audiovisuais produzidos durante o dia para o computador.

Já na terceira estadia em Deserto II, ao chegar percebi que o clima da comunidade estava diferente; tinha muito mais pessoas na comunidade, parentes que moram fora vieram se

reunir com o restante da família para a comemoração de 1º de maio. No fim da tarde, no campo houve uma partida de futebol com direito a torcida organizada e refrigerante para as crianças. Observei mais uma vez a conversa entre os adultos, e o tema era a terra e como gostariam de dividir entre todos os parentes, pois todos têm direito de morar lá.

Chega o dia de comemoração do 1º de maio na comunidade: tudo é feito dentro da igreja, almoço, cânticos e rodas. Antes dos cânticos relembram que sua família começou com três mulheres; que naquele “canto” não tinha nada, além de mato, areia e riachos; que a vida da comunidade sempre foi de luta e desafios. E declaram que não desistiriam do seu espaço, o lugar onde todos nasceram, onde nasceu aquela família, evidenciando que a identidade da comunidade também está atrelada à necessidade lutar pelo território em que vivem.

FIGURA 6: ABERTURA DA COMEMORAÇÃO DO DIA 1º DE MAIO



Fonte: Acervo da autora.

FIGURA 7: COMEMORAÇÃO ANUAL DA LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVIZADOS EM 1º DE MAIO



Fonte: Acervo da autora.

3.2 A trajetória da Comunidade Deserto II: dilemas e resistências

Como já dissemos, apesar de geograficamente localizada em Belágua (MA), a história da Comunidade Deserto II está remotamente ligada à história de Urbano Santos, do qual foi desmembrado Belágua. A formação de Urbano Santos teve seu ponto de partida com o crescimento populacional na faixa litorânea, impulsionado pelos colonizadores portugueses, que se estendeu para o sul, acompanhando a bacia do Rio Munim. Outro elemento que contribuiu para a ocupação e crescimento de Urbano Santos foi a expansão da fronteira pecuária, que se originou em Pernambuco e na Bahia, atravessou o Piauí e alcançou o Maranhão.

O terceiro e mais importante fator de povoamento e ocupação de Urbano Santos foi a Balaiada, que foi um levante popular que teve início em 1838, marcado por uma série de revoltas e conflitos. As causas eram diversas, incluindo descontentamento com as condições sociais e econômicas da Província do Maranhão sob o regime imperial, marcado pela opressão das classes mais baixas, além de questões políticas e abusos por parte das autoridades locais.

As comunidades quilombolas desempenharam um papel significativo na Revolta da Balaiada. Muitas dessas comunidades eram formadas por pessoas que haviam escapado da escravidão e buscavam liberdade em áreas de difícil acesso, como matas densas e regiões isoladas. Durante a revolta, esses quilombolas se uniram à causa, oferecendo resistência e apoio aos rebeldes.

Naquela região, a Balaiada se destacou como um movimento de resistência liderado por camponeses e vaqueiros e apoiado por quilombolas. Na verdade, a insurgência da comunidade negra antecedeu o surgimento da Balaiada, já que os quilombos das densas florestas de Codó, no médio Itapecuru, conseguiram se estabelecer durante a década de 1830, como detalhadamente registrado por Astolfo Serra em (1946, p. 218-19).

Esse contexto histórico ressalta a complexidade das dinâmicas sociais naquela época, com diferentes grupos étnicos e sociais envolvidos em lutas por liberdade e justiça. A Balaiada não pode ser analisada de maneira isolada, mas sim como parte de um cenário mais amplo de resistência contra a opressão e desigualdade sob o sistema centralizado do governo monárquico/imperial, que fomentou o surgimento de movimentos revoltosos em várias províncias do Brasil.

Apesar da ênfase que a historiografia da Balaiada deu a diversidade do movimento, esta ignorou a participação das mulheres. A revolta é frequentemente descrita como um

Outra versão, da filha e dos netos de Eduarda Conceição da Silva relata que elas fugiram da região de Caxias também para escapar das ações militares durante o período da Balaiada e se amocambaram no curso de um rio. Depois de muitos dias de fuga chegaram ao lugar chamado Bonfim. Maria da Conceição, filha mais nova de Eduarda, relata que Bonfim era um povoamento em torno de uma propriedade rural com o mesmo nome, onde tudo girava em torno de um engenho; seu dono era conhecido por Rui, que controlava o local com punhos de ferro. Pessoas na condição de Laurência e Eduarda, escravizadas fugitivas, eram aceitos por lá. Mas não era um ato de solidariedade e acolhimento; tinham sua mão de obra explorada no engenho e plantio de cana, bem como em um arranjo onde tudo o que coletavam, no caso todo o coco babaçu quebrado, somente poderia ser vendido ao senhor Rui por um preço irrisório. E todos os mantimentos que compravam eram vendidos por ele (Rui), não sendo-lhes permitido plantar, caçar ou pescar. Era uma vida considerada por Eduarda até mais dura que a que tinha quando estava sob o jugo do dono, em Caxias. No entanto, Maria da Conceição não soube informar o nome desse dono, do qual fugiram sua mãe e avó.

FIGURA 9: MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA E SEU FILHO JOSÉ DE RIBAMAR



Fonte: Acervo da autora.

Vivendo uma situação mais difícil e insalubre do que na época de escravizada, Eduarda decide ir embora de Bonfim. Foge durante a madrugada com as duas filhas, deixando a mãe Laurência para trás, e depois de alguns dias de andança pelo caminho em que acompanhava curso do Rio chamado Mucambo teve a notícia do falecimento de sua mãe.

A procura de um lugar mais isolado e que não tivesse dono, Eduarda encontra um povoamento que de tão remoto o chamavam de Deserto. Apesar de identificar a presença de alguns moradores, pessoas brancas de uma família que chamavam de Sabiá, Eduarda montou seu acampamento, acompanhada das filhas, quilômetros acima do local onde residiam essas famílias.

Com o passar do tempo, Eduarda teve mais dois filhos, Maria da Conceição e Emanuel, o qual faleceu aos 26 anos de idade. Contudo, suas três filhas construíram suas famílias, aumentando o número de habitantes da comunidade que hoje contabiliza cinco gerações de descendentes de Laurência Florência da Silva vivendo no mesmo lugar.

Na atualidade, a Comunidade Deserto II é formada essencialmente por descendentes de sua fundadora Eduarda. Como mencionado anteriormente, Deserto II possui 12 casas, em sua maioria feitas de barro, com telhado de palha, e duas casas feitas de alvenaria. Seus moradores vivem principalmente da agricultura de subsistência e benefícios sociais, com exceção de Luís Filho, que é concursado do município de Belágua, no cargo de vigilante. Cargo esse que exerce na Escola Municipal São Raimundo, localizada no Deserto I.

Este relata que a escola havia sido criada por iniciativa de sua avó Viturina e que anteriormente funcionava na casa dela, e fora municipalizada pela reivindicação de Viturina junto ao município, passando a receber uma pequena verba da Prefeitura de Urbano Santos para seu o funcionamento. Contudo, após a criação do município de Belágua (MA), um dos membros da comunidade vizinha foi eleito vereador e conseguiu que a construção o novo prédio da escola fosse em Deserto I, já que os moradores de lá não gostavam que seus filhos tivessem que estudar na escola situada no “Deserto dos Pretos”.

Os moradores do Deserto dos Brancos sempre que podiam se aproveitavam da influência política para que sua comunidade fosse a única a usufruir de qualquer benefício promovido pelo governo local, a ponto da aprovação de Luís Filho no concurso causar dúvidas e descontentamento - inclusive eles foram indignados até Deserto II para confirmar se a história era verdade.

De acordo com a narrativa de alguns membros, os moradores de Deserto II, de muitas formas, foram excluídos e rejeitados, muitas vezes ignorados no comércio; contudo, a avó, Viturina, era sempre procurada pelos políticos na época das eleições, pois reconheciam a liderança da matriarca e a força que muitos homens da região não possuíam. O apoio de Dona Viturina nas campanhas eleitorais era sempre objeto de disputa.

Outra moradora, Francisca das Chagas Sousa Silva, compartilhou durante a entrevista experiências de discriminação vividas por sua comunidade, inclusive durante sua juventude,

quando enfrentou injustiças na escola. Além disso, relata a postura pacífica que foi incentivada por suas mães como uma forma de resistência.

Boaventura de Souza Santos (1995) apontou a importância da resistência contra relações de poder que oprimem, segregam; e que esta resistência implicaria o desafio de se produzir narrativas contra-hegemônicas que falem contra um discurso dominante, a exemplo da iniciativa de Viturina que tomou a iniciativa de criar uma escola na comunidade Deserto II, apesar do abandono estatal. E de outros quilombolas que lutam pela regularização das terras onde vivem há uma centena de anos e que organizarem uma associação para serem melhores representados, ouvidos e reconhecidos.

Nesse contexto, Boaventura (1995) ressalta a relevância de valorizar as identidades culturais, étnicas e sociais que frequentemente são marginalizadas. Em *Epistemologias do Sul* (Boaventura; Meneses, 2009), o autor desafia a narrativa hegemônica eurocêntrica sobre comunidades que não fazem parte da cultura europeia, mas que, ainda assim, seguiram por tantos anos sendo definidas e apresentadas ao mundo por meio da narrativa de pessoas que desconhecem o seu saber, o seu viver e a sua experiência de ser um membro dessas comunidades autênticas e distantes da cultura europeia.

3.3 Religiosidades híbridas

Ao observar a existência de duas imagens de santo bem antigas, perguntei a Maria da Conceição quem eram eles. Respondeu que eram São José e Nossa Senhora da Conceição, que essas imagens pertenciam a sua mãe Eduarda.

FIGURA 10: IMAGEM DE SÃO JOSÉ QUE PERTENCEU A MARIA ALDENORA F. DA SILVA



Fonte: Acervo da autora.

Aproveitando o tema, perguntei qual era a sua religião, e ela respondeu que era católica como todos os moradores de Deserto II, mas que já houve um tempo que faziam dança de tambor (ela chamou Tambor de Mina). Segundo Diniz (2019), o tambor de mina é uma religião de matriz africana que assimila elementos do catolicismo em suas manifestações culturais. Tavares (2020) expõe acerca do tema: “A religião afro-brasileira no Maranhão é estabelecida em São Luís – MA, desde meados do século XIX. Duas casas foram fundadas por africanos”. E teriam sido casas de tambor de mina. Que, segundo a autora, “são consideradas marcos na afirmação da cultura e da religiosidade africana no Maranhão”.

O termo “mina” veio de um grupo étnico do Gana e está associada ao forte de São Jorge de Mina ou Elmina, na Costa do Ouro. Serviu para rotular os negros sudaneses introduzidos no Brasil à época do tráfico: mina-fanti, mina mahi, mina-popo, mina-jeje, minanagô, entre outros. Portanto, deu origem à expressão Tambor de Mina aplicado aos terreiros religiosos oriundos dessas etnias no Maranhão e, conseqüentemente, Casa de Minas onde vivem as negras minas (Tavares, 2020, p. 47).

De acordo com Ferreti (2009):

“O Tambor de Mina é criação cultural de um grupo que se orgulha de suas raízes. É também uma das formas possíveis de manifestação da criatividade e de organização popular, exteriorizadas sobretudo durante a realização de festas, nas quais eles usam vestimentas diferentes e as pessoas desempenham papéis diversos dos de sua vida cotidiana” (Ferreti, p. 11, 2009).

Também outras pessoas entrevistadas relataram que a prática de religiões de matriz africana em Deserto II existiu na comunidade, pois eram realizadas festas de tambor de mina e terecô nos fins de semana – terecô é o nome dado à religião afro-brasileira tradicional de Codó/MA, segundo (Ferreti, 2007). Este ponto foi abordado por uma das netas de Eduarda, chamada Francisca, que trouxe o ritual para a comunidade lá das bandas do Rio Munim. Era ela quem dirigia os trabalhos, mas com o tempo os mais velhos faleceram e com eles a tradição. E agora o lugar das “festas de tambor” nos fins de semana foi ocupado pelas radiolas de reggae e a prática das religiões de matriz afro na comunidade foi se perdendo – não vamos tratar aqui, mas o reggae pode constituir uma forma de resistência da juventude negra maranhense e de outras do continente americano.

O fato de uma comunidade de origem africana não manter o tambor de mina está longe de ser uma descaracterização de sua identidade (Arruti, 1997). A identidade afro-brasileira surge a partir de uma combinação entre elementos que os agentes políticos, sociais e

religiosos externos consideram importantes e aspectos escolhidos a partir dos costumes e crenças das próprias comunidades. Nesse sentido, Arruti (2006) caracteriza esse processo como uma etnogênese¹³, mas também ressalta que a dinâmica de transformação é uma característica inerente à vida social. Longe de comprometer a essência desses grupos, essas mudanças revelam a capacidade das comunidades de reinterpretar e dar novos significados ao seu passado diante de um novo cenário sociocultural e político.

Em seu estudo sobre as comunidades remanescentes de quilombos, Arruti (citado) observa que essa identidade surge como um fenômeno dinâmico, onde as comunidades reinterpretam e ressignificam elementos de sua cultura e história. Esse processo de etnogênese ocorre em interação com a percepção e as expectativas dos agentes externos, que também influenciam a forma como essas comunidades se reconhecem e se apresentam.

Assim, a etnogênese não é apenas uma redescoberta de tradições antigas, mas um movimento ativo de adaptação e reinvenção, no qual os grupos constroem e afirmam uma identidade própria frente a novas realidades políticas, sociais e religiosas. Para esse autor, longe de ser uma descaracterização da identidade original, a etnogênese revela a capacidade das comunidades de se adaptar, recriar e reinterpretar sua própria história, mostrando a flexibilidade e a vitalidade da vida social.

Por sua vez, a religião católica sempre foi uma das religiões praticadas na comunidade Deserto II e permaneceu sendo professada, principalmente pela influência da antiga líder da comunidade, Viturina, que nas palavras dos filhos era muito católica, zelosa das coisas da Igreja e muito exigente com o comportamento dos filhos e netos diante da sociedade de Belágua e de Urbano Santos. Dizia que se andassem na linha ninguém podia dizer que não eram pessoas corretas. Tamanha foi sua influência que a igreja construída pela comunidade em 2020 foi a realização de seu sonho e uma homenagem de seus parentes, que mantêm no altar as imagens de Nossa Senhora da Conceição e São José, relíquias que também pertenceram à fundadora Eduarda.

¹³ O conceito de etnogênese, conforme apresentado por Arruti (1997), refere-se ao processo de construção de uma nova identidade étnica por um grupo social, em resposta a contextos históricos, políticos e sociais específicos.

FIGURA 11: ALTAR DA IGREJINHA DA COMUNIDADE DESERTO II



Fonte: Acervo da autora.

FIGURA 12: PILÃO QUE PERTENCEU A FUNDADORA DA COMUNIDADE¹⁴

Fonte: Acervo da autora.

Além das festas da Igreja católica, do padroeiro da comunidade São José e de Nossa Senhora da Conceição, a comunidade mantém viva a comemoração da abolição da escravatura, curiosamente comemorada em 1º maio, como já mencionado neste capítulo. Hoje comemoram se reunindo dentro da igreja com cânticos próprios e outros católicos; Bumba

¹⁴ Atualmente fica no altar da Igrejinha da Comunidade Deserto II.

meu boi e dança de roda também coexistem, mostrando um certo sincretismo de religiões afro-católicas.

4 VOZES DA RESISTÊNCIA NO TERRITÓRIO HABITADO

Ocupando uma área de 272,9347ha, os membros da Comunidade Deserto II se mantêm unidos, conscientes do direito coletivo à terra e do quanto se unir é essencial para o fortalecimento da comunidade diante das disputas pelo território habitado. Para Santos (1978), o conceito de território habitado seria uma forma de compreender o espaço geográfico não apenas em termos de sua geografia física, mas também em relação às experiências vividas pelas pessoas, às interações sociais, culturais e econômicas que são vivenciadas nesse espaço e que o transformam.

Castro e Salomão (2018) enfatizam como a relação com o território molda a identidade cultural e as práticas cotidianas das comunidades. O território não é apenas uma área geográfica, mas também um espaço onde as tradições, línguas, rituais e formas de vida são preservados e vivenciados. Muitas comunidades quilombolas enfrentam desafios como discriminação, marginalização e ameaças à sua existência. O território é um ponto de ancoragem para a resistência e o empoderamento. A luta pela manutenção do território ancestral não é apenas uma questão prática, mas também um ato de resistência política e cultural.

Desse modo, a relação entre território e sentimento de pertencimento entre quilombolas é fundamental para entender a forma como as comunidades quilombolas se identificam, constroem suas identidades culturais e reivindicam direitos históricos. Diversas teorias e abordagens, como o conceito de identidade étnica de Weber (1991) e de Barth (2011) ajudam a explicar essa relação em que a ligação ancestral com o território influencia o sentido de pertencimento.

A história e as práticas culturais enraizadas nesses espaços reforçam a conexão emocional com a terra. Os quilombolas frequentemente têm uma forte relação simbólica e prática com o território, que é visto como uma extensão de sua identidade. Lugares carregam memórias coletivas e histórias que são transmitidas de geração em geração (Pollak, 1989).

Para os quilombolas, a terra é um local de memória que remete aos antepassados e às lutas por liberdade. Desse modo, em todo o estudo etnográfico é perceptível que apesar da falta de informações da comunidade acerca das questões de reconhecimento de terra quilombola, seus membros reafirmam o orgulho de sua origem.

Este capítulo é destinado à exposição de relatos, relacionando-os com elementos identitários da comunidade. Pela forma que as entrevistas ocorreram, serão tratadas as questões de identidade, segregação e território, além de questões sociais e de sociabilidade.

Como já mencionei, durante a realização da pesquisa acompanhei diversos momentos no cotidiano dos moradores da Deserto II, desde a rotina das mulheres e dos homens, a circulação de pessoas naquele espaço. Acompanhei momentos no labor do roçado, refeições, festivos, esportivos, dentre outros. E pelo convívio e entrevistas, observei elementos que constituem a identidade da comunidade retratada.

4.1 Origem comum, laços familiares e relações raciais

O primeiro é a origem comum de seus membros, pois a comunidade, na verdade, se trata de uma única família, originada a partir de três mulheres. Maria da Conceição da Silva, aos 105 anos, relata: “Todo mundo que mora aqui hoje é família, é família. Então essas pessoas foram se casando e ficando aqui. Os que estão aqui ainda vivos e os que morreram”. E essa origem em comum é o que os diferencia, o que nas palavras de Barth (2011) estabelece fronteira étnica com outros grupos.

Os casamentos endogâmicos também são uma constante dos 12 participantes da pesquisa; 6 eram casados com primos. Ficou muito claro por seus relatos que a segregação e o preconceito racial ao qual foram submetidos limitou as relações afetivas ao círculo da comunidade e propiciou tantos casamentos entre familiares. Segundo Maria Natividade Dutra da Silva, 35 anos:

Namorar com pessoas de fora sempre foi difícil. Primeiro porque não queria respeitar as moças daqui, e os rapazes da comunidade não podiam olhar para nenhuma moça de fora que era procurar confusão. Então era melhor namorar primo mesmo, mais fácil. (Maria Natividade Dutra Silva, moradora da Comunidade Deserto II).

O casamento consanguíneo e a segregação racial são dois conceitos distintos, mas podem ter algumas relações indiretas em determinados contextos históricos e sociais. O casamento consanguíneo ocorre quando indivíduos que têm parentesco próximo, como primos ou até irmãos, se casam e têm filhos. Esse tipo de casamento é comum em algumas culturas e pode ter motivações culturais, religiosas ou econômicas. No entanto, o casamento consanguíneo também pode levar a um aumento no risco de problemas genéticos em decorrência da maior probabilidade de herança de genes recessivos defeituosos. “A região Nordeste concentra mais populações isoladas geográfica e culturalmente, como os povos ribeirinhos e quilombolas, nas quais os casamentos entre parentes ainda são relativamente

comuns”, explica o biólogo geneticista Luzivan Costa Reis, principal autor do mapeamento publicado em março de 2023 na revista científica *International Journal of Medical Reviews*.¹⁵

A segregação racial refere-se à prática de separar grupos étnicos ou raciais em termos de habitação, educação, emprego e outras áreas da sociedade. Historicamente, a segregação racial tem sido amplamente associada à discriminação e à desigualdade, sendo mais proeminente em sociedades onde houve um tratamento desigual de diferentes grupos raciais.

A causa profunda é o medo que o grupo excluído inspira ao grupo dominante. (...) Medo enfim da mestiçagem e da confusão. (...) As frações da população que são objeto deste deslocar à distância, são distinguidas pela fração dominante em função critérios variáveis, de uma precisão desigual, e entre os quais, mais uma vez podem entrar importantes elementos imaginários (Brun, 1994, p. 25 *apud* França, 2017, p. 13).

A segregação racial geralmente é o resultado de políticas e atitudes discriminatórias, enquanto o casamento consanguíneo pode ser moldado por fatores culturais e históricos independentes da segregação racial.

[...] o casamento representa um jogo de identidades, interesses e valores de grupos, procurando demonstrar que o envolvimento entre duas pessoas envolve não só parentes ou amigos, mas redes de sociabilidade que garantem a manutenção e fortalecimento do casal. (Velho, 2006, p.14 *apud* Alencar e Rodrigues, 2019, p. 122)

Em resumo, embora possa haver situações em que o casamento consanguíneo e a segregação racial estejam correlacionados, eles são fenômenos distintos e a relação entre eles é mais complexa do que uma simples causa e efeitos de parentesco.

Na verdade, a questão do racismo é vivenciada pela comunidade quilombola Deserto II sobretudo na relação com a comunidade vizinha (Deserto I) e pode ser compreendida como decorrente do racismo estrutural enfrentado por comunidades tradicionais e grupos étnico-raciais no Brasil.

A fala de José Domingos Florêncio da Silva, que relata o uso pejorativo do nome “Deserto dos Pretos” pela comunidade vizinha para descrever sua comunidade, reflete esse racismo histórico, que busca inferiorizar as comunidades quilombolas como forma de exclusão social e racial. Esse fenômeno pode ser visto na experiência da comunidade Deserto

¹⁵ Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/os-riscos-dos-casamentos-entre-primos-2/>. Acesso em 20 de agosto de 2024.

II, onde Alcides Florêncio da Silva menciona que a comunidade vizinha “não gosta de preto”, evidenciando o racismo explícito e as barreiras criadas para impedir a inclusão dos quilombolas na sociedade maior.

Aleilson Dutra da Silva, ao relatar que sua comunidade é “a última a ser atendida” em políticas públicas, ilustra o racismo estrutural que afeta diretamente a capacidade da comunidade de acessar direitos básicos. A força da comunidade está na sua capacidade de resistir a todas essas adversidades, mantendo sua identidade e união. Essa resistência, conforme defendido por Munanga e Gomes (2006) é um reflexo da luta quilombola pela permanência e reconhecimento em um país onde o racismo ainda estrutura as relações sociais.

A questão do racismo enfrentado pela comunidade Deserto II em relação à comunidade vizinha, bem como a resiliência e a resistência dessa comunidade quilombola diante de diversos desafios, pode ser compreendida à luz de autores que estudam o racismo estrutural no Brasil, o racismo territorial e a resistência das comunidades quilombolas.

Munanga e Gomes (2006) contribui ao discutir como o racismo no Brasil se manifesta de forma sutil e estrutural. Ele afirma que as comunidades negras, incluindo os quilombos, são frequentemente relegadas a posições de invisibilidade e exclusão. E argumenta que essa exclusão é uma forma de desumanização, mas que as comunidades resistem ao se manterem firmes em sua história e identidade.

Achille Mbembe (2011), em seus estudos sobre necropolítica, oferece um panorama sobre como o racismo e as práticas de exclusão moldam as relações de poder e a marginalização das comunidades negras. No contexto da comunidade Deserto II, o preconceito racial do já mencionado por José Domingos Florêncio da Silva, que relatou como a comunidade vizinha, Deserto I, usava o termo “Deserto dos Pretos” de maneira pejorativa, reflete essa marginalização. A forma como o racismo se manifesta na exclusão social e na negação de direitos, como a falta de serviços e políticas públicas, evidencia uma dinâmica de controle e desvalorização da vida quilombola, algo que Mbembe analisa como um mecanismo de dominação racial.

Lélia Gonzalez (2020) destaca o impacto do racismo estrutural nas relações entre as comunidades negras e a sociedade em geral. Ela argumenta que, no Brasil, o racismo muitas vezes se expressa de maneira velada, mas profundamente enraizada nas relações de poder e exclusão social. A situação descrita anteriormente por Alcides Florêncio da Silva, que mencionou a discriminação que a comunidade enfrenta (“eles não gostam de preto”), confirma mais um reflexo desse racismo estrutural, onde a população quilombola é vista como inferior e, portanto, excluída dos serviços públicos e do reconhecimento formal.

Gonzalez (citada) enfatiza ainda que essa forma de racismo afeta tanto as condições materiais quanto a dignidade das comunidades negras, como vemos na situação de Deserto II.

4.2 Identidade, território e autorreconhecimento como quilombola

Em relação ao autorreconhecimento como quilombolas, apesar de não estarem familiarizados com o conceito, ao serem questionados quanto às origens, os entrevistados sabem contar a história da comunidade, que a fundadora havia sido escravizada e após anos de fuga encontrou em Deserto II um lugar de pouso, onde poderia viver com as filhas em paz. O antigo morador, José dos Reis da Silva, afirma: “A senhora imagina, esse nome quilombo eu já ouvi falar, mas nunca tinha parado para pensar que aqui fosse um. Depois eu lembrei de minha avó contando da fuga dela e da minha bisavó, e comecei a entender” (José do Reis da Silva, morador da Comunidade Deserto II).

Segundo Barth (2011), a criação de grupos étnicos está ligada à questão da autoafirmação e de declarar-se um grupo, o que muitas vezes cria mecanismos de distinção através de sinais e signos manifestos do modo de vestir, plantar, morar, falar, conceber padrões morais, orientações valorativas básicas, ou seja, padrões de moralidade e excelência pelos quais as performances são julgadas.

Outro morador antigo da comunidade, o senhor Alcides Florêncio da Silva, ao ser indagado sobre o fato de ter conhecimento sobre o que é ser quilombola, diz não ter certeza do significado, mas acha que tem a ver com quem nasceu ali, na comunidade. Desta forma, se expressa o senhor Arquimedes de Andrade, sobre o termo quilombola, entendendo que: “Não sei muito bem, não, senhora. Mas acho que tem a ver com ter nascido aqui, na terra que minha avó achou abandonada” (Alcides Florêncio da Silva, morador da Comunidade Deserto II).

A fala desse morador revela um traço muito importante da identidade da comunidade, que é o de pertencimento ao território em que habita. Nesse sentido é importante destacar a fala de Luís Gonzaga da Silva Filho, quando lhe é perguntado qual é a maior necessidade da comunidade: “Nós temos muito problemas, nossa condição é fraca, mas sempre foi. Agora se sair o título da terra vai ser bom para toda comunidade. (Luís Gonzaga da Silva Filho, morador da Comunidade Deserto II).

Na análise das entrevistas, a importância do território e da identidade quilombola surgem como temas centrais que se repetem nas falas de quase todos os entrevistados. O território, para a maioria, é visto como um espaço de resistência e de pertencimento, ligado à luta histórica pela liberdade. A seguir destacamos as que consideramos mais emblemáticas em

relação a essa questão: Alcides Florêncio da Silva destaca a fundação da comunidade Deserto por sua avó e bisavó, que fugiram de condições de trabalho forçado e opressão. Ele relembra: “Eles não gostam de preto”, referindo-se ao preconceito enfrentado pela comunidade. Alcides sublinha a importância de um território oficialmente reconhecido, pois isso garantiria segurança e melhores condições de vida para os moradores, fortalecendo a identidade quilombola.

FIGURA 13: ALCIDES FLORENCIO DA SILVA, MORADOR DE DESERTO II.



Fonte: Acervo da autora.

Aleilson Dutra da Silva também reflete sobre a relação entre território e identidade. Ele menciona que a comunidade foi fundada por uma ancestral fugitiva da escravidão e reconhece o valor histórico do território como um refúgio. Ele explica que, embora tenha momentos de dúvida sobre sua identidade quilombola, o território é um lugar que proporciona segurança: “Eu me vejo como quilombola especialmente quando penso no local seguro que temos”. A discriminação enfrentada pela comunidade também é um tema recorrente na fala de Aleilson, que afirma que eles são “a última comunidade a ser atendida” nas políticas públicas.

Francisca das Chagas Sousa Silva reforça o valor simbólico do território ao narrar a fuga de sua avó Eduarda Florência da Silva, que encontrou no local onde a comunidade se estabeleceu um espaço de segurança. “Minha avó fugiu e escolheu esse lugar como refúgio”,

afirma Francisca, reconhecendo o território como um componente central da identidade quilombola. Ela também destaca os esforços da comunidade para obter a titularidade da terra: “Se tivermos o título, nunca mais poderão nos tirar daqui”.

Francisco de Assis Silva, assim como Aleilson, apresenta uma relação mais complexa com o conceito de identidade quilombola. Embora diga que “não entende bem essas coisas”, ele reconhece que o território é um espaço de resistência herdado de sua avó. Ele descreve como a avó Eduarda escolheu o local porque “não tinha dono e podia viver com os filhos em paz”, reforçando a importância do território como símbolo de liberdade. Mesmo enfrentando preconceito, Francisco afirma que “nós todo o tempo queremos ser aquilo que nós somos”, refletindo a resiliência da comunidade frente as adversidades.

José de Ribamar da Silva, oferece um testemunho que também ressalta a conexão entre território e luta por sobrevivência. Ele narra a fuga de sua avó e bisavó de condições de exploração para encontrar um espaço seguro. “De lá para cá já somos esse tanto de gente”, diz José, mostrando como o território representa a continuidade de gerações e de uma história de resistência. A luta pela titulação da terra também é fundamental em seu relato: “Vai ser uma alegria só ver o documento no nosso nome”. Ele expressa ainda a importância de garantir a titularidade da terra como uma forma de assegurar o futuro da comunidade e evitar expulsões: “Vai ser uma alegria só ver o documento no nosso nome; nunca vão poder tirar nossas casas”. A falta de titulação cria um obstáculo para a implementação de políticas públicas que poderiam beneficiar diretamente a comunidade, como o acesso a financiamentos para melhorar a agricultura ou a construção de infraestrutura.

José Domingos Florêncio da Silva, traz essa narrativa de luta por um território seguro e pela resistência. Ele explica que sua avó Eduarda fugiu em busca de um lugar onde pudesse viver livremente. “Ela achou um lugar sem dono”, comenta, destacando como o território se tornou um espaço de autonomia para a comunidade. Ele também descreve o preconceito racial enfrentado pela comunidade, que era chamada pejorativamente de “Deserto dos Pretos” pela comunidade vizinha. Para ele, esse rótulo foi transformado em um símbolo de orgulho: “Acharam que chamar a gente de preto era diminuir a gente, mas isso eles não entendem”.

Por fim, Luís Gonzaga da Silva Filho, também menciona a fuga de sua bisavó Eduarda e como ela transformou o território em um lugar de abrigo e segurança. Ele ressalta que o esforço de sua bisavó para garantir a sobrevivência da família foi o que cimentou a identidade quilombola da comunidade: “Foi um esforço muito grande que minha bisavó fez para nós estarmos aqui”. Luís Gonzaga reforça ainda a necessidade de titulação da terra para

fortalecer a autonomia da comunidade, mencionando que o território seria a chave para conseguir apoio financeiro e governamental.

Até aqui, as falas dos entrevistados evidenciam que, embora a luta pelo território seja um tema comum a todos, a relação com a identidade quilombola varia. Enquanto alguns, como Francisca e José Domingos, se identificam claramente como quilombolas, outros, como Francisco e Aleilson, apresentam uma visão mais ambígua dessa identidade. Essas diferenças demonstram a diversidade de experiências dentro da mesma comunidade, mesmo que todos compartilhem a herança de resistência e luta pela terra.

No relato de Simone Dutra da Silva, é possível observar uma relação profunda entre o território e a identidade quilombola. Primeiramente, o território aparece como elemento de refúgio e resistência, evidenciado pela história de sua bisavó, que, após viver como escravizada, se escondeu no local hoje conhecido como “Deserto”. Simone menciona que a fundadora da comunidade, sua bisavó, veio para “se esconder” após ter sido escravizada, o que reforça o território como um refúgio: “O que eu sei é que a mãe da minha bisavó veio morar aqui para se esconder. Ela tinha sido escrava e já tinha duas meninas pequenas”, afirmou.

Ela descreve o local como “Deserto”, ressaltando o isolamento e a natureza do território: “É Deserto porque tem muita areia aqui e não vivia ninguém nesse lugar”. Como já apontado, o nome do local, carregado de significados, remete ao isolamento e à natureza inóspita da região, características que reforçam o território como um espaço de proteção e segurança para quem fugia da opressão. A comunidade, por sua vez, se estabelece em torno desse espaço, configurando um refúgio familiar e simbólico, em linha com as narrativas tradicionais de quilombos.

Em relação à identidade quilombola, o relato de Simone expressa uma incerteza inicial. Ela não se reconhece de imediato como quilombola, uma hesitação que reflete o processo contínuo de construção identitária. Quando Simone reflete sobre o termo quilombola, inicialmente ela não se identifica, mas depois reconhece sua conexão ao entender que o quilombo é um espaço de abrigo: “Pensei que só era quilombola quem fosse daquele tempo. Mas eu acho que eu sou.” Quando lhe é explicado que o quilombo é um lugar de refúgio para pessoas que foram escravizadas, Simone passa a se ver de forma diferente, reconhecendo-se dentro dessa definição. Esse momento de autoidentificação mostra como a compreensão do território e da história familiar é fundamental para o processo de afirmação da identidade quilombola. A hesitação inicial se transforma em aceitação, revelando a

complexidade de se definir enquanto quilombola, especialmente quando o termo é historicamente associado a um passado distante de escravidão e resistência.

Além disso, as relações com outras comunidades, como Deserto I e Mocambo também desempenham um papel importante na identidade de Simone e de sua comunidade. Ela menciona que, embora os mais velhos não tivessem muito contato entre Deserto I e II, as gerações mais jovens hoje convivem mais devido à escola, o que aponta a relevância da sociabilidade escolar para uma maior integração social e compartilhamento de experiências entre as pessoas. “Os mais velhos das duas comunidades não tiveram esse contato, mas hoje com a escola acho que os jovens convivem mais”, disse.

Já em relação à comunidade Mocambo, Simone destaca a proximidade geográfica e afetiva, ressaltando os laços familiares que se formaram ao longo do tempo por meio de casamentos entre os membros das duas comunidades. Simone destaca: “O povo da Mocambo é bem animado e tem muitos parentes lá com o tempo gente daqui também se casou com o pessoal de lá e acaba que andamos mais lá do que em Deserto I.” Esses vínculos reforçam uma identidade quilombola ampliada, que vai além dos limites de um único território e se estabelece por meio das conexões sociais e familiares.

Esses elementos permitem entender como Simone, mesmo sem se identificar imediatamente como quilombola, aos poucos reconhece sua ligação com essa identidade. O território, para ela, não é apenas um local físico, mas um espaço carregado de memórias e histórias de resistência. A convivência com outras comunidades e os laços familiares também são fundamentais nesse processo de construção identitária. O relato de Simone Dutra da Silva, assim, oferece uma visão rica e multifacetada sobre como a identidade quilombola é vivida e entendida, revelando a importância do território e das relações sociais na manutenção dessa herança cultural.

Em termos de resistência e permanência no território, a comunidade Deserto II, continua a luta pela titulação de suas terras e a resiste às pressões externas. Francisca das Chagas Sousa Silva, por exemplo, menciona o esforço para garantir a documentação da terra, reforçando que essa luta é vital para a permanência da comunidade: “Se tivermos o título, nunca mais poderão nos tirar daqui”.

Para Sueli Carneiro (2023), a resistência das comunidades negras, como os quilombolas, está intimamente ligada à luta por reconhecimento dos direitos. A fala de Francisco de Assis Silva, que afirma que a comunidade nunca deixou de ser “aquilo que somos” mesmo diante do preconceito, é um exemplo da resistência que Carneiro enxerga como central na luta por direitos e reconhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos que o estudo revelou a profundidade e a complexidade do processo de autoidentificação dos membros da comunidade com suas raízes quilombolas. O estudo também evidenciou como o reconhecimento da identidade quilombola não é um processo estático, mas dinâmico, construído pela vivência coletiva, pela memória coletiva e pelas interações sociais e políticas que influenciam a comunidade.

O território emerge como elemento central na constituição dessa identidade, não apenas como um espaço geográfico, mas como um lugar simbólico de refúgio, resistência e perpetuação de tradições familiares. Desse modo, a pesquisa contribui para uma maior compreensão sobre a importância do território na constituição identitária de comunidades quilombolas, destacando que o território é tanto um espaço físico quanto um lugar de memória e resistência. As implicações desse reconhecimento vão além da posse da terra, refletindo na preservação da cultura e na continuidade da luta por justiça social.

É importante ressaltar que, apesar das dificuldades de acesso a políticas públicas e dos desafios enfrentados em relação à discriminação e à marginalização, a comunidade segue firmemente na luta por seus direitos territoriais, compreendendo que a titulação da terra é um passo essencial para garantir a segurança e a permanência em seu território. Os desafios enfrentados, como a falta de acesso a serviços públicos e a discriminação racial, reforçam a importância de políticas públicas voltadas para comunidades quilombolas. Sendo assim, a titulação do território surge como uma necessidade urgente, não apenas para garantir a permanência física, mas também para assegurar a continuidade cultural e a dignidade das gerações futuras.

Os relatos dos membros da comunidade apontam para uma trajetória de luta e permanência no território, permeada por conflitos, discriminação e segregação racial, que reforça a necessidade do reconhecimento e titulação do território. Ao mesmo tempo, o estudo revela como a relação simbólica com a terra fortalece o sentimento de pertencimento e coesão social, essencial para a preservação das tradições e modos de vida.

A análise dos relatos orais e das memórias coletivas reforçou também a noção de que a história e a trajetória de luta da comunidade pela titulação de suas terras refletem a resistência cotidiana, um aspecto marcante na manutenção de sua identidade cultural. A comunidade Deserto II, formada por descendentes de pessoas escravizadas, exemplifica o entrelaçamento entre a busca pela regularização fundiária e o fortalecimento do sentimento de pertencimento ao território ancestral.

Por fim, o trabalho evidencia o papel crucial das lideranças femininas na comunidade, tanto no passado quanto no presente, e a resiliência de seus membros na luta por seus direitos. Assim, o estudo da Comunidade Deserto II contribui para a compreensão mais ampla das dinâmicas de resistência e afirmação de identidades quilombolas no Brasil.

Reconhecendo a importância histórica, política e social da Comunidade Deserto II no processo de construção identitária quilombola no Maranhão, as futuras pesquisas poderão ser o impacto das políticas públicas sobre a vida cotidiana da comunidade, identificando as lacunas e propondo soluções para a inclusão efetiva dessas populações nas ações governamentais. Além disso, é importante investigar como essas políticas são pensadas e como podem ser reformuladas para atender às demandas específicas das comunidades quilombolas, assegurando seus direitos e promovendo igualdade social.

Um outro campo de investigação refere-se às questões ambientais e à sustentabilidade. O impacto da expansão do agronegócio e consequente degradação ambiental é uma preocupação crescente para Deserto II. Por essa razão, os futuros estudos podem se concentrar em como o agronegócio afeta negativamente as práticas agrícolas tradicionais e a biodiversidade local, além de explorar formas de sustentabilidade que a comunidade possa adotar para mitigar esses efeitos. Esse estudo pode, também, abordar a interseção entre direitos territoriais quilombolas e justiça ambiental, considerando a importância da preservação dos recursos naturais para a subsistência física e cultural da comunidade.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, E. S. As mulheres na Balaiada: presença e representações femininas no palco da guerra. In: ABRANTES, E. S.; PEREIRA, J. de J.; MATEUS, Y. G. A. S. (Org.). **Histórias e memórias da Balaiada**. 1. ed. São Luís: Ed. UEMA, 2022. Cap. 2, p. 75-104.
- ALENCAR, B. R. de O.; RODRIGUES, C. I. **A escolha do cônjuge: uma categoria de análise nas Ciências Sociais**. Ensaio, v. 14, n. 1, p. 110-137, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/re.v14i1.40137>. Acesso em 23: de out. 2024.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ARRUTI, J. M. A. **A emergência dos “remanescentes”:** notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Mana, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS-Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, v. 3, n. 2, Oct 1997. ISSN 0104-9313. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000200001>.
- ARRUTI, J. M. P. A. **Mocambo:** antropologia e história do processo de formação quilombola. São Paulo: Editora EDUSC, 2006.
- ARRUTI, J. M. P. A. **Entrevistas: Recuperação da memória do lugar auxilia laudo antropológico**. 2003. Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/entrevistas/memoria/arruti.htm> . Acesso em: 10 de out. 2023.
- ARRUTI, J. M. P. A. Quilombos. In: PINHO, O. A.; SANSONE, L. (org.). **Raça: Novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, EDUFBA, 2008. p. 315-351.
- BARTH, F. **Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras**. In: LASK, T. (org.). O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. 1. ed. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011. Cap. 1, p. 25 – 67.
- BARTH, F. (ed.). **Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference**. Boston: Little, Brown Company, 1969. 153 p.
- BRANDÃO, C. R. **Identidade e Etnia:** construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRASIL. **Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007**. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- BRASIL. Lei 12.288/10, de 20 de julho de 2010. **Estatuto da Igualdade Racial**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 21 de jan. 2025.
- BRUN, Jacques. Essai critique sur la notion de ségrégation et sur son usage en géographie urbaine. In: BRUN, J.; RHEIN, C. (orgs.). **La Ségrégation dans la Ville**. Paris: L’Harmattan, 1994.
- CAMARGO, A. História oral e política. In: MORAES, M. (Org.). **História Oral**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 75-99.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

CARRIL, L. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca por cidadania**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2006.

CAVALCANTI, J. S.e B.; WANDERLEY, M. de N. B.; NIEDERLE, P. A. (Orgs.). Ressignificação dos territórios em um contexto de globalização. In: **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2014. p. 134-153.

DINIZ, M. M. Terreito de Mina Pedra de Encantaria: Uma análise sobre o Tambor de Mina no Maranhão. In: **IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão**. [s.n.], 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/804.pdf>. Acesso em 10 de set. 2024.

DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Tradução de Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FANON, F. **Pele negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERRETTI, M. Formas sincréticas das religiões afro-americanas: o terecô de Codó (MA). Elaborado em 2007. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 14, n. 2, p. 95-108, jul./dez. 2003.

FERRETTI, S. F. **Querebentã de Zomadônu: etnografia da Casa das Minas do Maranhão**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2009. 336 p.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. **Segregação racial em São Paulo: residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: 2017_DaniloSalesDoNascimentoFranca_VCorr.pdf. Acesso em: 25 de ago. 2024.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. **Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vidas**. Rev. Katál, Florianópolis, v.10, n.esp, p.83-92, 2007.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar. 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 10 de ago. de 2024.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 965, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300015>. Acesso em: 02 de mai. 2023.

LITTLE, P. E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Brasília, UnB, 2002. Antropologia, 322.

- LOPES, R. de C. D. **Identidade e territorialidade na comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente na região do Bico do Papagaio** – Tocantins. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34263>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- MARANHÃO. Lei 11399/20, de 28 de dezembro de 2020. **Estatuto Estadual da Igualdade Racial**. Disponível em: <https://www.diariooficial.ma.gov.br/acervo/>. Acesso em: 20 de mai. 2023.
- MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. In: **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, UFRGS, v. 3, n. 3, p. 89-141, jan./jul. 1991. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v28n1/v28n1a11.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024
- MBEMBE, A. Necropolítica. In: MBEMBE, A. **Necropolítica seguido de Sobre el gobierno privado indirecto**. Madri: Melusina, 2011. p. 17 – 75.
- MOTTA, M. M. M. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R.(org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 21-36.
- MUNANGA, K; GOMES, N. L. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo, Editora Global, 2006. 224p.
- NORA, P. **Os lugares de memória**. Tradução de Marcos Ariel de Moraes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Vértice, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, junho 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 13 nov. 2023.
- QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: LUCENA, C. T.; CAMPOS, M. C. S. de S.; DEMARTINI, Z. de B. F. (Orgs.). **Pesquisa em ciências sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 35-77.
- RODRIGUES, Zulimar Márita Ribeiro; NASCIMENTO, Adagones Ferreira; PEDROSA, Edmar Correia. Formação territorial do município de Urbano Santos – MA. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 19., 2018, João Pessoa. *Anais [...]*. São Paulo: Associação de Geógrafos Brasileiros, 2018. Disponível em: https://www.eng2018.agb.org.br/site/anaiscomplementares2?AREA=16#php2go_top. Acesso em: 26 mar. 2023.
- SALOMÃO, F. V.; DE CASTRO, C. V. A Identidade Quilombola: Territorialidade Étnica e Proteção Jurídica. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir/UFRGS, [S. l.]*, v. 13, n. 1, 2018. DOI: 10.22456/2317-8558.73034. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/73034>. Acesso em: 23 jun. 2024
- SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, B. de S. A construção multicultural da igualdade e da diferença. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, 1995, Rio de Janeiro. Conferência. Rio de Janeiro:

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 4-6 set. 1995.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004. Original de 1978.

SERRA, A. **A Balaiada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1946.

TAVARES, D. C. Religiões de origem africana no Maranhão: rituais culturais gastronômicos. **Revista Historiador**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 44-56, dezembro 2020. Disponível em: <https://revistahistoriador.com.br/index.php/principal/article/view/224/231>. Acesso em: 25 jul. 2023.

VELHO, G. **Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

WEBER, M. **Relações Comunitárias Étnicas**. In: **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora UNB, 1991. p. 267-277.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

Apêndice A

Transcrição das entrevistas

Entrevistada: Maria da Conceição Silva

Idade: 105 anos

Pesquisadora - Como ocorreu a fundação da comunidade?

Maria da Conceição Silva - Esse povoado começou com minha mãe, eu e meus irmãos. Eu fui a caçula, nasci aqui. Tem horas que eu penso o quando nosso sangue é forte. Quando minha mãe teve a gente não tinha ninguém para ajudar, a mãe dela já tinha morrido, acho que só o parto da Aldenora e da Viturina minha avó ajudou, porque foi lá em Bonfim, mas meu irmão Emanuel foi aqui mesmo, só ela e minhas irmãs pequenas.

A minha mãe se chamava Eduarda Florência da Silva e da minha avó Laurência Florencia da Silva, naquele tempo ela não tinha documento, eu só vim ter documento já velha, meus filhos tiveram documento primeiro que eu. Mas a senhora a minha mãe veio dos lados de Caxias, na direção do Piauí, lá teve uma luta e nessa luta os pretos da senzala onde ela vivia se soltaram, uns foram para briga, outros ajudavam dando recado pelo mato, de todo jeito. Só que o negócio foi perigando e muitos saíram de lá procurando esconderijo e onde viver. Nesse caminho elas escutaram falar que para cá tinha um lugar chamado Bonfim, tinha dono, mas podia se agregar lá. Chegando lá, o nome desse dono era Rui, mas o tempo foi passando e a situação delas só piorando, era muito rigoroso, controlava tudo com punho de ferro, não podia ter uma rocinha, procurar (caçar), pescar, só recebiam o rancho no dia que ela chamava, tinham que trabalhar no plantio de cana dele e ter quebrado todo o coco que ele queria ou não recebia nada. Era difícil viver lá.

Como ela já tinha minhas irmãs pequena, o sentido dela foi de procurar outro modo de vida, a mãe dela já era finada, então ela só tinha a vida e as filhas. Aí ela cortou uma rede que já estava rasgada, enrolou o que tinha e saiu de lá com as filhas. Foi pela mata, mas sempre perto do Rio Mocambo, até ela achar este lugar aqui.

Ela esperou uns dias de longe para ver se tinha movimento de gente, como não teve se sentiu bem em ficar aqui. E como a senhora sabe onde tem mulher os homens aparecem, ela ainda teve meu irmão e eu. Eu conheci meu pai, era homem branco, que morava depois de São Benedito, vi ele poucas vezes, tinha filhos e mulher.

Meu irmão morreu com 26 anos, eu minhas irmãs também tivemos nossos filhos e a família foi só crescendo até hoje. Todo mundo que mora aqui hoje é família, é família. Então essas pessoas foram se casando e ficando aqui. Os que estão aqui ainda vivos e os que morreram.

Pesquisadora - Qual a origem do nome da comunidade?

Maria da Conceição Silva - Minha mãe escolheu ficar aqui justamente porque era um lugar sem dono, e depois ela ficou sabendo que o povo dessa região chamava aqui de lugar deserto, porque só tinha areia e fazer uma roça por aqui não dava lucro era só pra comer mesmo, então muita gente fugida se escondeu aqui por perto, e chamavam esse povo de desertor. Aí o nome ficou deserto e pronto.

Pesquisadora - Para você, quando a comunidade vizinha começa a chamar a sua comunidade de Deserto dos Pretos, é em sentido bom ou ruim?

Maria da Conceição Silva - Eles fizeram isso foi com coisa com a gente, mesmo. Mas ensinamos nossos filhos que nosso valor era a gente que fazia. O povo da Deserto dos Sábias sempre quis mostrar que são grandes e nós nada.

Pesquisadora - Pela proximidade, existe alguma coisa compartilhada entre as duas comunidades?

Maria da Conceição Silva - Acho que só o colégio mesmo. Mas a escola foi tomada, quem fez a primeira escola foi minha irmã Viturina. Mas é coisa de política, nós fizemos nenhum vereador.

Pesquisadora - Vi que a comunidade possui uma igreja, além da religião católica, existe ou já existiu outras religiões praticadas na comunidade?

Maria da Conceição Silva - Aqui tinha o bailado de Tambor de Mina, era animado. Foi minha sobrinha Antônia, que aprender a mexer com essas coisas, mas foi noutro povoado para os lados do Rio Munim. Muita gente ia, mas não ninguém aprendeu com ela, e quando ela morreu ninguém sabia os segredos. Daí ficou só a católica mesmo.

Pesquisadora - A senhora se considera quilombola?

Maria da Conceição Silva - O padre antigo me falou disso que a minha mãe era, e que todo mundo aqui era. Que escravo fugia e se escondia no quilombo, e que aqui tinha sido um.

Eu acredito nisso, mas a minha mãe dizia a palavra mocambo, mas eu não sei explicar se é a mesma coisa, não tenho estudo.

Pesquisadora - A área que a comunidade ocupa ainda não tem documentação, o que a comunidade planeja fazer a respeito?

Maria da Conceição Silva - Meus sobrinhos estão procurando um advogado da prefeitura para ver se ajuda com os papéis, vamos atrás disso de novo. Queremos a terra no nome da nossa comunidade.

Pesquisadora - Quais seriam os benefícios para a comunidade, diante da possibilidade desta área ser titulada?

Maria da Conceição Silva - Comprovar que somos os donos daqui mesmo. Hoje tudo é no papel, a terra também.

Pesquisadora - Já houve alguma disputa pela área onde vivem?

Maria da Conceição Silva - Nunca teve ninguém aqui atrás não.

Pesquisadora - A comunidade participa de algum movimento social ou possui algum membro de conselho municipal?

Maria da Conceição Silva - Não sei lhe dizer.

Pesquisadora - Quais as principais dificuldades enfrentadas, hoje, pela comunidade?

Maria da Conceição Silva - Não tem um posto para consultar os velhos e as crianças. Para receber remédio tem de ir ao centro, distante mais de 3 léguas.

Pesquisadora - Já houve alguma forma de preconceito em relação a esta comunidade? Em que ocasião?

Maria da Conceição Silva - Sempre teve. Quando eu era moça só podia ser no fundo da igreja para assistir missa, se não tivesse pessoas brancas sentada lá. Fora as coisinhas que a gente sempre escutou, as desfeitas.

Pesquisadora - Qual a reação de vocês em relação ao preconceito que já enfrentaram?

Maria da Conceição Silva - Sempre andar zelado, mostrar que não somos piores nem melhores. Aqui nem eu ou minhas irmãs aceitamos filho rebelde e tinha que ser responsável

fora daqui também, para que ninguém pudesse machucar e prejudicar eles fora do povoado nós fomos muito duros com nossos filhos.

Pesquisadora - Boa parte dos moradores daqui são casados com parentes, saber dizer algum motivo para esse fato?

Maria da Conceição Silva - Os rapazes e as moças daqui não tinham vez fora, não dava para se confiar e se envolver com quem não era daqui. Então os primos foram se ajeitando por aqui mesmo.

Pesquisadora - Pelo que já ouvi, existe outra comunidade distante daqui, quase a mesma distância entre Deserto I e II, mas mantém uma relação mais próxima com vocês, inclusive tem dois casais entre moradores daqui e de lá. O que faz existir essa diferença entre a relação entre Deserto I e II, e Deserto II e Mocambo?

Maria da Conceição Silva - Eu não sei explicar, mas nos damos bem com as pessoas em Mocambo.

Pesquisadora - Em Mocambo tem mais pessoas brancas como em Deserto I?

Maria da Conceição Silva - Não. Lá é mais mistura que em Deserto I

Pesquisadora - Existem casais formados por membros da Deserto I e II?

Maria da Conceição Silva - Teve um sim, o filho da minha sobrinha com uma moça de lá.

Entrevistado: José dos Reis da Silva

Idade: 68 anos

Pesquisadora - Como ocorreu a fundação da comunidade?

José dos Reis da Silva - A minha mãe quando chegou aqui, disse que já tinha o outro povoado para lá, mas só que aqui, aqui não tinha ninguém, não tinha morada de ninguém. Foi minha mãe com a mãe dela que se situaram primeiro aqui, que não tinha morador nenhum, nem tapera, nem nada. Minha avó, Eduarda Florência da Silva, contava que ela fugiu junto com minha bisavó, dona Laurência, de Caxias, no tempo de uma guerra chamada Balaiada, tinha muitos pretos nesse movimento, mas os mais fracos fugiam. Essa fuga demorou muitos dias, aí elas ficaram sabendo desse lugar chamado Bonfim, para onde muitos fugidos estavam indo, e acompanhando esse Rio Mocambo acharam o lugar. Senhora, a situação nesse Bonfim não era melhor que de onde ela vivia, Bonfim tinha dono, ela disse que nome dele era Rui, depois que estavam nas terras dele, foram obrigadas a trabalhar para ele de um jeito até pior que antes, só recebendo comida, ninguém podia pescar, caçar, ou mesmo sair de lá. Foi quando minha avó, já com duas filhas decidiu fugir novamente, e nessa fuga se amocambou por aqui onde vivemos até hoje.

Pesquisadora - Qual a origem do nome da comunidade?

José dos Reis da Silva - O nome Deserto é porque esse lugar aqui era muito isolado, a senhora vê que tem muita areia, só dá para plantar em algumas partes, então nossa avó dizia que era um lugar que passavam muitas pessoas em fugindo de dono ou da Balaiada, desertor. Então esse nome ficou assim. Já para não se misturem com a gente, o povo da família Sabiá, começou a dizer que eram dois desertos, a Deserto deles, de Sabiá e da Deserto dos Pretos. Só que Prefeitura nova, a de Belágua colocou deserto I e II.

Pesquisadora - Para você, quando a comunidade vizinha começa a chamar a sua de Deserto dos Pretos, é em sentido bom ou ruim?

José dos Reis da Silva - Dona, eles não queriam ser confundidos com nossa família. Para eles preto é ruim, mas é o que a gente é, se eles queriam fazer afronta, ficou só por lá. Até porque são duas terras, a deles e a nossa, tinha que ser nome diferente mesmo

Pesquisadora - Pela proximidade, existe alguma coisa compartilhada entre as duas comunidades?

José dos Reis da Silva - O colégio. A bem verdade, que hoje as crianças daqui estudam lá, mas antigamente, o colégio que tinha era aqui. A minha mãe, Viturina, queria que os filhos, netos e sobrinhos estudassem. Mas com a nova Prefeitura, tiraram o colégio daqui e botaram lá nos Sabiás.

Pesquisadora - Vi que a comunidade possui uma igreja, além da religião católica, existe ou já existiu outras religiões praticadas na comunidade?

José dos Reis da Silva - Antigamente, uma prima minha, por nome de Antônia mexia com as festas de tambor. Eram feitas dia de sexta-feira e sábado, o povo daqui gostava, ia a noite todinha, mas essa prima já partiu e hoje não tem mais ninguém que saiba os segredo da festa.

Pesquisadora - A comunidade tem datas comemorativas? Quais?

José dos Reis da Silva - As datas mais importantes são a Semana Santa, dia de São Gonçalo, São José e Nossa Senhora da Conceição. Mas também tem comemoração do dia 1º de maio, que foi a data que minha avó comemorava o fim da escravidão.

Pesquisadora - Você se considera quilombola?

José dos Reis da Silva - A senhora imagina, esse nome quilombo eu já ouvi falar, mas nunca tinha parado para pensar que aqui fosse um. Depois eu lembrei de minha avó contando da fuga dela e da minha bisavó, e comecei a entender que nós somos de quilombo, porque nossa bisavó e nossa avó eram. Elas fugiram mais de uma vez e vieram se acoitar aqui. E aqui continua sendo o lugar que nós temos para viver, fazemos nossa roça, pescamos, criamos galinhas e porcos, fazemos nossa farinha.

Pesquisadora - Sendo os membros desta comunidade são todos parentes, o que você acha que manteve a sua família unida?

José dos Reis da Silva - Acho que o faz nos sermos unidos é saber que os parentes se ajudam, que ninguém se acha mais importante e nós temos esse pedaço de chão para viver juntos

Pesquisadora - Como é o convívio entre os membros de Deserto I e II?

José dos Reis da Silva - Não é muito, é mais as crianças que vão lá, porque a escola agora é lá. Nunca teve uma briga, mas a gente sente que tem um jeito diferente com quem é daqui. Eles não gostam de preto.

Pesquisadora - A área que a comunidade ocupa ainda não tem documentação, o que a comunidade planeja fazer a respeito?

José dos Reis da Silva - A nossa associação está juntando documentos para dar entrada nos papéis, lá no Iterma. Da outra vez faltou documento e o pedido venceu. Nossa terra já foi medida, já tem mapa e tudo.

Pesquisadora - Quais seriam os benefícios para a comunidade, diante da possibilidade desta área ser titulada?

José dos Reis da Silva - Só de saber que somos os donos da terra no papel já dá uma alegria, mas a gente sabe que se tem documento, também podemos ter ajuda do governo para melhorar nosso meio de vida.

Pesquisadora - Já houve alguma disputa pela área onde vivem?

José dos Reis da Silva - De querer tirar nossa família daqui não, mas uma época a Associação de Deserto I, pediu que nós fôssemos participar, para arredondar a terra, para sair documento no nome de todos os proprietários, nos ajudar a fazer, nos andamos pelo lado de Cocalzinho, Queimadas, Mocambo, Marajá, aí quando foi nessa data, nós procuramos para eles, se não aceitam nós em algum cargo da associação, que tem o tesoureiro, o secretário, aí eles disseram que não, que o documento da terra ia sair no nome da associação da Deserto I, aí foi a hora que nós achamos que dava certo para nós, não tinha cargo nenhum, ninguém ia ser nada, aí não dava, e a nossa terra ia ficar no nome deles. Eles só queriam a gente para fazer os picos da medição das terras dos povoados, sem ser considerados depois. Então nós resolvemos criar uma associação nossa

Pesquisadora - A comunidade participa de algum movimento social ou possui algum membro de conselho municipal?

José dos Reis da Silva - Os movimentos que eu vejo o povo daqui participar nos grupos da Igreja, alguns moradores participam de grupo que ajuda nos festejos e missa quando tem, e nós temos a nossa associação de moradores.

Pesquisadora - Quais as principais dificuldades enfrentadas, hoje, pela comunidade?

José dos Reis da Silva - Nós já passamos muita necessidade, antigamente só tinha a roça e o forno de farinha de sustento, daí a minha mãe foi a primeira a receber um aposento, no dia que recebia fazia um rancho, e depois chamada cada um, de cada casa para receber um pouco.

Hoje a situação melhorou, mas falta um posto de saúde, não tem uma estrada boa para carro ou moto passar, antes das pedrinhas era um areão só, nossa água não é encanada e limpa.

Pesquisadora - Já houve alguma forma de preconceito em relação a esta comunidade? Em que ocasião?

José dos Reis da Silva - Muitas vezes, teve vez quando era rapaz, que não éramos bem tratados no comércio, queriam vender para nós as coisas mais velhas ou perto de estragar, de qualquer jeito, naquele tempo só tinha comércio quem fosse branco. Muitas vezes nós tirávamos as moças para dançar nas festas e os pais delas iam lá tirar, que era para dançarem com outros rapazes de mais futuro.

Pesquisadora - Qual a reação de vocês em relação ao preconceito que já enfrentaram?

José dos Reis da Silva - Tem coisa que nós deixamos para lá, porque nos ensinaram que nós tínhamos que ser os mais responsáveis e sérios, não arranjar confusão, minha mãe e meu pai eram muito rigorosos com todos nós, acho que eles tinham medo de que algo acontecesse, se íamos numa festa, nosso pai chamava para perguntar a hora que nós íamos chegar e dizia que não aceitava filho dele levar ferro (arma), para festa que lá não era lugar, se alguém provocasse era para chamar os irmãos e vir logo embora. Hoje a coisa mudou de figura, o tal do preconceito agora dá cadeia. Se ofenderam alguém aqui de casa não é preciso engolir o sapo.

Pesquisadora - Boa parte dos moradores daqui são casados com parentes, saber dizer algum motivo para esse fato?

José dos Reis da Silva - Acho que é mais fácil se casar com quem a gente conhece direito e confia, aqui ou acolá tinha umas coisinhas por fora, mas sempre deu mais certo por aqui mesmo, nós não tínhamos muita oportunidade de namorar sério gente de fora. Meu irmão se casou com uma moça de Mocambo, porque o pai dela não tinha essas coisas.

Pesquisadora - Pelo que já ouvi, existe outra comunidade distante daqui, quase a mesma distância entre Deserto I e II, mas mantém uma relação mais próxima com vocês, inclusive tem dois casais entre moradores daqui e de lá. O que faz existir essa diferença entre a relação entre Deserto I e II, e Deserto II e Mocambo?

José dos Reis da Silva - Dona, eu nunca parei para pensar sobre isso, mas mesmo sendo da mesma época que nós nesse lugar, Sábida não se mistura com os pretos daqui.

Pesquisadora - Em Mocambo tem mais pessoas brancas como em Deserto I?

Em Mocambo, também tem pessoas brancas, mas tem gente mulata também, é mais misturado.

José dos Reis da Silva - Existem casais formados por membros da Deserto I e II?

Tem apenas um casal, que é um rapaz daqui com uma moça de lá, mas a família dela não se agradou não.

Entrevistado: Luís Gonzaga da Silva

Idade: 63 anos

Presidente da Associação de Moradores da Comunidade Deserto II

Pesquisadora - Como ocorreu a fundação da comunidade?

Luís Gonzaga da Silva - Esse povoado Deserto II foi a minha avó Eduarda que fundou. Quando nós tivemos conhecimento nessa comunidade. Aqui ela explica para nós como começou esse negócio. Ela não era daqui dessa região, ela era da região de Vale do Piauí, e foi levada para Caxias. Aí no tempo que fui para lá um negócio, na Balaiada, umas coisas lá. Naquele tempo era coisa de escravo e ela fugiu mais a mãe dela, dona Laurência e de lá e ia num povoado chamado Bonfim, que tinha aqui no município de Urbano Santos. Antes de ser Urbano Santos. Quando ela chegou no Bonfim, a mãe dela faleceu e ela ficou. E lá, imediatamente ela conseguiu dois filhos, só mulher, Aldenora e Viturina. Que a dona Viturina era a minha mãe. E ela fica lá, mas lá ela não aguentou. Ela saiu da escravidão lá onde elas viviam e ela chegou lá no Bonfim.

Minha avó achou que fosse mais fácil, viver em Bonfim, mais era muito mais difícil. Logo, o dono do Bonfim era muito ruim, e o homem não dava oportunidade para elas. E ela, que tinha duas meninas lá. Ela proibia de quebrar coco na natureza, pescar no rio, mobilizar, caçar no mato, nem fazer a roça podia. Era viver ali, trabalhando, quebrando o coco e vendendo para ele. Não aguentou, não aguentou. E elas que queriam arrumar uma localidade que não fosse de dono. E ela decidiu sair sem olhar para trás, sem saber de nada. Nunca tinha andado por essa região, principalmente com duas filhas. E quando ela chegou aqui, ainda conseguiu mais dois um casal de filhos, um homem e uma mulher. E a mulher é essa minha tia, que ainda está aqui. O rapaz com 26 anos de vida, faleceu aqui. Nós ficamos aqui. E essa história da minha avó nós sabe contar muito, porque que ela quando ficou na idade, ela morava conosco, na casa da mamãe, aqui, ela ficava conosco e a mamãe.

Ela morreu aqui na casa da mamãe, eu contei a história dela, que ela contava muita história para a gente, nós procurávamos para ela se ela sabia explicar como é que tinha acontecido o nome desse lugar, se quando ela chegou a este nome já existia. Ela disse que já existia, só que não tinha morador aqui nesse trecho naquela época. Tinha uns moradores lá naquele povoado, lá que já tinha uns antigos, também lá, né. E ela disse que da mesma “carreira” que ela correu, com a mãe dela de Caxias, aconteceu que que apareceu nessa região da comunidade, um moço também era corrido dessa região, mas aqui ninguém conhecia ele e apareceu aqui acoutado. Então quando aparece uma pessoa assim se chama desertor ou desertado, como

queira chamar, né? E então botaram o nome nesse lugar, porque sempre aparecia gente aqui, escondido no deserto.

E o nome desse Rio Mocambo, foi porque esse povo fugido, se escondia na mata no trecho do rio, e o povo dizia que estavam amocambados, escondidos, fugidos de donos, vindo do rumo da luta da Balaiada, e do mesmo jeito iam parar no Bonfim, mas aquele homem de lá queria ser dono de tudo, terra, bicho e gente. Pois naquele tempo ele queria se aproveitar, não era dono, mais fazia pior do que se fosse.

Pesquisadora - Quanto tempo Dona Eduarda demorou para chegar aqui?

Luís Gonzaga da Silva - Ela disse: meu filho, nós passamos mais de dez dias da viagem para chegar aqui. Ela veio pela curva do rio, ela atravessou o rio Mocambo. Muita gente acampava nessa região, acho que até mesmo quando eu já era nascido. Vi gente aparecer do nada, levantava uma tapera do outro lado do rio, só saía de dentro de casa para mexer com uma rocinha, pescar um peixe, mas não ia noutra lugar, e depois de um ano ou menos ia embora sem deixar rastro. Para mim só podiam estar se escondendo.

Os dois filhos que minha avó teve aqui, o finado Emanuel e minha tia Maria, já são filhos de homens que passaram por aqui, cheguei a conhecer o velho, pai da Maria, era branco e morava num povoado depois de São Benedito, chamado Baixa Grande.

Ela contava que fez a taperinha dela e das filhas escondida, porque nesse tempo os escravos não tinham sido liberados. Mas ela sentiu muita diferença quando veio para cá, ela não se sentia pressionada, porque aqui como não tinha dono, ela tinha o direito de procurar, de pescar, fazer uma rocinha dela.

Pesquisadora - Soube que aqui vocês comemorar a abolição da escravatura no dia 1º e não em 13 de maio, por quê?

Luís Gonzaga da Silva - Bom, vou lhe explicar. É que a minha avó Eduarda tinha muito medo de presa de novo e fazia de tudo para não ter falar com outras pessoas que não fossem as filhas, então ela já ficou sabendo que os negros estavam livres quase um ano depois do que a princesa Isabel fez, esse conversa veio de negro para negro até chegar aqui, e como não se sabia ler a data ficou descontraída e ela começou a comemorar no dia 1º de maio mesmo, e nós continuamos assim porque foi ela, D. Eduarda, minha avó que começou isso e nós temos essa consideração.

Pesquisadora - Quando sua avó tomou conhecimento da abolição da escravatura, passou a sair daqui e ir a outros lugares?

Luís Gonzaga da Silva - Ela começou a sair mais tranquila com as filhas, mas vou lhe dizer uma coisa, essa cor morena nossa, essa qualidade aqui sempre foi discriminada, esse povo aí de cima aí, da Deserto I, mais para lhe falar a verdade nessas 15 comunidades aqui perto, se você falar em Deserto II, eles só chamam Deserto dos Pretos.

Pesquisadora - Em que outras situações o senhor e outros membros da comunidade já passaram por discriminação?

Luís Gonzaga da Silva - Vixe, teve muitas vezes, no colégio, quando eu estudava, olha senhora quem nunca passou por discriminação não peça para passar, porque não é fácil, em todos os setores, por que essa qualidade nossa, de nossa pele, eu quero dizer uma coisa para a senhora, eu sou satisfeito com a minha cor, eu sou descendente desse povo. As minhas qualidades, que eu quero, quero eu tenho, não é de cor, porque minhas qualidades são no meu prestígio de dentro, eu honrar meus compromissos, respeitar o ser humano, eu fiz discriminação com ninguém. E hoje, senhora o negócio da cor dessa pele, não termina esse racismo. Esse racismo não termina em lugar nenhum, se você for para uma escola, um menino “moreno”, ele fica de lado. No meu tempo, quando a professora inventava uma brincadeira, toda vez que era para a parte ruim, escolhia um neguinho, se fosse para fazer alguém importante escolhia um branco, os brancos não podiam ser escolhidos para fazer papel de coisa inferior.

Pesquisadora - O senhor acha que nessa mudança de município, de antes fazer parte de Urbano Santos e hoje de Belágua, houve alguma mudança de tratamento com a comunidade?

Luís Gonzaga da Silva - Eu vou explicar para a senhora, tanto o município de Belágua como de Urbano Santos, de uns dias para cá deu uma diferençazinha, o negro, principalmente o negro, só tem uma hora que tem valor, é na hora em que ele vota para prefeito, vereador, nessa hora ele é bem-visto, mas passando daquilo ali, não tem voz, não tem nada. Parece que aqui não faz parte de município, só na época de eleição.

Para ser sincero, nos formamos essa associação de moradores em 95, eu já andei pelo Itermá, meu irmão já andou pelo Itermá, mas por força nossa. Você sabe, uma pessoa chegar sozinha no Itermá, sem conhecimento, não resolve quase nada, aqui ninguém ajuda ninguém nós somos esquecidos. Para a senhora ter uma ideia, esse povo que a senhora viu entrar aqui, veio para distribuir senhas para receber umas cestas básicas, mas não pense que todo mundo que mora aqui recebe, só aqueles que votam em Belágua, eu não recebo porque eu voto em

Urbano Santos. Eu estou com 63 anos e ainda voto porque é obrigatório, ele é uma prova de vida que você faz, você votando. Mas do jeito que os prefeitos e vereadores fazem, a vontade e de não votar mais. O pessoal aqui sabe, quem recebe um salário-mínimo aqui, não ganha cesta. Um salário-mínimo ajudar, mas esses alimentos são enviados pelo governo, você acha que é o prefeito que está dando isso? É o governo, porque ele quer voto de todo mundo do aposentado, do pensionista, quer voto de todo mundo.

Pesquisadora - Como a comunidade reagiu e reage até hoje à discriminação?

Luís Gonzaga da Silva - Eu acho que a melhor forma de reagir, foi de ser um cidadão responsável, da minha mãe ter lutado para filhos, sobrinhos e netos estudarem, porque quem estudam não é enganado fácil, saber agir. Mas tem outra coisa, os moradores do nosso povoado, que a senhora sabe somos todos parentes, todos vieram da D. Laurência, minha bisavó e minha avó Eduardo, nós sempre somos unidos, isso deixa a gente mais seguro. Para senhora ter uma ideia, ninguém decidia na sem passar pela minha mãe, e eu estou falando é de todos daqui. Então sempre gostar de morar aqui, do nosso lugar, da nossa gente é uma resposta grande.

Pesquisadora - Além da religião católica, a comunidade pratica outras religiões?

Luís Gonzaga da Silva - Todo tempo o povo aqui é católico, mas muitos anos atrás tinha gente que faziam aquelas danças de tambor africana, aquela da Mina, que eles falavam.

Pesquisadora - Tambor de Mina? Por que não tem mais?

Luís Gonzaga da Silva - Essa mesma, tinha o São Gonçalo, São Benedito. Bom, acabou porque os que faziam isso morreram, e tinha uma parte dos moradores que aprovavam, outros não aprovavam, aí a pessoa que fazia morreu, então parou.

Pesquisadora - Os praticantes dessa religião de matriz africana festas?

Luís Gonzaga da Silva - Eles faziam, tinha uns festejos que eles faziam, que eu até andei participando, sabe qual a data que eles faziam de 03 para 04 de dezembro, que é Santa Bárbara que eles comemoravam, e sempre eles faziam essa festa. Já faziam a festa de São José e São Gonçalo, a de Santa Bárbara veio depois. E quem fazia era uma neta da minha avó, Antônia, filha da Dona Aldenora, não era a minha avó, que era católica.

Essa prima, essa menina, andou fazendo umas viagens, pras bandas aqui do Rio Munim, ali pra baixo, para o rumo de Morros por ali, e a mulher chegou com essa religião aí, de outro povoado de pessoas pretas. Só que essa religião dela não funcionou por muito tempo, deve ter

durado uns dez anos, logo ela adoeceu. Aí depois que acabou o Tambor de Mina, o pessoal quer é um tal de reggae. Mas o reggae também é de africano.

Pesquisadora - Pela proximidade, existe alguma coisa compartilhada entra as duas comunidades?

Luís Gonzaga da Silva - No meu tempo de menino e rapazinho, a escola ficava fora desses dois povoados, então tudo mundo estudava junto, e vez por outra nos festejos da igreja, mas hoje o que nos dividimos é a escola, que antes funcionava na casa da minha mãe, o professor era meu filho Luizinho, mesmo sendo concursado noutra função era ele quem dava aula naquele tempo, depois levaram a escola daqui, porque construíram o prédio do colégio foi na Deserto I, porque eles não gostavam das crianças de lá descendo para cá, e depois que elegeram uma vereador de lá tomaram a escola. Mas tiveram que aceitar meu filho ser o vigia concursado de lá.

Pesquisadora - Você se considera quilombola?

Luís Gonzaga da Silva - Nós todos aqui somos. Eu conversei com muita gente, com aquela assistente social que tinha em Belágua. E agora no mês de fevereiro eu soube que nos podemos pedir para termos os papeis de comunidade de quilombo, por causa da nossa origem, e também pode ajudar com o título da terra.

Pesquisadora - Sendo os membros desta comunidade são todos parentes, o que você acha que manteve a sua família unida?

Luís Gonzaga da Silva - A bem dizer, esse pedaço de chão aqui, de onde sobrevivemos por muito tempo. Fora nos sermos todos parentes próximos, e ter passado por muita dificuldade juntos.

Pesquisadora - Como é o convívio entre os membros de Deserto I e II?

Luís Gonzaga da Silva - Não temos brigas, mas sempre foi eles para lá e nós para cá, até o nome Deserto dos Pretos saiu de lá, porque antes tudo isso aqui era um Deserto só. Mas as crianças daqui estudam na escola que fica lá, e quando tem missa aqui alguns vem aqui rezar.

Pesquisadora - A área que a comunidade ocupa ainda não tem documentação, o que a comunidade planeja fazer a respeito?

Luís Gonzaga da Silva - Nós vamos outro pedido de título para cá, já com os documentos certos, antes nós não conseguimos, mas tenho esperança de que vai dar certo

Pesquisadora - Quais seriam os benefícios para a comunidade, diante da possibilidade desta área ser titulada?

Luís Gonzaga da Silva - Se vier o título vai melhorar muito, porque nós vamos poder financiar para melhorar nossa roça, fazer um forno de farinha novo, fazer mais melhorias, e principalmente que todo mundo vai estar seguro no que é seu, e não vai poder sair se desfazendo da terra, porque ela vai ser no nome da associação, sempre vai ser dessa família.

Pesquisadora - Já houve alguma disputa pela área onde vivem?

Luís Gonzaga da Silva - De briga, mas tentaram na esperteza. Na época em que foram medir os limites do município de Belágua, o presidente da Associação de Moradores da Comunidade Deserto I, nos chamou para ajudarmos na demarcação dos pontos ao redor desses 15 povoados, depois do trabalho feito, eu e meu irmão fizemos o pedido para participar da associação e termos algum cargo lá, foi quando isso foi negado e nos disseram que a área da Deserto II ia ser abarcada pela Deserto I, aí nos não aceitamos e criamos a nossa associação, tanto é que se a senhora ver o mapa só aparece o nome da Deserto II, mas não sei explicar por o nome da deles não saiu.

Pesquisadora - A comunidade participa de algum movimento social ou possui algum membro de conselho municipal?

Luís Gonzaga da Silva - O movimento que nós temos é a nossa associação mesmo.

Pesquisadora - Quais as principais dificuldades enfrentadas, hoje, pela comunidade?

Luís Gonzaga da Silva - Hoje a principal dificuldade é na saúde, porque aqui tem mais gente idosa e criança, e não temos um posto de saúde funcionando a menos de 12 km, e ainda é de Urbano Santos e seu cartão do SUS não for de lá tem que ir para o centro de Belágua mesmo que fica há quase 20 km.

Pesquisadora - Boa parte dos moradores daqui são casados com parentes, saber dizer algum motivo para esse fato?

Luís Gonzaga da Silva - Sabe como é né, mais perto, mais fácil. Já conhece bem a pessoa. E aqui dentro ninguém se acha superior, ou algum pai vai achar ruim sua filha casar com um rapaz daqui.

Pesquisadora - Pelo que já ouvi, existe outra comunidade distante daqui, quase a mesma distância entre Deserto I e II, mas mantém uma relação mais próxima com vocês, inclusive tem dois casais entre moradores daqui e de lá. O que faz existir essa diferença entre a relação entre Deserto I e II, e Deserto II e Mocambo?

Luís Gonzaga da Silva - Em Mocambo, o povo aceita mais quem é daqui, talvez porque lá seja misturada, que veio de tudo quanto é lugar, minha esposa Maria é de Mocambo, e nunca tive problema de sogro achar ruim a minha qualidade.

Pesquisadora - Existem casais formados por membros da Deserto I e II?

Luís Gonzaga da Silva - Somente um casal.

Entrevistado: Francisca das Chagas Sousa da Silva

Idade: 61 anos

Pesquisadora - Como ocorreu a fundação da comunidade?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - Este povoado nasceu de uma mulher chamada Eduarda Florência da Silva, minha avó, ela procurava um lugar para viver com as filhas. Ela vinha de muita fuga, porque ela foi escrava. Ela teve mais dois filhos aqui, um homem, que morreu com 26 anos e minha mãe Maria. O tempo passou e hoje dentro de uma casa dessas não cabe nem metade da comunidade.

Pesquisadora - Quanto tempo Dona Eduarda demorou para chegar aqui?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - Minha avó disse que demorou muitos dias até acamparem aqui.

Pesquisadora - E o nome da comunidade como foi escolhido?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - O nome de Deserto já existia naquele tempo, por causa de seu isolado, no areão, então quando ela começou a morar aqui, e família foi aumentando, os vizinhos para ficarem separados de nós, logo começaram a dizer que tinham dois Desertos, o dos brancos que são os Sabiás e o dos pretos.

Pesquisadora - Soube que aqui vocês comemoram a abolição da escravatura no dia 1º e não em 13 de maio, por quê?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - Dona Eduarda gostava muito, quando eu era menina acreditava que tinha sido mesmo no dia 1º de maio, foi só quando eu fui estudar já grande, que eu descobri que era no dia 13. Nesse mesmo dia contei para minha mãe e ela me explicou que não iam desgostar minha avó, que era finada, mudando o dia da festa.

Pesquisadora - Em que situações a senhora e outros membros da comunidade já passaram por discriminação?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - De muitas formas. Quando eu era mocinha, que estudava no grupo escolar, eu era comportada, caprichava na caligrafia, e professora nunca me escolhia para nada que fosse bom, e isso acontecia com meus primos também. Fora os apelidos que botavam na gente.

Pesquisadora - Como a comunidade reagiu e reage até hoje à discriminação?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - Naquela época, nós ficávamos só calados, nossas mães não queriam que arranjassemos confusão ou qualquer problema. Mas hoje eu sei, que a insistência delas para nós estudarmos, aprender como as coisas funcionam na cidade, ser responsável, foi o jeito que elas acharam de reagir. Porque sempre esperavam que nós não conseguíssemos nada na vida, nos comportássemos mal, porque nós somos de um povoado de gente preta.

Pesquisadora - Além da religião católica, a comunidade pratica outras religiões?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - Até teve Tambor de Mina por um tempo, só que se acabou junto com quem trouxe, o povo se animava para ir, mas não teve outra pessoa para assumir o trabalho.

Pesquisadora - Pela proximidade com Deserto I, existe alguma coisa compartilhada entre as duas comunidades?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - Eles não são muito chegados em nós, mas a escola sempre foi uma coisa que todos usavam, antes era no grupo escolar que fica fora das duas Desertos, depois a escolinha que tinha aqui e agora a escola fica na comunidade deles. Fora que quando o padre vem fazer missa aqui, ou em algum povoado perto, pessoas de Deserto I e Deserto II se encontram.

Pesquisadora - Você se considera quilombola?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - Não entendi.

Pesquisadora - Quilombola é a pessoa que mora em um quilombo, e o quilombo é um lugar em que as pessoas que foram escravizadas encontravam um abrigo, um refúgio. Dessa forma, a senhora se considera quilombola?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - Entendo, senhora. Desse jeito, explicado eu sei responder. Eu sou sim. Porque a nossa avó Eduarda era fugitiva, ela com a mãe dela saíram corridas de Caxias, e foi aqui que a minha avó se achegou com as filhas. Aqui ela teve paz, a família cresceu, ela viu os netos crescendo.

Pesquisadora - Sendo os membros desta comunidade são todos parentes, o que você acha que manteve a sua família unida?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - Muita coisa, ter esse lugar para viver segurou muita gente aqui, fora que tudo aqui sempre foi dividido, então fomos ficando mais unidos.

Pesquisadora - Como é o convívio entre os membros de Deserto I e II?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - É tranquilo, nunca teve confusão, só que eles se acham maiores que nós sempre e eu não sei quando isso vai acabar. E os moradores daqui não fazem visitas lá, mas as crianças frequentam a escola lá e quando tem reunião de pais, os adultos daqui andam lá

Pesquisadora - A área que a comunidade ocupa ainda não tem documentação, o que a comunidade planeja fazer a respeito?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - Isso aí é com a associação, o que eu sei é que estão arrumando os papéis para levar num órgão em São Luís para pedir título para cá.

Pesquisadora - Quais seriam os benefícios para a comunidade, diante da possibilidade desta área ser titulada?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - Meu marido sempre me fala, que ter o papel da terra, mostra que isso aqui é nosso de verdade. Então o maior benefício é podermos ficar tranquilos com o que é nosso. Teve uma comunidade de São Benedito, que os moradores de lá tiveram as casas queimadas, porque chegou uma empresa dizendo que é dona de tudo. Então se nós tivermos nosso papel dessa terra ninguém pode fazer isso com a gente.

Pesquisadora - Já houve alguma disputa pela área onde vivem?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - Nunca teve. Mas a gente tem medo porque ainda não tem documento da terra.

Pesquisadora - A comunidade participa de algum movimento social ou possui algum membro de conselho municipal?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - Movimento que nós temos é a nossa associação de moradores, mas pelo município nós nunca participamos de nada.

Pesquisadora - Quais as principais dificuldades enfrentadas, hoje, pela comunidade?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - Nossa vida sempre foi muito difícil, de muitas formas, principalmente por essa distância nossa com Belágua, porque aqui não tem posto de

saúde, tem muitos idosos e poucos tem condução, falta emprego para os jovens, um incentivo.

Pesquisadora - Boa parte dos moradores daqui são casados com parentes, saber dizer algum motivo para esse fato?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - Aqui tem muito primo casado. Eu sou casada com meu primo. E acho que o que facilitou foi não ter discriminação entre nós. Vou lhe explicar, quando eu era moça vi que os rapazes de fora não queriam nada sério com as moças daqui, queriam só brincar, mexer com a gente e nos largar. Mas os primos da gente, já tinha aquele respeito com nossa família. Então o namora assim dava certo.

Pesquisadora - Pelo que já ouvi, existe outra comunidade distante daqui, quase a mesma distância entre Deserto I e II, mas mantém uma relação mais próxima com vocês, inclusive tem dois casais entre moradores daqui e de lá. O que faz existir essa diferença entre a relação entre Deserto I e II, e Deserto II e Mocambo?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - As pessoas de Mocambo sempre conviveram melhor com a gente, eu tinha colegas de lá, as vinham aqui. Por isso é diferente.

Pesquisadora - Existem casais formados por membros da Deserto I e II?

Francisca das Chagas Sousa da Silva - Formou um casal, mas só foi esse mesmo.

Entrevistado: Francisco de Assis Silva

Idade: 61 anos

Pesquisadora - Como ocorreu a fundação da comunidade?

Francisco de Assis Silva - Eu sei. Sei o que me contaram, que foi a minha avó, D. Eduarda, que fundou, mas eu não tive conhecimento com ela, conforme a história da minha mãe. Ela veio como a minha bisavó, Dona Laurência, no tempo, bem ali de Caxias, no tempo de uma luta chamada Balaiada, e que quando ela chegou no município de Urbano Santos, Bonfim, ela se resumiu lá. E quando chegaram em Bonfim, lá tinha ditadura, mais duro do que de onde elas vieram, de Caxias. Tinham que trabalhar lá, de uma forma que elas não aguentaram lá. Laurência morreu e Eduarda sai com duas filhas, a mais velha, Viturina Francisca da Silva e Maria Aldenora, aquela que era a minha mãe, pelo caminho do rio, e naquela época muita gente também se escondeu nesses matos. Veio se resumir escondida aqui com as filhas, e depois teve mais dois filhos, que nasceram aqui nesse chão. Ela gostou desse lugar, porque não tinha dono e podia viver com os filhos em paz”

Pesquisadora - Quando a fundadora da comunidade foge de Caxias, como a mãe, elas já tinham lugar certo para ir?

Francisco de Assis Silva - Não. Elas ficaram sabendo do lugar chamado Bonfim no meio do caminho, porque muitas pessoas que tinham fugido como elas estavam indo para lá, porque podiam trabalhar sem ter um dono, mas não foi assim não, quando ela chegou lá. Mas a mãe dela, lá. Mas lá também não tinha pouca diferença de onde ela veio. O dono de lá, o Rui, recebia os fugidos, mas botava para trabalhar no engenho de cana e quebrar coco, era como se tivesse dono de novo. Por isso ela saiu de lá.

Pesquisadora - Qual a origem do nome da comunidade?

Francisco de Assis Silva - Esse lugar, aqui já era conhecido por Deserto, porque não tinha ninguém, e só passavam pessoas que chamavam de desertores, ficavam amocambados pela mata, aqui perto do rio. Mas como tem duas famílias morando nessa região chamada Deserto, a família de Sabiá, que são pessoas brancas, começou a chamar o nosso lado de Deserto dos Pretos. Mas depois que criaram a cidade de Belágua, a Prefeitura separou os dois povoados em Deserto I e II.

Pesquisadora - Para você, quando a comunidade vizinha começa a chamar a sua de Deserto dos Pretos, é em sentido bom ou ruim?

Francisco de Assis Silva - Da parte dos sabiás foi como se eles dissessem que a Deserto deles era melhor por ser de branco, mas eu tenho orgulho de quem eu sou, e Deserto dos Pretos era o nome da comunidade antes de existir Belágua.

Pesquisadora - Pela proximidade, existe alguma coisa compartilhada entre as duas comunidades?

Francisco de Assis Silva - Tem a escola, mas antes ela era aqui. Foi minha tia, Viturina Francisca, quem começou a escola, mesmo sem saber ler. Conseguiu com a Prefeitura de Urbano Santos para dar aulas aqui. Tem também as missas, quando o padre vem, alguns vizinhos vêm para cá.

Pesquisadora - Além da religião católica, existe ou já existiu outras religiões praticadas na comunidade?

Francisco de Assis Silva - Tinha os tambores nas sextas e sábados, quem puxava era uma prima nossa, mas ela já morreu, e os mais velhos também, aí não teve mais quem fizesse, porque os mais jovens não aprenderam, acabou a brincadeira e no lugar ficou o reggae.

Pesquisadora - A comunidade tem datas comemorativas? Quais?

Francisco de Assis Silva - Nós temos os dias de santos, tem os festejos de Nossa Senhora da Conceição, São José e o dia que acabaram com a escravidão, nos fazemos roda, cantoria, lembramos dos antigos. Minha avó sempre comemorava no dia 1º maio. Hoje a gente sabe que data foi outra, no dia 13, mas naquele tempo as notícias chegavam atrasada, de preto para preto, e ninguém sabia ler. Mas importa a alegria.

Pesquisadora - Você se considera quilombola?

Francisco de Assis Silva - O povo fala que nós somos, mas eu não entendo bem essas coisas. O que eu sei é que a minha avó Eduarda viveu nessa época da escravidão, e aqui foi o último lugar onde ela se escondeu e viveu com os filhos. E disso eu me orgulho, porque ela lutou sozinha com filhos pequenos e hoje em todas as casas desse povoado tem filho, neto, bisneto de dona Eduarda vivendo.

Pesquisadora - Sendo os membros desta comunidade são todos parentes, o que você acha que manteve a sua família unida?

Francisco de Assis Silva - Em primeiro lugar nossa avó e a minha tia Víturina, que ensinaram que tudo aqui é de todos, minha tia mesmo dividia o rancho com todo mundo.

Pesquisadora - Como é o convívio entre os membros de Deserto I e II?

Francisco de Assis Silva - Não é muito, é mais as crianças que vão lá, porque a escola agora é lá. Nunca teve uma briga, mas a gente sente que tem um jeito diferente com quem é daqui. Eles não gostam de preto.

Pesquisadora - A área que a comunidade ocupa ainda não tem documentação, o que a comunidade planeja fazer a respeito?

Francisco de Assis Silva - Nós queremos a terra no nome da nossa associação, da comunidade, nós queremos dar entrada nos papéis.

Pesquisadora - Quais seriam os benefícios para a comunidade, diante da possibilidade desta área ser titulada?

Francisco de Assis Silva - Nós vamos poder separar um pedacinho certo de cada parente, e a terra vai ser nossa. Da assim uma certeza do nosso pedaço de chão, e se você é dono do que é seu as pessoas respeitam mais, tem mais ajuda do governo.

Pesquisadora - Já houve alguma disputa pela área onde vivem?

Francisco de Assis Silva - Assim, luta, briga, não. Mas os sabiás queriam que nossa terra fosse medida dentro da deles, como se fosse uma só.

Pesquisadora - A comunidade participa de algum movimento social ou possui algum membro de conselho municipal?

Francisco de Assis Silva - O movimento que nós temos é a nossa Associação, mas ninguém daqui nunca participou de coisas de fora, da cidade. Sempre que tem uma oportunidade de qualquer coisa para cá, preferem dar para os sabiás.

Pesquisadora - Quais as principais dificuldades enfrentadas, hoje, pela comunidade?

Francisco de Assis Silva - A falta de apoio do governo. Esse posto de saúde que senhora passou por ele, nunca funcionou. O cuidado é pouco, mas melhorou. Uma coisinha assim que

é nessa data, nessa data que você nem imagina como é que era o clima do nosso terreno aqui, era uma areia, que só trator. E hoje, trazendo essa pedrinha que entrou aí, essa piçarra melhorou um pouco o acesso para a cidade, mas foi uma luta conseguir.

Pesquisadora - Já houve alguma forma de preconceito em relação a esta comunidade? Em que ocasião?

Francisco de Assis Silva - E como eu tinha. Deixe-me lhe dizer uma coisa, inclusive. Deixe-me falar de mim, eu gostei de uma pessoa que foi impedido, por causa da minha qualidade, por ser preto. Aqui tinha um campo que nós jogávamos bola, mas eram só os pretos. Só que isso nunca mexeu com a nossa consciência. Não, não. Nós todo o tempo queremos ser aquilo que nós somos. Nunca, nunca isso deu problema para nós. Se alguém tentou nos provocar, nos intimidar, se nós não gostaríamos de ser brancos. Não, não. E graças a Deus, hoje eu quero ser mesmo o que eu sou.

Pesquisadora - Qual a reação de vocês em relação ao preconceito que já enfrentaram?

Francisco de Assis Silva - Nossa avó sempre ensinou que nos não devíamos dar o troco, o que a gente podia fazer era ser gente séria, decente, cumprir as obrigações, não pegar em nada de ninguém, trabalhar e quando minha tia Viturina tomou de conta das coisas, ela fez questão que os filhos e sobrinhos fossem estudar, para não ficar perdido no mundo. Outra coisa, é que fomos ensinados e gostar dos nossos parentes, cuidar uns dos outros, que aqui é nosso, daqui nos comemos.

Pesquisadora - Boa parte dos moradores daqui são casados com parentes, saber dizer algum motivo para esse fato?

Francisco de Assis Silva - A bem dizer para a senhora, tem mesmo. Eu imagino assim, que nós somos unidos e vivemos mais só perto dos nossos, principalmente, nos anos para trás, que os pretos eram evitados.

Pesquisadora - Existem casais formados por membros da Deserto I e II?

Francisco de Assis Silva - Até hoje, tem um só, uma moça de lá casada com um rapaz daqui. Mas os sábias não gostaram muito disso, não, e ela ficou de lado. Mas nossas filhas são avisadas para não se engrajar com os homens de lá, porque o que já se aconteceu nunca deu coisa boa, eles não respeitam as moças daqui e não fazem proposta séria.

Entrevistado: Alcides Florêncio da Silva

Idade: 54 anos

Pesquisadora - Como ocorreu a fundação da comunidade?

Alcides Florêncio da Silva - A minha mãe quando chegou aqui, disse que já tinha o outro povoado para lá, mas só que aqui, aqui não tinha ninguém, não tinha morada de ninguém. Foi minha mãe com a mãe dela que se situaram primeiro aqui, que não tinha morador nenhum, nem tapera, nem nada. Minha avó, Eduarda Florência da Silva, contava que ela fugiu junto com minha bisavó, dona Laurência, de Caxias, no tempo de uma guerra chamada Balaiada, tinha muitos pretos nesse movimento, mas os mais fracos fugiam.

Essa fuga demorou muitos dias, aí elas ficaram sabendo desse lugar chamado Bonfim, para onde muitos fugidos estavam indo, e acompanhando esse Rio Mocambo acharam o lugar. Senhora, a situação nesse Bonfim não era melhor que de onde ela vivia, Bonfim tinha dono, ela disse que nome dele era Rui, depois que estavam nas terras dele, foram obrigadas a trabalhar para ele de um jeito até pior que antes, só recebendo comida, ninguém podia pescar, caçar, ou mesmo sair de lá. Foi quando minha avó, já com duas filhas decidiu fugir novamente, e nessa fuga se amocambou por aqui onde vivemos até hoje.

Pesquisadora - Qual a origem do nome da comunidade?

Alcides Florêncio da Silva - O nome Deserto é porque esse lugar aqui era muito isolado, a senhora vê que tem muita areia, só dá para plantar em algumas partes, então nossa avó dizia que era um lugar que passavam muitas pessoas em fugindo de dono ou da Balaiada, desertor. Então esse nome ficou assim. Já para não se misturem com a gente, o povo da família Sabiá, começou a dizer que eram dois desertos, a Deserto deles, de Sabiá e da Deserto dos Pretos. Só que Prefeitura nova, a de Belágua colocou Deserto I e II.

Pesquisadora - Para você, quando a comunidade vizinha começa a chamar a sua de Deserto dos Pretos, é em sentido bom ou ruim?

Alcides Florêncio da Silva - Dona, eles não queriam ser confundidos com nossa família. Para eles preto é ruim, mas é o que a gente é, se eles queriam fazer afronta, ficou só por lá. Até porque são duas terras, a deles e a nossa, tinha que ser nome diferente mesmo

Pesquisadora - Pela proximidade, existe alguma coisa compartilhada entre as duas comunidades?

Alcides Florêncio da Silva - O colégio. A bem verdade, que hoje as crianças daqui estudam lá, mas antigamente, o colégio que tinha era aqui. A minha mãe, Viturina, queria que os filhos, netos e sobrinhos estudassem. Mas com a nova Prefeitura, tiraram o colégio daqui e botaram lá nos Sabiás.

Pesquisadora - Vi que a comunidade possui uma igreja, além da religião católica, existe ou já existiu outras religiões praticadas na comunidade?

Alcides Florêncio da Silva - Antigamente, uma prima minha, por nome de Antônia mexia com as festas de tambor. Eram feitas dia de sexta-feira e sábado, o povo daqui gostava, ia a noite todinha, mas esse prima já partiu e hoje não tem mais ninguém que saiba os segredo da festa.

Pesquisadora - A comunidade tem datas comemorativas? Quais?

Alcides Florêncio da Silva - As datas mais importantes são a Semana Santa, dia de São Gonçalo, São José e Nossa Senhora da Conceição. Mas também tem comemoração do dia 1º de maio, que foi a data que minha avó comemorava o fim da escravidão.

Pesquisadora - Você se considera quilombola?

Alcides Florêncio da Silva - A senhora imagina, eu não tenho certeza do significado, mas acha que tem a ver com quem nasceu ali, na comunidade. Não sei muito bem, não, senhora. Mas acho que tem a ver com ter nascido aqui, na terra que minha avó achou abandonada. Depois eu lembrei de minha avó contando da fuga dela e da minha bisavó. Elas fugiram mais de uma vez e vieram se acoitar aqui. E aqui continua sendo o lugar que nós temos para viver, fazemos nossa roça, pescamos, criamos galinhas e porcos, fazemos nossa farinha.

Pesquisadora - Sendo os membros desta comunidade são todos parentes, o que você acha que manteve a sua família unida?

Alcides Florêncio da Silva - Acho que o faz nos sermos unidos é saber que os parentes se ajudam, que ninguém se acha mais importante e nós temos esse pedaço de chão para viver juntos

Pesquisadora - Como é o convívio entre os membros de Deserto I e II?

Alcides Florêncio da Silva - Não é muito, é mais as crianças que vão lá, porque a escola agora é lá. Nunca teve uma briga, mas a gente sente que tem um jeito diferente com quem é daqui. Eles não gostam de preto.

Pesquisadora - A área que a comunidade ocupa ainda não tem documentação, o que a comunidade planeja fazer a respeito?

Alcides Florêncio da Silva - A nossa associação está juntando documentos para dar entrada nos papéis, lá no Iterma. Da outra vez faltou documento e o pedido venceu. Nossa terra já foi medida, já tem mapa e tudo.

Pesquisadora - Quais seriam os benefícios para a comunidade, diante da possibilidade desta área ser titulada?

Alcides Florêncio da Silva - Só de saber que somos os donos da terra no papel já dá uma alegria, mas a gente sabe que se tem documento, também podemos ter ajuda do governo para melhorar nosso meio de vida.

Pesquisadora - Já houve alguma disputa pela área onde vivem?

Alcides Florêncio da Silva - De querer tirar nossa família daqui não, mas uma época a Associação de Deserto I, pediu que nós fossemos participar, para arredondar a terra, para sair documento no nome de todos os proprietários, nos ajudar a fazer, nos andamos pelo lado de Cocalzinho, Queimadas, Mocambo, Marajá, aí quando foi nessa data, nós procuramos para eles, se não aceitam nós em algum cargo da associação, que tem o tesoureiro, o secretário, aí eles disseram que não, que o documento da terra ia sair no nome da associação da Deserto I, aí foi a hora que nós achamos que dava certo para nós, não tinha cargo nenhum, ninguém ia ser nada, aí não dava, e a nossa terra ia ficar no nome deles. Eles só queriam a gente para fazer os picos da medição das terras dos povoados, sem ser considerados depois. Então nós resolvemos criar uma associação nossa

Pesquisadora - A comunidade participa de algum movimento social ou possui algum membro de conselho municipal?

Alcides Florêncio da Silva - Os movimentos que eu vejo o povo daqui participar nos grupos da Igreja, alguns moradores participam de grupo que ajuda nos festejos e missa quando tem, e nós temos a nossa associação de moradores.

Pesquisadora - Quais as principais dificuldades enfrentadas, hoje, pela comunidade?

Alcides Florêncio da Silva - Nós já passamos muita necessidade, antigamente só tinha a roça e o forno de farinha de sustento, daí a minha mãe foi a primeira a receber um aposento, no dia que recebia fazia um rancho, e depois chamada cada um, de cada casa para receber um pouco.

Hoje a situação melhorou, mas falta um posto de saúde, não tem uma estrada boa para carro ou moto passar, antes das pedrinhas era um areão só, nossa água não é encanada e limpa.

Pesquisadora - Já houve alguma forma de preconceito em relação a esta comunidade? Em que ocasião?

Alcides Florêncio da Silva - Muitas vezes, teve vez quando era rapaz, que não éramos bem tratados no comércio, queriam vender para nós as coisas mais velhas ou perto de estragar, de qualquer jeito, naquele tempo só tinha comércio quem fosse branco. Muitas vezes nós tirávamos as moças para dançar nas festas e os pais delas iam lá tirar, que era para dançarem com outros rapazes de mais futuro.

Pesquisadora - Qual a reação de vocês em relação ao preconceito que já enfrentaram?

Alcides Florêncio da Silva - Tem coisa que nós deixamos para lá, porque nos ensinaram que nós tínhamos que ser os mais responsáveis e sérios, não arranjar confusão, minha mãe e meu pai eram muito rigorosos com todos nós, acho que eles tinham medo de que algo acontecesse, se íamos numa festa, nosso pai chamava para perguntar a hora que nós íamos chegar e dizia que não aceitava filho dele levar ferro (arma), para festa que lá não era lugar, se alguém provocasse era para chamar os irmãos e vir logo embora. Hoje a coisa mudou de figura, o tal do preconceito agora dá cadeia. Se ofenderam alguém aqui de casa não é preciso engolir o sapo.

Pesquisadora - Boa parte dos moradores daqui são casados com parentes, saber dizer algum motivo para esse fato?

Alcides Florêncio da Silva - Acho que é mais fácil se casar com quem a gente conhece direito e confia, aqui ou acolá tinha umas coisinhas por fora, mas sempre deu mais certo por aqui mesmo, nós não tínhamos muita oportunidade de namorar sério gente de fora. Meu irmão se casou com uma moça de Mocambo, porque o pai dela não tinha essas coisas.

Pesquisadora - Pelo que já ouvi, existe outra comunidade distante daqui, quase a mesma distância entre Deserto I e II, mas mantém uma relação mais próxima com vocês, inclusive tem dois casais entre moradores daqui e de lá. O que faz existir essa diferença entre a relação entre Deserto I e II, e Deserto II e Mocambo?

Alcides Florêncio da Silva - Dona, eu nunca parei para pensar sobre isso, mas mesmo sendo da mesma época que nós nesse lugar, Sábida não se mistura com os pretos daqui.

Pesquisadora - Em Mocambo tem mais pessoas brancas como em Deserto I?

Em Mocambo, também tem pessoas brancas, mas tem gente mulata também, é mais misturado.

Pesquisadora - Existem casais formados por membros da Deserto I e II?

Alcides Florêncio da Silva - Tem apenas um casal, que é um rapaz daqui com uma moça de lá, mas a família dela não se agradou não.

Entrevistado: José Domingos Florêncio da Silva

Idade: 52 anos

Pesquisadora - Como ocorreu a fundação da comunidade?

José Domingos Florêncio da Silva - Eu não conheci a minha bisavó, somente minha avó Eduarda, ela morreu aqui em Deserto. O que eu sei dessa história, eu ouvi da boca dela, que contava para nós da fuga dela e da mãe dono delas, era em Caxias que elas viviam sofrendo. Daí quando o povo de lá se revoltou e começou uma guerra, virou uma confusão só, e deu para muitos escravos fugirem de lá, e elas estavam no bolo. Elas andaram muito tempo até chegarem em um lugar por nome de Bonfim, e lá elas viviam agregadas. Só que lá nenhum agregado podia caçar, pescar ou faz uma rocinha. Se queria comer tinha que fazer tudo o que o dono de lá mandasse, e tinha que quebrar muito coco para poder receber o que comer. Era muita pressão e fome.

Loguinho, a minha avó já tinha duas filhas e a Dona Laurencia, minha bisavó morreu, e as coisas lá foram só se apurando, e numa madrugada ela cortou uma rede e amarrou os panos que tinha e fugiu com as filhas. Andando por essas beiradas do Rio Mocambo, ela achou um lugar sem dono, isso ela ficou uns dias prestando atenção até ter certeza. Esse lugar era aqui, nessa Deserto, na outra já tinha a família do Sabiá morando.

Nesse lugar ela começou a morar com as filhas, Aldenora e Viturina, depois nasceram um filho chamado Emanuel, que morreu com 26 anos e por último a minha mãe, Maria da Conceição, que até hoje é viva. As filhas foram tendo filhos, que foram se casando e tendo mais filhos, e hoje nossa família tem um bom número aqui, são doze casas.

Pesquisadora - Qual a origem do nome da comunidade?

José Domingos Florêncio da Silva - O que eu lembro dela dizer, é que esse lado aqui era o mais isolado, porque o mais tem é areia, não morava ninguém, de vez em quando aparecia alguém fugido se escondendo pelos matos, e começaram a dizer que aqui era deserto, e ficou esse nome. Só que essas duas comunidades eram o Deserto só, mas os Sabiás queriam separar em Deserto dos Pretos e Deserto dos Sabiás, e esse nome pegou. Só que aí quando aqui vira Belágua, a Prefeitura colocou os nomes de Deserto I e II.

Pesquisadora - Para você, quando a comunidade vizinha começa a chamar a sua comunidade de Deserto dos Pretos, é em sentido bom ou ruim?

José Domingos Florêncio da Silva - No sentido deles era ruim, queriam menosprezar nosso povoado, mas nós temos orgulho de sermos essa família da Dona Eduarda, acharam que chamando a gente preto era diminuir a gente, mas isso eles não conseguem. Nós aceitamos o nome Deserto II porque foi a Prefeitura quem fez.

Pesquisadora - Pela proximidade, existe alguma coisa compartilhada entre as duas comunidades?

José Domingos Florêncio da Silva - Além da escola para as crianças, eles querendo ou não tem um posto de saúde como nós e a estrada não tão boa. Eles só têm uma situação melhor para conseguir consultas em Belágua porque tem político na família.

Pesquisadora - Vi que a comunidade possui uma igreja, além da religião católica, existe ou já existiu outras religiões praticadas na comunidade?

José Domingos Florêncio da Silva - Aqui já teve Tambor de Mina, as festas de São Benedito, São Gonçalo, foi minha prima Antônia que passou uns tempos fora e quando voltou veio sabendo de tudo isso, o povo daqui gostava, era nos fins de semana, tinha aqueles que não concordavam com a brincadeira. Mas a minha prima foi adoecendo e morreu, e não teve mais quem tocasse o Tambor de Mina e acabou. Depois os jovens trouxeram as festas de radiola de reggae e foi isso que ficou no lugar do tambor.

Pesquisadora - Você se considera quilombola?

José Domingos Florêncio da Silva - Eu não entendo essa palavra. O que significa?

Pesquisadora - Sendo o quilombola um membro de uma comunidade que foi formada por pessoas escravizadas que fugiram para ser livres. O senhor se considera um quilombola?

José Domingos Florêncio da Silva - Com certeza, que minha avó já chegou aqui fugida e aqui ela teve a liberdade, construiu a família, viu os netos e hoje somos essa comunidade.

Pesquisadora - A área que a comunidade ocupa ainda não tem documentação, o que a comunidade planeja fazer a respeito?

José Domingos Florêncio da Silva - Na última reunião da nossa associação tudo mundo ficou de acordo de fazer mais uma vez o pedido do título, lá para o Iterma. Acho que agora vai dar certo por temos mais papéis.

Pesquisadora - Quais seriam os benefícios para a comunidade, diante da possibilidade desta área ser titulada?

José Domingos Florêncio da Silva - Nosso povo sempre quis ser considerado, e quando você tem uma coisa que diz que o chão que você sempre viveu é seu, de sua família, é muito importante. Fora que foi explicado na associação que nós vamos poder receber algum apoio do governo para melhorar nossa roça, criações. E eu sempre sonhei da gente se sustentar sem precisar de cesta básica de prefeitura.

Pesquisadora - Já houve alguma disputa pela área onde vivem?

José Domingos Florêncio da Silva - De quererem invadir aqui nunca teve, mas a associação da Deserto I tentou fazer nossa área ficar dentro da deles, uma só, mas no nome da associação deles, como se aqui não existisse. Nós não aceitamos e aqui foi medido separado.

Pesquisadora - A comunidade participa de algum movimento social ou possui algum membro de conselho municipal?

José Domingos Florêncio da Silva - Sobre essa parte eu não sei explicar muito bem. Mas ninguém daqui foi chamado pela prefeitura para nada.

Pesquisadora - Quais as principais dificuldades enfrentadas, hoje, pela comunidade?

José Domingos Florêncio da Silva - Nesse ponto aí, eu vou lhe dizer, aqui falta muita coisa, a começar pelo posto de saúde que foi feito e nunca botaram para funcionar. Nossa água não é encanada, aqui não tem uma estrada boa, nós não temos sinal de telefone. É tanta coisa.

Pesquisadora - Já houve alguma forma de preconceito em relação a esta comunidade? Em que ocasião?

José Domingos Florêncio da Silva - Não só nossa comunidade, acho que todas as pessoas da nossa qualidade já passaram por preconceito. O preto é sempre malvisto, tratam como se fossem inferiores. Para a senhora ter uma noção o Luizinho, que a senhora está na casa dele, foi a única pessoa desses povoados a passar no concurso da prefeitura, veiram muitos lá da Deserto I, saber quem era essa pessoa daqui que tinha passado e ficaram perguntando se foi ele mesmo que fez a prova, se não deram as respostas para ele. Duvidaram que alguém nosso tivesse capacidade.

Pesquisadora - Qual a reação de vocês em relação ao preconceito que já enfrentaram?

José Domingos Florêncio da Silva - É sempre andar de cabeça erguida, não ofender ninguém e respeitar o próximo. Nós nunca fomos ensinados a revidar, mas mostrar nosso valor. E nós temos orgulho de sermos assim. Se a pessoa é legal comigo ou vou ser legal, mas se vier com grosseria eu deixo falando sozinha.

Pesquisadora - Boa parte dos moradores daqui são casados com parentes, saber dizer algum motivo para esse fato?

José Domingos Florêncio da Silva - É o amor dos primos (risadas). Eu imagino que convivendo mais entre nós, mesmo estudando fora da comunidade, as moças de outros povoados e da cidade, não deixavam os rapazes daqui se aproximar. Já com as primas nós já tínhamos conhecimento e muitos se casaram com parente mesmo.

Pesquisadora - Pelo que já ouvi, existe outra comunidade distante daqui, quase a mesma distância entre Deserto I e II, mas mantém uma relação mais próxima com vocês, inclusive tem dois casais entre moradores daqui e de lá. O que faz existir essa diferença entre a relação entre Deserto I e II, e Deserto II e Mocambo?

José Domingos Florêncio da Silva - Lá em Mocambo as pessoas são mais amigas, tem gente de muitos lugares e Mocambo é mais nova que Deserto I e II, e nós andamos por lá sempre. Já em Deserto I só vamos se tivermos algo para fazer lá.

Pesquisadora - Em Mocambo tem mais pessoas brancas como em Deserto I?

José Domingos Florêncio da Silva - Em Mocambo, tem gente de toda qualidade.

Pesquisadora - Existem casais formados por membros da Deserto I e II?

José Domingos Florêncio da Silva - Só sei de um casal. Mas a família da moça não aceita muito o casamento dela com um rapaz daqui.

Entrevistado: José de Ribamar da Silva

Idade: 49 anos

Pesquisadora - Como ocorreu a fundação da comunidade?

José de Ribamar da Silva - O que eu sei que foi a minha avó Eduarda tinha fugido com a minha bisavó e chegaram nestas bandas e trabalharam agregada num lugar chamado Bonfim, onde hoje é Urbano Santos. Por lá não ser bom para viver ela pega as filhas que já tinha e saem daquele lugar, e começaram a procurar um conta para ficar, andaram pelo mato uns dias até encontrar este lugar. De lá para cá já somos esse tanto de gente.

Pesquisadora - Quanto tempo Dona Eduarda demorou para chegar aqui?

José de Ribamar da Silva - Não lembro direito, mas acho que quase dez dias.

Pesquisadora - Soube que aqui vocês comemorar a abolição da escravatura no dia 1º e não em 13 de maio, por quê?

José de Ribamar da Silva - Por causa da minha avó, ela comemorava a fim da escravidão todo dia 1º de maio, mas eu não sei lhe explicar certinho, o porquê.

Pesquisadora - Como vocês comemoram essa data?

José de Ribamar da Silva - No tempo dela, era dia de farinhada, matar galinha, juntar a família, muita roda, cantoria e dança, juntávamos um monte de galho seco e lenha para uma fogueira que queimava a noite toda.

Pesquisadora - Em que situações o senhor e outros membros da comunidade já passaram por discriminação?

José de Ribamar da Silva - Em muitas, senhora. Esse campo que tem aqui, nós o fizemos porque gostamos de jogar bola, porque sempre que íamos querer jogar partida em outros povoados, sempre colocavam os nossos times para jogar por último ou diziam que as barreiras já estavam completas e nós ficávamos só na nossa. Daí resolvemos fazer nosso campo. Mas essa história de campo, foi só mais uma. Ser negro no Brasil é isso.

Pesquisadora - Como a comunidade reagiu e reage até hoje à discriminação?

José de Ribamar da Silva - Com calma. Nós já sabemos como as coisas funcionam. Então procuramos estar no nosso direito, tudo certinho, respeitando tudo mundo. Só que nós sabemos que não somos piores que pessoas de outras qualidades.

Pesquisadora - Além da religião católica, a comunidade pratica outras religiões?

José de Ribamar da Silva - Há muitos anos, a finada Antônia, minha prima era que fazia o Tambor de Mina, os tambores eram nos finais de semana, tinha muita gente que gostava. Até vinha gente de outros povoados participar, vinha tudo no escuro quando pensava que não tinha visitante. Eu ia também, mas não teve ninguém mais que aprendesse os segredos com Antônia, e quando ela morreu acabou a “tamborzada”.

Pesquisadora - Pela proximidade, existe alguma coisa compartilhada entre as duas comunidades?

José de Ribamar da Silva - Só sei do colégio, que agora fica em Deserto I

Pesquisadora - Você se considera quilombola?

José de Ribamar da Silva - Eu já ouvi dizer isso aí, eu sei que a minha avó e a mãe dela eram, e eu acho que se elas não tivessem sido fugidas, nossa família nem existia, isso aqui ia ser tudo diferente. Se ser neto da Dona Eduarda é ser isso aí, pois eu sou.

Pesquisadora - Sendo os membros desta comunidade são todos parentes, o que você acha que manteve a sua família unida?

José de Ribamar da Silva - Primeiramente, o jeito que nossas mães, Aldenora, Viturina e Conceição, ensinaram a gente a viver, não tinha isso aqui é meu, aqui tudo era nosso. Tudo elas dividiam e foi assim que foi ensinado aqui. A segunda coisa é ter nossa terra para viver, senão já estavam espalhados pelo mundo. Pode parecer pouca coisa, mas com tanta dificuldade, você ter uma casinha, uma rocinha, galinha, um porquinho, ter sua farinha é muita coisa.

Pesquisadora - Como é o convívio entre os membros de Deserto I e II?

José de Ribamar da Silva - Esse tempo todo sempre foi resumido, só procuram aqui quando tem uma coisa que nós podemos servir para eles. Tantos anos de vizinhança e é sempre uma estranheza, mas nunca teve discussão.

Pesquisadora - A área que a comunidade ocupa ainda não tem documentação, o que a comunidade planeja fazer a respeito?

José de Ribamar da Silva - Pedir para o governo o título da terra. Na reunião da nossa associação combinamos de resolver isso.

Pesquisadora - Quais seriam os benefícios para a comunidade, diante da possibilidade desta área ser titulada?

José de Ribamar da Silva - Vai ser uma alegria só, ver o documento no nosso nome, nunca vão poder tirar nossas casas, e tem ajuda que pode vir do governo para melhoria da nossa roça, das criações que temos, tanto coisa pode melhorar para nós.

Pesquisadora - Já houve alguma disputa pela área onde vivem?

José de Ribamar da Silva - De briga, mas tentaram na esperteza. Na época em que foram medir os limites do município de Belágua, o presidente da Associação de Moradores da Comunidade Deserto I, nos chamou para ajudarmos na demarcação dos pontos ao redor desses 15 povoados, depois do trabalho feito, eu e meu irmão fizemos o pedido para participar da associação e termos algum cargo lá, foi quando isso foi negado e nos disseram que a área da Deserto II ia ser abarcada pela Deserto I, aí nos não aceitamos e criamos a nossa associação, tanto é que se a senhora ver o mapa só aparece o nome da Deserto II, mas não sei explicar por o nome da deles não saiu.

Pesquisadora - A comunidade participa de algum movimento social ou possui algum membro de conselho municipal?

José de Ribamar da Silva - Como assim. Não entendi o que a senhora perguntou.

Pesquisadora - Certo. Movimento social é um grupo de pessoas que juntam para lutar para conseguir um benefício para muitas pessoas. Os moradores da sua comunidade participam de algo assim?

José de Ribamar da Silva - Pois então a nossa associação é isso que a senhora disse. Nós criamos a nossa associação para resolver os assuntos da comunidade por todos nós. Naquele tempo que foram demarcar os povoados, o presidente associação da Deserto I, queria pegar nossa área e colocar dentro da deles, só porque eles tinham uma associação e nós não. Aí que fizemos a nossa.

Pesquisadora - Quais as principais dificuldades enfrentadas, hoje, pela comunidade?

José de Ribamar da Silva - Como tem muito idoso e criança um posto de saúde faz muita falta, falta assim uma coisa para ensinar os jovens a trabalharem com coisas diferente de roça, e mesmo um jeito moderno de plantar, cuidar das crias, aqui não tem estrada que preste, quem não recebe um auxílio do governo passa baixo.

Pesquisadora - Boa parte dos moradores daqui são casados com parentes, saber dizer algum motivo para esse fato?

José de Ribamar da Silva - Que os primos e primas daqui se dão melhor que com gente da rua. Todo mundo é daqui, não tem parente achando ruim, porque é tudo uma só família.

Pesquisadora - Pelo que já ouvi, existe outra comunidade distante daqui, quase a mesma distância entre Deserto I e II, mas mantém uma relação mais próxima com vocês, inclusive tem dois casais entre moradores daqui e de lá. O que faz existir essa diferença entre a relação entre Deserto I e II, e Deserto II e Mocambo?

José de Ribamar da Silva - Mocambo é diferente desses vizinhos aqui, lá são várias famílias, mais animado, lá tem gente preta, branca, morena, de todo jeito. Tem gente de lá que se casou com gente daqui. Mas eu nunca para pensar o porquê disso não.

Pesquisadora - Existem casais formados por membros da Deserto I e II?

José de Ribamar da Silva - Existe sim. O filho da minha prima se casou com uma moça de lá. Eles moram em Belágua porque a família dela foi contra isso.

Entrevistado: Luís Gonzaga da Silva Filho

Idade: 42 anos

Pesquisadora - Como ocorreu a fundação da comunidade?

Luís Gonzaga da Silva Filho - Nossa comunidade começou com a chegada de minha bisavó, Eduarda, que fez desse lugar seu esconderijo, sua casa. Ele veio com duas filhas ainda pequenas, a minha avó Viturina e Aldenora, aqui nasceram Maria e Emanuel, já finado.

Minha avó Viturina, sempre me contou essa história, que a mãe antes de chegar aqui, fugiu junto com a mãe dela de Caxias, do tempo da Balaiada, elas andaram muito tempo aqui chegar em Bonfim. Lá, elas passaram a agregadas, que tinham que trabalhar para ele na cana, quebrando coco, em troca de alimentação. Mas tinha um detalhe, elas não podiam pescar, caçar ou plantar para elas. Como lá era muito rigoroso, ela resolveu sair dali e saiu numa madrugada com as filhas.

Depois de muitos dias pelas trilhas do rio, ela viu esse lugar sem ninguém e decidiu acampar e de lá para cá, temos essa grande família.

Pesquisadora - Qual a origem do nome da comunidade?

Luís Gonzaga da Silva Filho - Pelo que vó Viturina contava, o nome tem a ver com ser isolado, com muita areia e ter tido muitas pessoas escondidas por aqui, pessoas que também estavam fugindo, por isso ficou Deserto.

Pesquisadora - Para você, quando a comunidade vizinha começa a chamar a sua de Deserto dos Pretos, é em sentido bom ou ruim?

Luís Gonzaga da Silva Filho - Pode ter sido um tom de maldade, mas eles queriam se diferenciar de nós, é acho que era por isso, não queriam ficar ligados a nós.

Pesquisadora - Pela proximidade, existe alguma coisa compartilhada entre as duas comunidades?

Luís Gonzaga da Silva Filho - A escola é dividida, eu trabalho lá como vigilante. Podíamos dividir mais coisas se o posto de saúde funcionasse.

Pesquisadora - Vi que a comunidade possui uma igreja, além da religião católica, existe ou já existiu outras religiões praticadas na comunidade?

Luís Gonzaga da Silva Filho - Hoje, acho que todos são católicos, mas há muitos anos tinha Tambor de Criola, organizado por uma prima do meu pai. Contam que as sextas feiras eram os dias das festas deles. Mas parece que depois que ela morreu não quiseram continuar.

Pesquisadora - A comunidade tem datas comemorativas? Quais?

Luís Gonzaga da Silva Filho - Nos comemoramos os dias santos, as festas da igreja e tem a comemoração do dia 1º, minha bisavó comemorava o fim da escravidão nesse dia, porque naquela época as notícias demoravam a chegar, principalmente porque ela e as filhas se isolavam, além dela não saber ler.

Pesquisadora - Você se considera quilombola?

Luís Gonzaga da Silva Filho - Conhecendo a história da minha família, eu me considero quilombola. Foi um esforço muito grande que a minha bisavó fez para nós estarmos aqui.

Pesquisadora - Sendo os membros desta comunidade são todos parentes, o que você acha que manteve a sua família unida?

Luís Gonzaga da Silva Filho - Muita luta, nossa criação e nossa terrinha.

Pesquisadora - Como é o convívio entre os membros de Deserto I e II?

Luís Gonzaga da Silva Filho - Vou lhe contar como alguém que trabalha dentro da Deserto I. Se eles pudessem a escola era só para as crianças deles. Porque eles têm aquela coisa de grandeza, como se nós da Deserto II, fôssemos sempre inferiores. Então o pouco de convive é por obrigação.

Pesquisadora - A área que a comunidade ocupa ainda não tem documentação, o que a comunidade planeja fazer a respeito?

Luís Gonzaga da Silva Filho - Nós vamos fazer um novo pedido de titulação desta área, faltaram alguns documentos da última vez. Dessa vez teremos um advogado nos ajudando.

Pesquisadora - Quais seriam os benefícios para a comunidade, diante da possibilidade desta área ser titulada?

Luís Gonzaga da Silva Filho - Muitos, nós poderíamos pedir empréstimos no banco para melhorar nossa plantação, reformar o forno de farinha. Fora que o governo tem muitos programas de apoio para a agricultura familiar.

Pesquisadora - Já houve alguma disputa pela área onde vivem?

Luís Gonzaga da Silva Filho - Teve um desentendimento, antes de nós termos a nossa associação, quando o presidente da associação da Deserto I, quis medir a nossa terra junto com a deles como se fosse uma só, mas não tivemos acordo.

Pesquisadora - A comunidade participa de algum movimento social ou possui algum membro de conselho municipal?

Luís Gonzaga da Silva Filho - Nós participamos dos grupos da igreja que são muitos bons, dão muitas palestras, discutimos muitos assuntos e nós temos a nossa associação para lutar por nós.

Pesquisadora - Quais as principais dificuldades enfrentadas, hoje, pela comunidade?

Luís Gonzaga da Silva Filho - Nós temos muito problemas, nossa condição é fraca, mas sempre foi. Agora se sair o título da terra vai ser bom para toda comunidade. Outra coisa que ia ajudar muito seria o posto de saúde começar a funcionar.

Pesquisadora - Já houve alguma forma de preconceito em relação a esta comunidade? Em que ocasião?

Luís Gonzaga da Silva Filho - Demais. Quando eu passei no concurso da Prefeitura, isso foi muito questionado pelo pessoal da Deserto I, juntou um monte de gente de lá na porta da minha casa para me fazer perguntas, se eu tinha mesmo feito a prova, se alguém me ensinou. Como se alguém daqui não desse conta de passar num concurso, só porque ninguém de lá passou. E hoje eu ando de cabeça erguida, com meu cargo, porque eu estudei para passar.

Pesquisadora - Qual a reação de vocês em relação ao preconceito que já enfrentaram?

Luís Gonzaga da Silva Filho - Meu pai me ensinou que a nossa reação tem que ser na seriedade, na honestidade, mostrar que nós temos honra, andar de cabeça erguida, sem dever nada a ninguém. E foi assim que foi ensinado para todos aqui.

Pesquisadora - Boa parte dos moradores daqui são casados com parentes, saber dizer algum motivo para esse fato?

Luís Gonzaga da Silva Filho - Isso é delicado. Eu vi muito rapaz da minha época se pisado. Então nós procuramos não ser machucado e não deixar que machuquem as moças daqui, por isso sempre olhamos para elas como alguém que podíamos casar.

Pesquisadora - Pelo que já ouvi, existe outra comunidade distante daqui, quase a mesma distância entre Deserto I e II, mas mantém uma relação mais próxima com vocês, inclusive tem dois casais entre moradores daqui e de lá. O que faz existir essa diferença entre a relação entre Deserto I e II, e Deserto II e Mocambo?

Luís Gonzaga da Silva Filho - Nós temos parentes de lá, a minha mãe é de lá, então onde tem os parentes nos damos melhor.

Pesquisadora - Em Mocambo tem mais pessoas brancas como em Deserto I?

Luís Gonzaga da Silva Filho - Lá tem muita gente de outros lugares, é bem misturado.

Pesquisadora - Existem casais formados por membros da Deserto I e II?

Luís Gonzaga da Silva Filho - Sim. Um primo nossa que casou com uma bisneta do Sabiá. Mas foi só esse mesmo.

Entrevistado: Maria da Natividade Dutra da Silva

Idade: 35 anos

Pesquisadora - Como ocorreu a fundação da comunidade?

Maria da Natividade Dutra da Silva - Aqui, foi a mãe da minha avó Maria que fundou, ela era fugitiva de senzala, lá das bandas de Caxias.

Ela veio com duas crianças para cá, as irmãs mais velhas da minha avó, que já nasceu aqui. Então ela criou a família aqui e hoje é esse povoado só de parentes.

Pesquisadora - Qual a origem do nome da comunidade?

Maria da Natividade Dutra da Silva - Me falaram que é porque tem muita areia e era isolado, como um deserto.

Pesquisadora - Para você, quando a comunidade vizinha começa a chamar a sua de Deserto dos Pretos, é em sentido bom ou ruim?

Maria da Natividade Dutra da Silva - Eita! Pode ter sido sim na maldade. Desvalorizam a gente.

Pesquisadora - Pela proximidade, existe alguma coisa compartilhada entre as duas comunidades?

Maria da Natividade Dutra da Silva - Hoje tem a escola das crianças que é lá e alguns vem aqui quando tem missa.

Pesquisadora - Vi que a comunidade possui uma igreja, além da religião católica, existe ou já existiu outras religiões praticadas na comunidade?

Maria da Natividade Dutra da Silva - Ouvi dizer que tinha, mas não me preocupei em saber mais.

Pesquisadora - A comunidade tem datas comemorativas? Quais?

Maria da Natividade Dutra da Silva - Tem semana santa, os outros dias santos e o dia 1º de maio.

Pesquisadora - Você se considera quilombola?

Maria da Natividade Dutra da Silva - Meu esposo me explicou que nossos somos, como era a dona Eduarda.

Pesquisadora - Sendo os membros desta comunidade são todos parentes, o que você acha que manteve a sua família unida?

Maria da Natividade Dutra da Silva - O nosso sangue é forte e todo mundo se gosta e se ajuda.

Pesquisadora - Como é o convívio entre os membros de Deserto I e II?

Maria da Natividade Dutra da Silva - É pouco, mais as crianças na escola, reunião de pais e professores e as vezes tem algum evento da igreja que nos unimos para ajudar.

Pesquisadora - A área que a comunidade ocupa ainda não tem documentação, o que a comunidade planeja fazer a respeito?

Maria da Natividade Dutra da Silva - A associação daqui está vendo isso.

Pesquisadora - Quais seriam os benefícios para a comunidade, diante da possibilidade desta área ser titulada?

Maria da Natividade Dutra da Silva - Com esse papel nós vamos provar que isto aqui é nossa e teremos garantia para nosso povoado.

Pesquisadora - Já houve alguma disputa pela área onde vivem?

Maria da Natividade Dutra da Silva - Eu não ouvi falar nada disso.

Pesquisadora - A comunidade participa de algum movimento social ou possui algum membro de conselho municipal?

Maria da Natividade Dutra da Silva - Da associação e os grupos da paróquia.

Pesquisadora - Quais as principais dificuldades enfrentadas, hoje, pela comunidade?

Maria da Natividade Dutra da Silva - Sem posto de saúde, água encanada, a prefeitura não dá um curso para os jovens. E aqui tem muita gente carente.

Pesquisadora - Já houve alguma forma de preconceito em relação a esta comunidade? Em que ocasião?

Maria da Natividade Dutra da Silva - Sim. Lembro quando meu marido passou no concurso, vieram aqui para afrontar a gente, duvidando que ele tivesse feito a prova mesmo e passado sozinho.

Pesquisadora - Qual a reação de vocês em relação ao preconceito que já enfrentaram?

Maria da Natividade Dutra da Silva - A cabeça erguida. Isso derruba qualquer preconceito.

Pesquisadora - Boa parte dos moradores daqui são casados com parentes, saber dizer algum motivo para esse fato?

Maria da Natividade Dutra da Silva - Namorar com pessoas de fora sempre foi difícil. Primeiro porque não queria respeitar as moças daqui, e os rapazes da comunidade não podiam olhar para nenhuma moça de fora que era procurar confusão. Então era melhor namorar primo mesmo, mais fácil. Eu sou casada com um primo meu.

Pesquisadora - Pelo que já ouvi, existe outra comunidade distante daqui, quase a mesma distância entre Deserto I e II, mas mantém uma relação mais próxima com vocês, inclusive tem dois casais entre moradores daqui e de lá. O que faz existir essa diferença entre a relação entre Deserto I e II, e Deserto II e Mocambo?

Maria da Natividade Dutra da Silva - Antigamente eu não sei, mas hoje temos muitos parentes morando lá.

Pesquisadora - Em Mocambo tem mais pessoas brancas como em Deserto I?

Maria da Natividade Dutra da Silva - Em Mocambo, também tem pessoas brancas, mas tem gente mulata também, é mais misturado.

Pesquisadora - Existem casais formados por membros da Deserto I e II?

Maria da Natividade Dutra da Silva - Teve um. Mas a família dela rejeitou, o rapaz era daqui, não gostaram. Mas eles enfrentaram e vivem até hoje.

Entrevistado: Simone Dutra da Silva

Idade: 22 anos

Pesquisadora - Como ocorreu a fundação da comunidade?

Simone Dutra da Silva - Eu tenho vergonha, mas eu não sei contar a história daqui.

Pesquisadora - Me diga qualquer coisa que você saiba. Não precisa ter vergonha.

Simone Dutra da Silva - O que eu sei é que a mãe da minha bisavó, veio morar aqui, para se esconder. Ela tinha sido escrava e já tinha duas meninas pequenas. É só isso que eu me lembro.

Pesquisadora - Você sabe dizer como foi escolhido o nome deste lugar?

Simone Dutra da Silva - É Deserto, porque tem muita areia aqui e não vivia ninguém nesse lugar.

Pesquisadora - Soube que aqui vocês comemorar a abolição da escravatura no dia 1º e não em 13 de maio, por quê?

Simone Dutra da Silva - Eu não sei responder.

Pesquisadora - Em que situações você e outros membros da comunidade já passaram por discriminação?

Simone Dutra da Silva - Eu nunca sofri isso não.

Pesquisadora - Você nunca sentiu que diferença de tratamento entre vocês e pessoas de outros lugares?

Simone Dutra da Silva - Não. Eu não lembro disso não.

Pesquisadora - Além da religião católica, a comunidade pratica outras religiões?

Simone Dutra da Silva - Isso eu não alcancei, mas ouvi dizer que aqui tinha

Pesquisadora - Pela proximidade com Deserto I, existe alguma coisa compartilhada entre as duas comunidades?

Simone Dutra da Silva - Eu tenho colegas de lá, estudei lá até o 9º ano, mas depois que eu casei me afastei um pouco.

Pesquisadora - Você se considera quilombola?

Simone Dutra da Silva - Eu nunca parei para pensar sobre isso.

Pesquisadora - Quilombola é a pessoa que mora em um quilombo, e o quilombo é um lugar em que as pessoas que foram escravizadas encontravam um abrigo, um refúgio. Dessa forma, a senhora se considera quilombola?

Simone Dutra da Silva - Pensei que só era quilombola quem fosse daquele tempo. Mas eu acho que eu sou.

Pesquisadora - Sendo os membros desta comunidade são todos parentes, o que você acha que manteve a sua família unida?

Simone Dutra da Silva - Eu não sei explicar. Só sei que somos unidos e nos ajudamos.

Pesquisadora - Como é o convívio entre os membros de Deserto I e II?

Simone Dutra da Silva - Os mais velhos das duas comunidades não tiveram esse contato, mas hoje com a escola acho que os jovens convivem mais.

Pesquisadora - A área que a comunidade ocupa ainda não tem documentação, o que a comunidade planeja fazer a respeito?

Simone Dutra da Silva - Eu não entendo como isso funciona. Só escuto dizer que vai ser bom.

Pesquisadora - Já houve alguma disputa pela área onde vivem?

Simone Dutra da Silva - Eu nunca vi nada.

Pesquisadora - A comunidade participa de algum movimento social ou possui algum membro de conselho municipal?

Simone Dutra da Silva - Eu sei que nós temos a nossa associação e acho que é isso.

Pesquisadora - Quais as principais dificuldades enfrentadas, hoje, pela comunidade?

Simone Dutra da Silva - Aqui falta muita coisa, claro que não vai ter tudo igual o que tem na cidade, mas nós precisamos muito de um posto de saúde. As duas comunidades têm muitas pessoas idosas e doentes.

Pesquisadora - Boa parte dos moradores daqui são casados com parentes, saber dizer algum motivo para esse fato?

Simone Dutra da Silva - Acho que é uma tradição de família, os meus avôs são primos, e tem muitos outros primos casados aqui. É mais fácil porque nos conhecemos bem.

Pesquisadora - Pelo que já ouvi, existe outra comunidade distante daqui, quase a mesma distância entre Deserto I e II, mas mantém uma relação mais próxima com vocês, inclusive tem dois casais entre moradores daqui e de lá. O que faz existir essa diferença entre a relação entre Deserto I e II, e Deserto II e Mocambo?

Simone Dutra da Silva - O povo da Mocambo é bem animado, e tem muitos parentes lá, com o tempo gente daqui também se casou com o pessoal de lá e acaba que andamos mais lá do que em Deserto I.

Pesquisadora - Existem casais formados por membros da Deserto I e II?

Simone Dutra da Silva - Um primo meu é casado com uma moça de lá, mas moram na cidade.

Entrevistado: Aleilson Dutra da Silva

Idade: 22 anos

Pesquisadora - Como ocorreu a fundação da comunidade?

Aleilson Dutra da Silva - Eu não sei contar direito, quem sabe melhor são os mais antigos. O que eu sei é que a fundadora foi a mãe da minha bisavó, e que ela era fugitiva da época da escravidão

Pesquisadora - Mas você nunca teve a curiosidade de saber a história da sua comunidade?

Aleilson Dutra da Silva - Eles contavam, mas eu nunca prestei atenção. Uma professora minha chegou a explicar na sala de aula que aqui podia ser considerado um quilombo, mas eu não sou muito de ler e não procurei saber.

Pesquisadora - Você sabe como o nome da comunidade foi escolhido?

Aleilson Dutra da Silva - O que ouvi dizer é que esta região era muito deserta e com muita areia, e ficou sendo chamada de Deserto.

Pesquisadora - Soube que aqui vocês comemoram a abolição da escravatura no dia 1º e não em 13 de maio, por quê?

Aleilson Dutra da Silva - É isso mesmo, no dia 1º de maio, não no dia certo. É coisa dos antigos, nunca perguntei o porquê disso.

Pesquisadora - Em que situações você e outros membros da comunidade já passaram por discriminação?

Aleilson Dutra da Silva - Eu senti isso algumas vezes, um pouco menos que muitos parentes porque eu sou mais claro, mas vejo que quando se trata de oportunidade de qualquer coisa no município nossa comunidade fica por último. Quando vão distribuir as cestas básicas nunca dá para todos aqui receberem.

Pesquisadora - Como a comunidade reagiu e reage até hoje à discriminação?

Aleilson Dutra da Silva - Eu nunca parei para pensar sobre isso. Mas acho que ficar calados sempre não é um jeito bom. Hoje tem lei para nos proteger, mas acho que o jeito que fomos criados freia muito gente na hora de reagir.

Pesquisadora - Além da religião católica, a comunidade pratica outras religiões?

Aleilson Dutra da Silva - Eu não sou desse tempo, mas ouvi dizer que teve Tambor por aqui.

Pesquisadora - Pela proximidade com Deserto I, existe alguma coisa compartilhada entre as duas comunidades?

Aleilson Dutra da Silva - Nós dividimos a escola com eles. Só isso.

Pesquisadora - Você se considera quilombola?

Aleilson Dutra da Silva - Tem horas que sim, tem horas que não. As vezes eu me pergunto se isso tem alguma vantagem. Só que tem uns momentos que paro para pensar no que a professora disse, e eu vejo que nosso povoado é uma segurança para nós como foi naquele tempo para a mãe da minha bisavó, então eu estou quase aceitando isso.

Pesquisadora - Sendo os membros desta comunidade são todos parentes, o que você acha que manteve a sua família unida?

Aleilson Dutra da Silva - Tudo mundo daqui se dá bem, se preocupada com os parentes, não quer as coisas só para si, então acho que isso nos deixa mais unidos.

Pesquisadora - Como é o convívio entre os membros de Deserto I e II?

Aleilson Dutra da Silva - Como eu sou mais jovem, já tive mais convívio com eles, na escola, no catecismo, nas festas. Os jovens são gente boa, mas ainda tem muitas ideias preconceituosas e não dá para firmar uma amizade. Então nós só vamos na Deserto I para resolver alguma coisa.

Pesquisadora - A área que a comunidade ocupa ainda não tem documentação, o que a comunidade planeja fazer a respeito?

Aleilson Dutra da Silva - Meu avô é da associação, ele me contou que já estamos arrumando a papelada para dar entrada noutro pedido de titulação para cá.

Pesquisadora - Quais seriam os benefícios para a comunidade, diante da possibilidade desta área ser titulada?

Aleilson Dutra da Silva - De primeira, vamos ficar seguros de que a terra será nossa, depois tem o apoio que nós podemos receber no governo para melhorar nossa roça e criação.

Pesquisadora - Já houve alguma disputa pela área onde vivem?

Aleilson Dutra da Silva - Eu nunca tive notícia sobre isso.

Pesquisadora - A comunidade participa de algum movimento social ou possui algum membro de conselho municipal?

Aleilson Dutra da Silva - Meus primos são de grupos da igreja e tem a nossa associação.

Pesquisadora - Quais as principais dificuldades enfrentadas, hoje, pela comunidade?

Aleilson Dutra da Silva - Nós sofremos com falta de incentivo, eu queria muito fazer um curso de trator, mas não tenho como pagar e quando a prefeitura ofereceu, só teve vaga para quem tinha peixada. Nós não temos água boa para beber, o posto de saúde nunca funcionou. Somos esquecidos

Pesquisadora - Boa parte dos moradores daqui são casados com parentes, saber dizer algum motivo para esse fato?

Aleilson Dutra da Silva - Eu, sou casado com minha prima Simone, acho que aqui é normal casar com primo, então acho que já é algo esperado.

Pesquisadora - Pelo que já ouvi, existe outra comunidade distante daqui, quase a mesma distância entre Deserto I e II, mas mantém uma relação mais próxima com vocês, inclusive tem dois casais entre moradores daqui e de lá. O que faz existir essa diferença entre a relação entre Deserto I e II, e Deserto II e Mocambo?

Aleilson Dutra da Silva - Eu tenho parentes nas duas comunidades, acho que o povo foi se casando e as famílias foram se unindo.

Pesquisadora - Existem casais formados por membros da Deserto I e II?

Aleilson Dutra da Silva - Tem um casal. Foi um primo nosso. Foi complicado, mas ele conseguiu, mas a família dela não a deixou receber uma herança que ela tinha direito, não sei dizer como ficou depois. Eles moram fora daqui.

Apêndice B

Perguntas da entrevista semiestruturada

- 1- Como ocorreu a fundação da comunidade?
- 2- Qual a origem do nome da comunidade?
- 3- Para você, quando a comunidade vizinha começa a chamar a sua comunidade de Deserto dos Pretos, é em sentido bom ou ruim?
- 4- Pela proximidade, existe alguma coisa compartilhada entre as duas comunidades?
- 5- Vi que a comunidade possui uma igreja, além da religião católica, existe ou já existiu outras religiões praticadas na comunidade?
- 6- Você se considera quilombola?
Eu não entendo essa palavra. O que significa?
- 7- Sendo o quilombola um membro de uma comunidade que foi formada por pessoas escravizadas que fugiram para ser livres. O senhor se considera um quilombola?
- 8- A área que a comunidade ocupa ainda não tem documentação, o que a comunidade planeja fazer a respeito?
- 9- Quais seriam os benefícios para a comunidade, diante da possibilidade desta área ser titulada?
- 10- Já houve alguma disputa pela área onde vivem?
- 11- A comunidade participa de algum movimento social ou possui algum membro de conselho municipal?
- 12- Quais as principais dificuldades enfrentadas, hoje, pela comunidade?
- 13- Já houve alguma forma de preconceito em relação a esta comunidade? Em que ocasião?
- 14- Qual a reação de vocês em relação ao preconceito que já enfrentaram?
- 15- Boa parte dos moradores daqui são casados com parentes, saber dizer algum motivo para esse fato?
- 16- Pelo que já ouvi, existe outra comunidade distante daqui, quase a mesma distância entre Deserto I e II, mas mantém uma relação mais próxima com vocês, inclusive tem dois casais entre moradores daqui e de lá. O que faz existir essa diferença entre a relação entre Deserto I e II, e Deserto II e Mocambo?
- 17- Em Mocambo tem mais pessoas brancas como em Deserto I?
- 18- Existem casais formados por membros da Deserto I e II?

Apêndice C

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ/CCIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **(COMUNIDADE QUILOMBOLA DESERTO II (BELAGUA-MA):reconhecimento territorial, identidades, resistência e memória)**, que está sob a responsabilidade do(a) pesquisador (a) Lourena Sousa Costa, residente e domiciliada na Rua Frei Manoel Procópio, 20, Apto 107#, Condomínio River Side, CEP:65900-040, Imperatriz-MA, Tel:99 98147 4445, e-mail:lourenascosta@gmail.com.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento. que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade. Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação, com exceção dos nomes dos participantes, que autorizam a sua divulgação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc), ficarão armazenados em (pastas de arquivo computador pessoal), sob a responsabilidade do (pesquisador), no endereço (acima informado), pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver

necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO(A)

Eu, _____ CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecidas minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **(COMUNIDADE QUILOMBOLA DESERTO II (BELÁGUA-MA): reconhecimento territorial, identidades, resistência e memória)**, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Belágua, 25 de marco de 2023.

Assinatura do participante ou a segue rogo: _____